

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maciel Antonio Silveira Fonseca

**Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora: as Irmandades dos Passos e da Santa
Casa de Misericórdia (1897 - 1927)**

JUIZ DE FORA

2018

Maciel Antonio Silveira Fonseca

Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora: as Irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia (1897 - 1927)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: "Poder, mercado e trabalho".

Orientadora: Prof. Dr^a. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fonseca, Maciel Antonio Silveira.

Filantropia e assistência à saúde em Juiz de Fora : as Irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia (1897 - 1927) / Maciel Antonio Silveira Fonseca. -- 2018.

113 f. : il.

Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2018.

1. Assistência à saúde. 2. Filantropia. 3. Caridade. 4. Sanitarismo. 5. Hospital. I. Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro, orient. II. Título.

MACIEL ANTONIO SILVEIRA FONSECA

FILANTROPIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM JUIZ DE FORA: AS IRMANDADES DOS
PASSOS E DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1897-1927)

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 22/02/2018.

Banca Examinadora



Profª. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi - Orientadora



Profª. Dra. Vanda Arantes do Vale (UFJF)



Profª. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Dedico este trabalho aos meus pais,
minha avó e todos aqueles que
acompanharam de perto a minha jornada
ao longo da elaboração deste material.

AGRADECIMENTOS

O êxito alcançado por esta pesquisa foi possível somente em decorrência da contribuição de muitas pessoas. Não seria justo citar uns e esquecer de outros, afinal, todos contribuíram de algum modo para a realização deste trabalho. Então, deixo os meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, me ajudaram a edificar esta pequena parcela da história de Juiz de Fora e conseguir passar toda esta informação para o papel.

Gostaria de agradecer à minha orientadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi por acreditar em mim e pelos inúmeros conselhos dados para complementar e direcionar o meu foco, inicialmente tão disperso que mal continha minha insegurança. Sua paciência e generosidade foram cruciais para a concretização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela sensibilidade e tato em atender às minhas necessidades. Neste sentido, aos professores que fazem parte do Programa, ministrando disciplinas altamente norteadoras à pesquisa. À banca de qualificação e defesa, composta pelas professoras doutoras Vanda Arantes e Gisele Sanglard, cujas contribuições e apontamentos se adequaram perfeitamente ao que propus fazer e, certamente, não teria o feito sem tamanha dedicação e zelo por parte destas profissionais.

Agradeço às instituições que me acolheram durante a pesquisa. Ao arquivo municipal, na figura de Elione Guimarães que com muita disponibilidade e atenção, se propôs a atender as minhas constantes demandas por e-mail, mesmo que este serviço não fosse oferecido pela referida instituição, o que mostra o esforço e a solicitude em ajudar. Ao setor de Memória, da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, especificamente por Heliana Casarin, igualmente atenta às demandas e complacente às dificuldades enfrentadas em minha pesquisa. À Divisão de Patrimônio Cultural – DIPAC, que me acolheu como estagiário durante minha graduação e ensinou a desenvolver métodos de pesquisa bastante eficazes, bem como fornecer subsídios posteriormente para que eu pudesse complementar o meu trabalho. Agradeço à antiga diretora deste departamento, Valéria Leão Ferenzini, pelas constantes críticas construtivas aos trabalhos que me designava fazer.

Agradeço aos colegas que compartilharam de minha alegria ao ser selecionado para o Programa, e também àqueles que ajudaram de forma mais incisivas sobre assuntos pertinentes ao Programa e às disciplinas. À amiga Paula Prado, alicerce fundamental para o meu emocional, preenchendo minhas madrugadas com bons conselhos e descontrações que

aliviaram minhas tensões. Aos demais amigos que foram se perdendo durante a minha jornada e que agora se encontram em um local especial, espero que saibam o quanto os amei e o quanto fazem falta.

Um agradecimento especial à Lucimar e Davi, sem cujo apoio emocional e financeiro certamente não sairia da inércia neste trabalho. Palavras e ações dificilmente expressarão os meus inestimáveis agradecimentos, mas acredito que a realização deste trabalho é a prova material de que seus esforços não foram em vão. Aos demais familiares, por acreditarem em mim, mesmo que talvez não soubessem o que eu estava fazendo ou não tivessem a dimensão do que eu fazia.

Aos colegas Edson Germano, da Associação Beneficente de Juiz de Fora, por ter me fornecido importantes documentos para pesquisa. E ao colega Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora, Dom Gil Antônio Moreira, pelas inúmeras conversas sobre a trajetória da caridade em Juiz de Fora.

Por fim, agradecer à CAPES, por ter financiado parte significativa da minha pesquisa.

[...] "Dize, Mestre", pedi, "se não te enfadas,
o que é a Fortuna que tu agora arrolas,
que as venturas do mundo tem agarradas?"

Respondeu ele: "Ó criaturas tolas,
quanta é a ignorância que assim vos ofende!
e tu, aceita as razões como vou expô-las:

Ele, cujo saber tudo transcende,
fez os céus e lhes deu quem os conduz:
se em toda parte cada parte esplende

é que igualmente lhes reparte a luz;
do mesmo modo pra pompa mundana
designou ua ministra e deu-lhe jus

de ir permutando a riqueza profana
de um pra outro sangue, e de gente em gente,
livre do alcance da cobiça humana.

[...]

Sua contínua permutação não cede;
necessidade o giro lhe apressura,
assim aparece sempre quem sucede..

Ela é posta em odiosa conjuntura -
mesmo por quem mais deveria louvá-la -
com vã calúnia e infundada censura;

[...]

(ALIGHIERI, 2010, p. 63-64)

RESUMO

A presente dissertação trata da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, entre 1897 e 1927. Palco de uma complexa dinâmica política, esta Irmandade foi responsável por gerir o primeiro e maior hospital da cidade e também pela distribuição da assistência à saúde na cidade mineira. Fundada em 1854, a Casa de Caridade por um longo período manteve um pequeno edifício pelo qual era chamado de hospital e possivelmente atendeu apenas aos membros da Irmandade quando, em 1897, a partir das novas diretrizes políticas do Regime Republicano e o novo perfil do trabalhador urbano, o hospital passou a estender o seu atendimento ao público externo, principalmente àqueles que pudessem pagar pelos serviços. Os irmãos pertenciam às elites políticas, sociais e econômicas da cidade: eram os advogados, os proprietários dos jornais, os capitalistas, os investidores imobiliários, os jornalistas e os médicos. Sua grande maioria têm em comum o fato de serem oriundos da antiga aristocracia cafeeira que foram se adequando à realidade econômica do final do século XIX, marcada pela intensificação da industrialização e a incorporação da mão de obra assalariada. Com a industrialização, a cidade passou por um processo de urbanização sanitária, afastando dos centros urbanos os trabalhadores da indústria juntamente com a promiscuidade, alcoolismo, lascívia e todas as doenças provenientes destas condições de vida. O discurso médico sanitarista teve grande importância neste momento, consolidando sua categoria profissional e também colocando em prática suas postulações ante à política local. A nova configuração política e social refletiu nos profissionais de saúde, que passaram pelo processo de especializações médicas, e conseqüentemente, no espaço hospitalar, que ampliou de modo a captar grandes recursos que financiaram tais empreendimentos.

Palavras-chave: Modernização. Sanitarismo. Médicos. Hospital.

ABSTRACT

This dissertation deals with the Brotherhood of Nosso Senhor dos Passos and the Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, between 1897 and 1927. A complex political dynamic, this Brotherhood was responsible for managing the first and largest hospital in the city and also for the distribution of health care in the city of Minas Gerais. Founded in 1854, the House of Charity for a long period maintained a small building by which it was called a hospital and possibly attended only to the members of the Brotherhood when, in 1897, from the new political guidelines of the Republican Regime and the new profile of the worker urban, the hospital began to extend its service to the external public, especially to those who could pay for services. The brothers belonged to the political, social and economic elites of the city: they were lawyers, newspaper owners, capitalists, real estate investors, journalists and doctors. Their great majority have in common the fact that they came from the old coffee aristocracy that were adapting to the economic reality of the late nineteenth century, marked by the intensification of industrialization and the incorporation of salaried labor. With industrialization, the city underwent a process of sanitary urbanization, away from the urban centers the industrial workers along with promiscuity, alcoholism, lasciviousness and all the diseases from these conditions of life. The sanitary medical discourse was of great importance at the moment, consolidating its professional category and also putting in practice its postulations before the local politics. The new political and social configuration reflected in the health professionals, who went through the process of medical specializations, and consequently, in the hospital space, which expanded in order to cap large resources that financed such ventures.

Keywords: Modernization. Sanitarism. Doctors. Hospital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Gráfico 01 - Óbitos nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia (1897-1927)..... | 92 |
| Gráfico 02 - Relação dos imóveis da Santa Casa entre os anos de 1897 e 1919..... | 92 |
| Gráfico 03 - Relação financeira das enfermarias particulares da Santa Casa entre os anos de 1897 e 1927..... | 93 |
| Gráfico 04 - Receita anual de arrecadação da Santa Casa..... | 95 |
| Gráfico 05 - Pacientes atendidos nas enfermarias da Santa Casa..... | 96 |
| Gráfico 06 - Pacientes atendidos nas enfermarias, por região..... | 97 |
| Gráfico 07 - Prescrições médicas emitidas na policlínica da Santa Casa..... | 98 |
| Gráfico 8 - Número de partos, discriminados pelo sexo e pelo número de mortes na Santa Casa | 99 |
| Gráfico 9 - Clientes atendidos no Consultório Dentário da Santa Casa..... | 100 |
| Gráfico 10 - Óbitos por moléstias (1917-1924) | 101 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01 - Proprietários do jornal "O Pharol". Informações como nome, profissão e ocupação política foram levadas em consideração para entender os espaços de sociabilidades frequentadas por estes indivíduos. | 38 |
| Tabela 02 - Profissão dos dirigentes (1854 - 1890)..... | 65 |
| Tabela 03 - Profissão dos dirigentes (1891 - 1896)..... | 66 |
| Tabela 04 - Profissões dos Dirigentes da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (1897 - 1927)..... | 73 |
| Tabela 05 - Atendimento prestado à mulheres pagantes e não-pagantes no segundo semestre de 1909, Santa Casa de Misericórdia..... | 90 |
| Tabela 06 - Atendimento prestado à homens pagantes e não-pagantes no segundo semestre de 1909, Santa Casa de Misericórdia..... | 91 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | PANORAMA DA SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA EM JUIZ DE FORA NOS SÉCULOS XIX E XX..... | 22 |
| 2.1 | PRIMÓRDIOS E CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM JUIZ DE FORA DURANTE O SÉCULO XIX: A CASA DE CARIDADE..... | 24 |
| 2.2 | A SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE JUIZ DE FORA E A LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE: SANITARISMO E CIVILIZAÇÃO..... | 29 |
| 2.3 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NA CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM JUIZ DE FORA: O JORNAL "O PHAROL" | 38 |
| 2.4 | O CÓDIGO SANITÁRIO DE 1911 E AS SUAS INTERVENÇÕES EM JUIZ DE FORA NO INÍCIO DO SÉCULO XX..... | 40 |
| 3 | DE "CASA DE CARIDADE" À "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA: A TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO..... | 50 |
| 3.1 | A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA E OS DESAFIOS DE SUA PESQUISA..... | 52 |
| 3.2 | PERÍODOS INICIAIS DA INSTITUIÇÃO..... | 59 |
| 3.3 | COMPROMISSO E ESTATUTOS DAS IRMANDADES DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS E DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA..... | 67 |
| 3.4 | A MESA ADMINISTRATIVA E A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SEUS DIRIGENTES: BENFEITORES, GESTORES E COLABORADORES..... | 71 |
| 4 | A (R)ESTRUTURAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA NO SÉCULO XX | 80 |
| 4.1 | A GESTÃO DE BRAZ BERNARDINO LOUREIRO TAVARES (1897-1919)..... | 81 |
| 4.2 | HERMENEGILDO RODRIGUES VILLAÇA: PIONEIRO DA MEDICINA CIRÚRGICA EM JUIZ DE FORA..... | 84 |
| 4.3 | GRÁFICOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS: AMPLIAÇÃO DO QUADRO MÉDICO E DOS ATENDIMENTOS..... | 91 |

| | |
|--------------------------|------------|
| CONCLUSÃO..... | 103 |
| REFERÊNCIAS | 107 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, entre os anos de 1897 e 1930. O recorte temporal abarca todo o período correspondente à provedoria do juiz Braz Bernardino Loureiro Tavares (1897-1919), e parte significativa da gestão do advogado Antônio Augusto Teixeira (1920-1941). Vale salientar que não foram encontrados os relatórios anuais entre os anos de 1931 e 1937. Por isso, não foi selecionada a totalidade acerca da gestão realizada pelo Senhor Antônio Augusto Teixeira. Ressalta-se que os relatórios costumavam ser organizados e apresentados no mês de dezembro de cada ano pela Mesa Administrativa da Irmandade do Nosso Senhor dos Passos, entidade que realizava e ainda é responsável pela gestão do hospital.

O estudo proposto optou por investigar a Irmandade dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora com o intuito de entender: os fins para os quais tal associação foi criada, os grupos sociais que a financiavam, a forma como a assistência era prestada e como o hospital se desenvolveu em paralelo ao projeto modernizador que era empreendido na cidade naquele momento. Sabe-se que, embora não devam confundir a Irmandade dos Passos com o hospital, muitas vezes os relatórios anuais mostravam que os dois corpos associativos se manifestavam como um só organismo.

O estatuto da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia¹ de Juiz de Fora, vigorou do ano de 1897 até o ano de 2008, quando um novo documento foi aprovado. Durante os anos focalizados por este trabalho, percebemos que a Irmandade dos Passos manteve um rico patrimônio: hospital, capela, casas, apartamentos, apólices e fazendas². No entanto, tal como será possível constatar no decorrer do texto, nos relatórios anuais os provedores costumavam atribuir ao baixo índice de donativos a fama equivocada de que a instituição seria rica e que, no caso, não precisava receber tais donativos (TEIXEIRA, 1919, p. 3-4). Os bens patrimoniais foram frutos de testamento legados à Irmandade, aquisições da associação ou doações em vida de grandes benfeitores.

Foram investigadas, então, as relações mantidas entre os irmãos, o hospital e a sociedade juiz-forana no momento de grande efervescência política e social pela qual ficou

¹ Manteremos este nome, pois assim consta no documento supracitado.

² Ao longo do texto percebe-se que a Casa de Caridade de Juiz de Fora, que era gerida pela Irmandade dos Passos, passou a ser mencionada como Santa Casa de Misericórdia em algum momento. Entretanto, os pesquisadores que estudam o tema não conseguiram ainda determinar com precisão quando exatamente tal modificação ocorreu. A despeito das demais Santas Casas do mundo lusófono, a de Juiz de Fora passou a ter cemitério próprio apenas no final da década de 1970. Até então, os enterros eram feitos no cemitério municipal da cidade ou no Cemitério de Nossa Senhora da Glória.

marcada a modernização da *belle-époque*. Em outras palavras, buscou-se entender quais os reflexos na municipalidade a partir das atuações da Irmandade dos Passos em Juiz de Fora e como o corpo, societário e médico, passou a consolidar seu espaço na elite local.

A reestruturação da Santa Casa de Juiz de Fora, em 1897, refletiu o momento de transição política e social no qual a cidade estava inserida. Com o fim do regime político do Império e a instauração da República, todo o aparato assistencial passou por algumas significativas transformações, implicando no surgimento de normas e preceitos que passariam a ser incorporados na promoção do bem-estar coletivo.

O perfil do doador passou a ser diferenciado nesse momento, agora marcado pela visão empreendedora industrial que se apoiava no discurso modernizante da sociedade, cuja ação principal foi a tomada de medidas sanitárias que buscaram repelir os indesejáveis nos centros em desenvolvimento. Já o receptor das doações passou a ser o trabalhador operário e sua prole que, com sua força de trabalho, poderia ruir as estruturas do sistema econômico em ascensão, comprometendo os interesses da nova burguesia (SAYD, 1998, p.17).

Outra modificação significativa, que merece destaque, ocorreu na classe médica e nas práticas de cura. Gisele Sanglard afirma que, na virada do século XIX para o século XX, o hospital passou por um processo de resignificação, marcado pela institucionalização da ciência biomédica, o que tornou o espaço um local para a cura das doenças (SANGLARD, 2008, p. 24). A autora se vale do conceito de medicalização do hospital. Segundo Sanglard,

A medicalização pode ser vista também como a convicção por parte da elite francesa de seu papel de orquestradora da educação dos pobres e, de modo geral, da mudança dos costumes deles. Na visão daqueles homens, o progresso do conhecimento devia acarretar o progresso social, e para o alcance de tais propósitos os médicos engajados na luta higienista iriam se reunir e divulgar suas ideias em periódicos (...) e procurar influenciar os políticos, além de participar das associações científicas. Tal mudança só pôde se realizar a partir da transformação na percepção relativa ao entorno (lixo, sujeira etc.) - ou seja, na relação entre doença e meio ambiente - e ao corpo (SANGLARD, 2008, p.43).

Para o caso de Juiz de Fora, tal conceito se mostra totalmente pertinente, pois descreve com exatidão o modo como se deu o processo de consolidação da medicina e do saber médico no município. Inclusive, a *belle-époque* juiz-forana foi marcada pela intensificação dos projetos de saneamento e organização do espaço urbano. Citaremos como exemplo o Plano Howyan, ou seja, importante material desenvolvido pelo engenheiro Gregório Howyan e entregue à municipalidade no ano de 1893.

Howyan, que nasceu onde hoje é a atual Turquia, diplomou-se em engenharia pela École de Ponts e Chaussers de France, em Paris. Esteve em Juiz de Fora atuando no cargo de Diretor de Obras Públicas Municipais, em 1892. Na ocasião, esteve no Brasil para integrar a comissão de técnicos que iriam escolher a nova capital de Minas Gerais. O engenheiro, então, desenvolveu o que Felipe Duarte disse ser o primeiro Plano Diretor de Juiz de Fora, ou seja, destinar a atenção devida para a captação de águas pluviais, canalização dos esgotos e distribuição de água na cidade (DUARTE, 2016, p. 169).

Entendemos tal episódio como a primeira medida significativa tomada por Juiz de Fora para a sua consolidação como cidade saneada, moderna e civilizada³. Outras medidas adotadas para que provesse o município dos ideais higienistas, foi a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia⁴ (1889) e da Liga Mineira contra a Tuberculose (1900). Em ambas as agremiações, percebemos a atuação dos mesmos grupos de médicos, benfeitores e filantropos que circulavam em tais espaços de sociabilidade, inclusive, tendo ligação com a Irmandade dos Passos, tanto como um membro do Egrégio Conselho, quanto atuando em cargos da Diretoria.

A SMCJF, criada em 1889, conforme assinala a pesquisa de Vanessa Lana, foi o principal veículo de promoção da classe médica da cidade. Segundo Lana, "as atividades da instituição voltavam-se para a difusão dos conhecimentos médicos na área da saúde, por meio da discussão de ideias correntes e decorrentes das pesquisas e teorias em voga no cenário científico." Sendo assim, havia a preocupação em divulgar os conhecimentos discutidos nas reuniões da SMCJF para a sociedade em geral, a fim de legitimar a categoria profissional dos médicos e exercer sua influência sobre o poder público, intervindo em assuntos como a organização do espaço urbano e social a partir de suas postulações (LANA, 2006, p.10).

O espaço social foi marcado, então, pela relação entre médicos filantropos que empreenderam importantes ações no campo da assistência, principalmente quando havia intervenção mínima do Estado. É importante ressaltar que a relação entre médicos e filantropos que uniram-se em prol da criação de centros privados de assistência à comunidade foi uma prática comum e recorrente nas grandes cidades do país⁵, em grande parte

³ Tais conceitos eram utilizados pelos médicos e engenheiros sanitaristas como parte do discurso no qual apresentavam a civilização em contraponto ao primitivismo. O primeiro seria o ser humano intelectual, dominando a natureza em benefício próprio; o segundo, seria o ser humano como parte da natureza, agindo por instinto e irracionalidade, portanto, não condizente com o progresso proposto pelos ditos civilizados.

⁴ Doravante, SMCJF.

⁵ Algumas produções recentes nos apontam ao entendimento de que havia muita cobrança por parte da sociedade em relação ao Estado para que fossem tomadas medidas efetivas no financiamento de pesquisas e da criação de centros médicos de combate à doenças, principalmente no terceiro quartel do século XIX e início do século XX. Tal cobrança, em grande parte, era empreendida por médicos e sanitaristas que buscavam a sua legitimação

legitimando a ausência de atuação do Estado no tocante aos assuntos vistos como questão de saúde pública, conforme nos aponta Dilene do Nascimento:

A ideia da responsabilidade do Estado nas questões sociais torna-se o debate predominante em vista dos prejuízos causados pela industrialização a requererem reparação social. Enquanto uns consideravam que todo dever social era um dever da sociedade e, afinal, do Estado, economistas e liberais, defendiam o dever social como um dever do homem em sociedade e não da própria sociedade. Esse debate remete à discussão da assistência pública e privada como práticas complementares para o enfrentamento de questões sociais advindas da desigualdade. Passa a predominar cada vez mais a opinião de que a assistência aos indigentes era uma obrigação da sociedade a ser cumprida pelo Estado. (NASCIMENTO, 2002, p.29)

Após situar Juiz de Fora no contexto acima, inserimos a Irmandade dos Passos e o seu hospital, a Santa Casa de Misericórdia. Tal associação incorporou parte significativa do grupo de agentes que discursavam sobre a necessidade do progresso da cidade e também por ter sido uma Irmandade peculiar com aspectos próprios, ao compararmos com outras congêneres. Um exemplo significativo diz respeito ao perfil social dos irmãos.

Em geral, tais associações eram compostas unicamente por homens que gozavam de prestígio social, ocupando posições de destaque, seja por sua atuação política, seja pelo seu grande poder econômico. Em Juiz de Fora, percebemos a presença das "Servas do Senhor". Tais mulheres eram esposas dos irmãos dos Passos, as quais ficavam incumbidas de realizar as manutenções do espaço da capela, das celebrações e da confecção da indumentária religiosa que seria utilizada nas imagens sagradas em dias de procissão ou festividades.

científica por meio da produção de artigos sobre novas técnicas empregadas na medicina que ofereciam melhores condições na assistência à saúde. Citemos alguns casos: para entender o Rio de Janeiro, ver NASCIMENTO, Dilene Raimundo de. **Fundação Ataulpho Paiva: (Liga Brasileira contra a Tuberculose): um século de luta.** Rio de Janeiro: Quadratim, 2002. No caso de São Paulo, FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa.** 2011. 376 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2011. E, especificamente sobre a tuberculose em São Paulo, ver MOTA, André. A filantropia "paulista" que ficou "paulistana": a Liga Paulista Contra a Tuberculose, 1904-1920. in: SANGLARD, Gisele (Org.). **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. No caso do Rio Grande do Sul, ver TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 - c. 1891.** 2014. 242f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, BR-RS, 2014. No Rio Grande do Norte, ver ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa. **Curar, fiscalizar e sanear: as ações médico-sanitárias no espaço público da cidade de Natal (1850-1889).** 2015. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. Sobre o Maranhão, ver: COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890).** 2013, 202 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. 2013. E em Minas Gerais, ver: BRAGA, Virna Lígia Fernandes. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1888-1923).** 2015, 245 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015.

Outra particularidade da Irmandade dos Passos em Juiz de Fora tem a ver com data de posse da Mesa Administrativa, que tradicionalmente é feita no dia 02 de julho de cada ano e marca o evento litúrgico da visitação de Maria à Santa Isabel. Em Juiz de Fora, a posse ocorre no primeiro dia do ano, sem justificativa aparente.

Para os fins desse trabalho, entende-se que a assistência seria a ajuda prestada aos indivíduos incapazes de assegurar a subsistência necessária para viver. Por isso, compactuamos com o que foi apresentado por Robert Castel (2005), pois, no caso de Juiz de Fora, conforme evidenciado, o público-alvo da assistência foi o trabalhador que operava a máquina capitalista para gerar produtos e bens de consumo. Tais indivíduos, segundo o discurso predominante incorporado pelos higienistas, deveriam gozar da mínima assistência e proteção à saúde, para que dessem continuidade à rotatividade dos serviços prestados para a manutenção do desenvolvimento das propostas modernizantes. Entendendo que os hábitos de higiene e a saúde dos indivíduos fossem um fator hereditário e suscetível ao contágio quando viviam em precárias condições, o poder público junto com as postulações dos médicos intelectuais da cidade passou a desenvolver uma série de legislações e códigos de posturas para que fossem adotadas especificamente por tal grupo, na expectativa de que os males e as doenças fossem se dissipando gradativamente.

Levando em consideração o disposto no parágrafo acima, inevitavelmente entendemos também que as ações voltadas ao socorro verticalizado da sociedade assumiam um caráter utilitarista. Tal posição, adotada por Geremek, define que por uma questão de conveniência ao bem-estar coletivo, a assistência estava destinada àqueles que pudessem se regenerar da vida degradante, insalubre e primitiva (GEREMEK, 1986, p. 23). Vadios e demais indivíduos que não estivessem aptos a contribuir com o seu trabalho para o bom funcionamento do capitalismo, contribuíam para o alto índice da pobreza e da marginalização, deixando de merecer a caridade.

A exemplo desse fato, o Código Sanitário de Juiz de Fora, tema de um subitem desta pesquisa, apresentava uma série de disposições de ações empreendidas pela municipalidade em relação à assistência aos necessitados⁶. Em momento algum, fala sobre a assistência aos mendigos e vadios, apenas para os trabalhadores que, por algum infortúnio, tiveram as suas atividades laborais interrompidas. Destina-se, também, às gestantes e aos filhos dos

⁶ MENEZES, Eduardo. **Cidade Salubre**: Código sanitário fundamentado e justificado, feito para a cidade e município de Juiz de Fora. Typographia Brazil, Juiz de Fora, 1911. Optamos por manter a transcrição em conformidade ao documento original, preservando os aspectos gramaticais e ortográficos em vigência na época.

trabalhadores que, muitas vezes, desenvolviam alguma atividade trabalhista. Segundo é determinada a finalidade da assistência no referido Código:

464. Tem por fins o serviço da Assistência pública (1) prestar socorro aos pobres: 1) para tratamento da saúde; 2) para protecção á saude e á vida. Os soccorros para tratamento da saude deverão ser prestados, em quadras normaes, em domicilios, em polyclinicas, em hospitaes geraes e especiaes e nos accidentes de ruas e extra-domiciliares; em quadras anormaes ou epidemicas, por medidas de prophylaxia. **Os soccorros para protecção á saude e á vida deverão ser prestados, aos lactantes, ás mulheres** (durante a gravidez, o parto, o estado puerperal, a amamentação materna ou mercenária), **ás creanças** (desvalidas e ás **em trabalho de officinas, officios, escolas**), **aos invalidos (por molestias, por accidentes e por velhice)**, **aos trabalhadores (regulamentando o tempo de trabalho)** (MENEZES, 1911, p. 191, grifo nosso)

Ao seleccionar fontes e subsídios para compor a investigação proposta, optamos pela utilização do já referido Código Sanitário de Juiz de Fora (1911), os Relatórios Anuais produzidos pela Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, entre os anos de 1897 e 1930, o Estatuto da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (1897), o Regimento Interno da Misericórdia de Juiz de Fora (1898), o Plano Diretor de Juiz de Fora, publicado por Gregório Howyan (1893), Relatórios Anuais da Liga Mineira contra a Tuberculose (1903-1908), os periódicos de grande circulação durante o período abarcado pela pesquisa (1897-1930), sendo eles os jornais "O Pharol" e "Jornal do Commercio", ambos disponíveis na Hemeroteca Digital. Ademais, utilizamos algumas produções locais referentes à assistência, industrialização, biografias dos membros da elite e outras produções, sendo elas acadêmicas ou memorialísticas.

Acreditamos, assim, que a pesquisa complementa os estudos e as produções acerca da assistência à saúde em Juiz de Fora, trabalhando com algumas fontes ainda não utilizadas, que serão complementadas com as produções já existentes sobre o assunto. Não encontramos pesquisas que façam um estudo direto sobre a Santa Casa de Juiz de Fora no período de transição dos séculos XIX para o XX, tampouco pesquisas que aprofundassem no Código Sanitário municipal e nos relatório anuais. Portanto, esperamos que possamos obter resultados satisfatórios no sentido de estimular e/ou fornecer subsídios para as futuras pesquisas que contemplem a História da Medicina e da Saúde em Juiz de Fora.

A pesquisa foi desenvolvida em 3 capítulos, sendo eles os eixos do trabalho. Neles, buscamos esclarecer os principais propósitos, apresentar a documentação encontrada, relacionar o material encontrado com o contexto do objeto de estudo, além de sustentar as nossas ideias por meio de conceitos trabalhados por estudiosos do tema.

No Capítulo 1, Panorama da saúde pública e privada em Juiz de Fora nos séculos XIX e XX, procuramos introduzir o cenário político e social do município para que, no capítulo seguinte, fosse possível apresentar o objeto central de pesquisa. Valorizamos as ações voltadas à prestação da assistência à saúde na cidade, os agentes promotores dessas ações, o posicionamento da política local e o processo de institucionalização que se deu em torno do discurso de modernização do espaço urbano e social, que se consolidou por meio do capital proveniente dos industriais e remanescentes produtores do agronegócio na região.

No Capítulo 2, De "Casa de Caridade" à "Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora": a trajetória da instituição, buscamos trabalhar efetivamente com o objeto central da pesquisa: a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Abordamos os percalços que envolveram o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o tema proposto, as limitações documentais ora impostas pela instituição detentora dos arquivos, ora pela falta de produção de documentos por parte da instituição durante os seus primórdios. Apresentamos os materiais já existentes sobre a instituição, destacamos os novos materiais e discutimos se algumas conclusões dentre as obras produzidas são pertinentes, ou não, ao contexto do assunto.

A partir de então, traçamos um breve histórico da instituição: como ela se formou, com qual objetivo, quem a compôs, como a assistência costumava ser prestada e a quem era prestada. Buscamos apresentar como ela era vista e como foi a sua recepção pela sociedade. Além disso, foi evidenciada a relação da instituição com o poder público local, como ela contribuiu para o projeto de modernização da cidade, que seguia os parâmetros da capital imperial (e posteriormente republicana), e de que maneira estava atrelada aos projetos da política nacional.

Em seguida, trabalhamos de forma mais aprofundada com o primeiro estatuto da Irmandade dos Passos e o primeiro regimento interno do hospital, ambos de acordo com a nova conjuntura política da então República Federativa do Brasil. Em seguida, finalizamos o capítulo fazendo uma análise da composição social da Irmandade dos Passos, da Mesa Administrativa e de seus dirigentes. Quais os interesses que foram defendidos por esses agentes, como garantiam o cumprimento dos interesses, de que modo influenciavam na política local e na sociedade como um todo são as principais indagações que tentamos responder no capítulo mencionado.

No terceiro e último capítulo, " A (r)estruturação da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora no século XX ", foram trabalhados os planos e medidas adotadas dentro do hospital para fosse consolidado como centro de referência no oferecimento da prestação de serviço na área da saúde na cidade, durante a gestão de dois provedores em específico: Braz

Bernardino Loureiro Tavares e Antônio Augusto Teixeira. Levamos em consideração a reorganização do espaço hospitalar, a aquisição de novos e modernos equipamentos, a incorporação de novos médicos ao grupo de profissionais e as estratégias utilizadas para garantir os donativos provenientes da população e as subvenções oriundas do poder público. É objetivo deste trabalho, então, analisar a Irmandade dos Passos e da Misericórdia de Juiz de Fora, buscando entender qual o seu papel na sociedade juiz-forana durante o período de 1897 até 1927, marcado pelas novas políticas assistenciais e pela nova concepção da medicina e do espaço médico-hospitalar. A realização desta pesquisa foi elaborada a partir de fontes até então não trabalhadas e embasada em uma bibliografia acadêmica contemporânea.

Evidenciamos também o público-alvo da assistência. Quem eram as pessoas assistidas e como ocorreu o processo gradual que modificou os seus perfis. Foi possível identificar que o hospital está disponível aos não-irmãos, mas sua receita, em grande parte, aumenta em decorrência do número de pagantes dos serviços hospitalares. Perceberemos também que o hospital tornou-se um espaço de constante disputa para a consolidação do médico como profissional, tendo em vista que, em todo o período trabalhado, o cargo de Provedor foi ocupado por não-médicos. Observamos, também, o processo de incorporação das especializações médicas e da utilização do hospital não somente como espaço da cura, mas também um espaço acadêmico para a formação de novos profissionais da saúde.

2 PANORAMA DA SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA EM JUIZ DE FORA NOS SÉCULOS XIX E XX

O século XIX, sobretudo durante sua segunda metade, foi um período marcado pelo grande dinamismo que ocorreu na sociedade mundial em função da modernização que refletia cada vez mais na configuração do espaço urbano e nas transformações provenientes das novas demandas sociais. Tal movimento de modernização foi possível a partir dos grandes avanços científicos e tecnológicos que anunciaram uma nova era de mudanças na humanidade.

A expansão das malhas férreas, macadamização de ruas nos grandes centros urbanos, alargamento de ruas, canalização de esgotos e a produção de manufaturados são elementos que simbolizaram o advento da modernidade (HOBSBAWM, 2005, p.61). Anunciou-se, então, uma era de mudanças, de melhorias do bem-estar coletivo e das novas oportunidades do mercado de trabalho.

O discurso da modernização foi incorporado pela sociedade brasileira que durante meados do século XIX, assim como em outros países da América Latina, conquistou a sua independência e buscou articular um novo e eficiente aparato político na consolidação dos Estados Nacionais. De um modo geral, tal discurso ganhou a adesão dos diversos grupos das elites políticas que se espelhavam nos ideais estéticos e culturais dos centros europeus, que foram o cerne dessas mudanças. O resultado foi a criação de uma série de associações de caráter científico e de cunho nacionalista, que buscaram a valorização de suas capacidades e potencialidades (CAPEL, 1992, p. 168-169).

O final do século XIX marcou também o debate cientificista racionalista que se pautava no positivismo comtiano e no darwinismo, permeando os principais ciclos letrados da sociedade brasileira (NAVA, 1972, p. 94). Nesse debate, a moral social era entendida como elemento fundamental na construção de um Estado moderno, garantindo a ordem da coletividade e disciplinando a população para o progresso vindouro. Tal disciplina incidia sobre as formas como o cidadão se portaria em sociedade, e também no modo como esse indivíduo despendia o seu tempo. Portanto, o lazer, as condições de trabalho, as relações familiares e até mesmo os locais de habitação dessas pessoas, tornaram-se alvo de ações e posturas de intelectuais e políticos que buscaram enquadrar o Brasil nos moldes internacionais (CAMPOS, 2002, p. 48).

O elemento fundamental da proposta modernizante foi a salubridade dos espaços públicos, tendo como principais agentes, conseqüentemente, os grupos de médicos ou demais indivíduos que mantinham estreita ligação com o campo das ciências experimentais em

crescimento no decorrer do século XIX, sob forte influência iluminista do século XVIII e do método cartesiano (SIGOLO, 2017, recurso online). O período foi marcado pela ascensão do capitalismo e de todo o projeto modernizador trazido por ele, especificamente pela renovação tecnológica e científica que a todo o momento buscava sua desvinculação com o passado colonial obsoleto, que não condizia com os novos padrões vigentes no cenário europeu (BARROSO, 2008, p. 14-16).

Inferimos, então, que o advento do capitalismo representou um período de grande efervescência na sociedade por se tratar de um momento no qual o dinamismo urbano acelerado determinou novas diretrizes da configuração do espaço nas cidades. Tal processo acelerado de urbanização significou, também, um período de grande desordem social, pois nesse momento a industrialização vivenciou o seu auge e, para manter tal aparato, era necessário fazer uso da mão de obra assalariada, o que aumentou o contingente populacional em números de grandes expoentes (PORTER, 2001, p. 57).

O maior contingente populacional significou o agravamento de uma série de questões. Pobreza acentuada, violência urbana, degradação moral e social, proliferação de epidemias e doenças, além da mendicância foram alguns dos problemas iniciais trazidos com a modernidade capitalista industrializada. Vale ressaltar que, embora não fosse interessante aos empregadores que os seus trabalhadores adoecessem, a camada social mais afetada em razão das condições existentes na época foi a dos operários e demais indivíduos subalternos da sociedade.

A Medicina Sanitária tornou-se, então, canalizadora das vontades dos setores detentores do capital e de prestígio social. Presenciou-se um momento no qual projetos de implementações sanitárias na urbe eram objetos constantes nas pautas das Câmaras, em grande medida devido ao fato de que uma parte dos agentes da saúde ocupava cargos na política local ou regional⁷. Com isso, foi a partir desse momento que a Medicina adquiriu o seu caráter de Ciência Médica e passou a agir incisivamente na organização do espaço público, com suas intervenções e suas postulações de caráter higienista que incidiam sobre as legislações e regiam a população alvo dos empreendimentos modernizadores.

Contudo, segundo George Rosen, o projeto de reforma sanitária empreendido em meados do século XIX teria partido da ação dos legisladores como aparato utilizado para o

⁷ Em sua pesquisa, Elaine Laier Barroso analisa documentos oficiais produzidos pela Câmara Municipal, a partir de uma apreciação quantitativa e qualitativa dos dados, nos mostra que é possível perceber a modernização da cidade por intermédio da medicina sanitária, com base em resoluções expedidas a respeito da higiene e da saúde pública. Ver: BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Modernização e Higienismo: Controle Sanitário e Gestão Político-Científica na Manchester Mineira (1891-1906)**. 2008, 224 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

controle social. Logo, a atuação dos médicos no processo teria sido elemento secundário, porém importante, na consolidação dos projetos propostos. Com isso, a medicina passou a ser entendida como um instrumento mediador do projeto modernizador (BARROSO, 2008, p. 18-19).

Portanto, o ideário social de modernidade será consolidado pelos grandes empreendimentos de urbanização voltados à melhoria do espaço de convivência entre a população das cidades. O êxodo rural proveniente do declínio da produção cafeeira e a ascensão das atividades fabris, contribuíram para o acelerado fluxo de uma população multicultural e cosmopolita em diversas cidades brasileiras que comungavam deste processo de industrialização. Imigrantes e migrantes passaram a preencher os cenários urbanos das localidades em cujas atividades econômicas operavam por meio da mão de obra fácil, barata e com grande rotatividade.

2.1 PRIMÓRDIOS E CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM JUIZ DE FORA DURANTE O SÉCULO XIX: A CASA DE CARIDADE

Juiz de Fora não fugiu à regra quanto ao acúmulo de capital proveniente da produção cafeeira. O município teve vultuosa participação na produção e desenvolvimento da cultura do café na região da Zona da Mata, durante a segunda metade do século XIX. Elevado para a categoria de Vila, em maio de 1850 pela Lei estadual nº 472, o grupo social que se desenvolveu na região não tardou a iniciar o seu processo de expansão urbana, com a construção da Câmara Municipal (1853) e a Casa de Caridade (1854). Pouco tempo depois, a vila foi elevada à categoria de cidade, em 1856 (OLIVEIRA, 2016, p.27-28).

A cidade foi marcada por um número significativo de produtores da rubiácea, o que refletiu no grande contingente populacional de escravos na região. Tal estimativa populacional foi sendo intensificada gradativamente quando, em 1861, foi inaugurada a construção da Estrada União e Indústria, financiada por Mariano Procópio Ferreira Lage⁸ em

⁸ Segundo o material biográfico produzido por José Procópio Filho: Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872). Natural de Barbacena (MG) (...) Engenheiro, Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Deputado Federal. Construtor e incorporador da Companhia União e Indústria que construiu a rodovia ligando Juiz de Fora a Petrópolis, inaugurada em 1861 pelo Imperador Dom Pedro II. Fundador da Escola Agrícola União e Indústria e da Colônia Dom Pedro II, de imigrantes alemães. Presidente do Jockey Club do Rio de Janeiro. Oficial da Legião de Honra da França. (...) Investidor imobiliário e acionário. TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979. p.235-236. Também foi membro da primeira Mesa Administrativa da Casa de Caridade, no ano de sua fundação (1854). O memorialista Wilson de Lima Bastos destinou uma obra biográfica completa sobre o autor. Ver: BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

parceria com o governo imperial. A construção da estrada ocasionou a vinda em larga escala de imigrantes alemães e tirolezes para Juiz de Fora, pois seriam a principal mão de obra utilizada na execução das obras (COUTO, 2016, p. 30-31).

O avanço na produção cafeeira e a melhoria nas condições de escoamento do produto, favoreceram um crescimento elevado e, conseqüentemente, o acúmulo de capital por parte de seus proprietários. Tal fenômeno figurou como elemento chave para a industrialização da cidade, pois foi a partir do capital excedente que os proprietários de terra começaram a investir na indústria como fonte alternativa de renda, o que garantiu uma série de pioneirismos na cidade, como a criação da primeira usina hidrelétrica da América Latina pelo industrial Bernardo Mascarenhas, que foi também o principal responsável pela incorporação da rede elétrica na cidade na última década do século XIX⁹.

Acreditamos, então, que desde os momentos iniciais da fundação de Juiz de Fora, a elite dominante buscou manter ora um aspecto provinciano modernizador político e culturalmente, ora modernizante no tocante à economia e aos empreendimentos urbanos que envolviam o crescente polo residencial e administrativo da cidade, localizado na região central do município¹⁰. Tal região, no decorrer da segunda metade do século XIX, passou por algumas propostas de intervenções, a citar a elaboração da planta que alargava a avenida e instituiu as primeiras calçadas, de autoria do engenheiro Henrique Halfeld e, posteriormente, a planta elaborada pelo engenheiro Dodt (OLIVEIRA, 2016, p.35).

⁹ Segundo o Dicionário Biográfico de Juiz de Fora: Bernardo Mascarenhas (1847-1899). Natural de Curvelo. (...) Industrial em Sete Lagoas, transferindo-se para Juiz de Fora, depois de efetuar alguns estudos na América do Norte, aqui fundou a Companhia Mineira de Eletricidade (1888), construindo a sua primeira Usina Hidrelétrica, que também foi a primeira da América do Sul e que até hoje é conservada como relíquia. Fundou a Companhia de fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, da qual foi o primeiro presidente. Um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e seu primeiro diretor. Efetuou a primeira instalação elétrica de iluminação pública na cidade. (...) Membro da Assembleia Municipal Republicana, em 1891. TEIXEIRA FILHO, José Procópio. op. cit. p.67. Foi membro da mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, em 1898.

¹⁰ OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.p.35. Importante ressaltar que em sua pesquisa, Rogério Siqueira se embasou nas atas das sessões da Câmara Municipal entre os anos de 1853 e 1888. Tal estudo abrangeu um tempo significativo da cidade e, portanto, goza de grande importância para o desenvolvimento de estudos acerca da assistência em Juiz de Fora nas primeiras décadas do município. Sobre o conservadorismo religioso em Juiz de Fora, que atuou como norteador de valores morais e políticos na cidade, ver: PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2002. Para termos um panorama econômico público em Juiz de Fora, ver: DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação de capital e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2016. Sobre as perspectivas políticas de Juiz de Fora, e a configuração social da elite política da cidade, ver: GENOVEZ, Patrícia Falco. **As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002. 107p.

A expansão política, econômica e social da cidade inseriu gradativamente a população em uma conjuntura de grandes transformações. Dentre elas, a que desempenhou papel basilar na consolidação da modernidade no município, foi o desenvolvimento de um aparato assistencialista que passou a pensar em problemáticas cotidianas, como a pobreza, o saneamento e a necessidade do embelezamento das ruas como forma de enquadrar Juiz de Fora nos moldes da, então, capital imperial, Rio de Janeiro, que, por sua vez, se espelhava na suntuosidade e opulência parisiense.

Com isso, embora tenha crescido a produção historiográfica sobre a assistência à saúde em Juiz de Fora, os estudos que concentram o foco de pesquisa no poder público municipal nas primeiras décadas de existência da cidade ainda são incipientes. O último trabalho que tem o foco voltado para retratar as relações de assistência em Juiz de Fora, sejam elas relações verticais ou horizontais, foi o realizado por Oliveira, conforme já mencionado. O autor trabalha os anos iniciais da instituição que se tornou parte do objeto desta pesquisa e que será desenvolvida a partir do segundo capítulo: a Casa de Caridade. Ademais, o autor trabalha brevemente as esmolas e a assistência como responsabilidade do poder público¹¹.

Inevitavelmente, ao falarmos de assistência à saúde em Juiz de Fora no século XIX, nos deparamos com a figura do Comendador José Antônio da Silva Pinto (1785-1870), que, posteriormente, viria a receber o título de Barão da Bertioga, por Dom Pedro II quando este visitou a cidade de Juiz de Fora. Silva Pinto foi um benfeitor que esteve atrelado às questões religiosas e políticas da região. Cafeicultor e proprietário de vasta região de terras, o Comendador fez parte de uma série de grupos de assistência mútua entre seus pares. Teve participação ativa na política juiz-forana (OLIVEIRA, 2016, p.37).

José Antônio investiu maciçamente no desenvolvimento de Juiz de Fora, mostrando, desde os primórdios, uma preocupação com a salubridade do espaço social. Tal preocupação pode ser interpretada ao observarmos que partiu dele a iniciativa de construir o cemitério municipal da cidade, tendo financiado metade da construção. Foi responsável também pela construção de uma coluna hidráulica que abasteceria a população adjacente à sua fazenda, com água do poço.

Siqueira entende que Silva Pinto estava inserido no processo de desenvolvimento implementado por Dom Pedro II no Brasil. Com efeito, o autor assinalou que:

¹¹ Em sua dissertação de Mestrado, Rogério Siqueira realizou, no segundo capítulo, um estudo aprofundado das esmolas, das loterias e da assistência como responsabilidade do poder público. Ver: OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016. p. 36-62.

Buscava-se construir uma cidade moderna, rica e saudável voltada para a ordem, o progresso e o bem-estar da população. O objetivo era tornar o centro urbano um lugar atraente, garantindo o bem viver da elite dominante, em consonância com as atualizadas concepções de higiene, planejamento urbano, eletricidade, transporte, etc. Buscava-se a implementação de uma modernidade sem perder de vista o elitismo de uma sociedade agrária, escravista e ainda conservadora (OLIVEIRA, 2016, p.40).

Conforme citado no trecho acima, Juiz de Fora buscava a inserção em um modelo de cidade moderna, mas, ao mesmo tempo, manteve os resquícios sociais de uma sociedade escravista. É o que nos apresentaram os estudos de Vanda Arantes do Vale (VALE, 2012, p.239). Ao identificar as relações estabelecidas entre a saúde e as doenças com as propostas de Modernização e Modernismo da sociedade brasileira, sob a perspectiva das obras de um médico memorialista, a pesquisadora evidenciou que, ainda na primeira década do século XX, eram identificados resquícios de pensamentos escravocratas na cidade, inclusive, na família desse memorialista, Pedro Nava. O autor assinalou que:

Abolida esta (a escravidão) e não se podendo mais comprar o negro, as senhoras de Minas tomavam para criar negrinhas e mulatinhas sem pai e sem mãe ou dadas pelos pais e pelas mães. Começava para as desgraças a dormir vestidas em esteiras postas em qualquer canto da casa, as noites de frio, a roupa velha, o nenhum direito, o pixaim raspado, o pé descalço, o tapa na boca, o bolo, a fêrula, o correão, a vara, a solidão (NAVA, 1972, p.259).

Entretanto, segundo nos mostrou Nava, parecia haver certa aceitação por parte das negras que, muitas vezes, acabaram sendo coniventes ou conformadas com o estigma e condições as quais eram submetidas. Disputavam, inclusive, a atenção de suas "senhoras" com as demais negras que estavam na mesma situação. De acordo com o que Nava completa sobre a condição servil dessas negras (NAVA, 1972, p.259):

Apesar disto, íntimas das sinhás, ajudando nos fuxicos, nas intrigas - servis, bajuladoras, vendo tudo, alcovitando namoros, sabendo dos podres e integradas em cheio nos complexos sexuais dos meninos da família. Em casa de minha avó materna funcionava o sistema. Ela era mesmo tida como grande disciplinadora de negrinhas, disputando a palma dessa primazia em Juiz de Fora, com a D. Guilhermina do Dr. Rosa da Costa e a D. Clementina do Dr. Feliciano Pena¹².

¹² Ambas as famílias são importantes figuras no cenário político e social de Juiz de Fora. Segundo a obra biográfica de José Procópio Teixeira Filho: "Feliciano Augusto de Oliveira Pena - 1846-1914. Natural de Santa Bárbara - MG - Casado com Clementina Moreira Pena. Advogado. Paredro político. Senador da República. Juiz de Direito. Jornalista de "O Pharol". Professor na Academia de Comércio. Fundador em 1894, com José Mariano Pinto Monteiro e Francisco Cândido da Gama Júnior, do Instituto Jurídico Mineiro. É titular de rua. Ver: TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979. p.109-110. Feliciano Pena, inclusive, foi cotado ao cargo de Provedor da Santa Casa de Juiz de Fora, em 1897, prontamente recusou a proposta e indicou o juiz de direito Braz Bernardino Loureiro Tavares. Como

Assim, a partir de um cenário marcado de dualidades, no qual a modernidade progressista contrastava com o conservadorismo escravista, que foi construída a Casa de Caridade em Juiz de Fora. O empreendimento não somente seguia os dispositivos legais previstos na legislação provincial, como também representava a consolidação de um aparato desenvolvido para atender as demandas sociais e governamentais sobre a saúde pública (OLIVEIRA, 2016, p.41).

A iniciativa de Silva Pinto funcionou como instrumento de afirmação política local, ao passo em que buscou enquadrar Juiz de Fora nos modelos das ações filantrópicas e de assistência instituídas na Europa (BRESCIANI, 2008, p. 33). Contudo, não ficou claro a quem o estabelecimento atendeu. Segundo Rogério Siqueira:

(...) Mais nenhuma menção faz o compromisso sobre qual o formato da relação entre a Mesa da Irmandade e da Casa de Caridade, como também não está claro se esta se propunha a atender a população da cidade como um todo, apenas os pobres e desfavorecidos, ou ainda se apenas aos irmãos (OLIVEIRA, 2016, p.45-46).

Podemos perceber que a instituição de caridade serviu precariamente para suas finalidades durante as primeiras décadas de sua existência. Sabe-se que, embora fossem registrados constantes investimentos por parte do Barão da Bertioga somados aos pequenos donativos de objetos e alimentos oriundos de terceiros, não era incomum que os jornais locais notificassem algum atendimento que foi deixado de ser prestado por falta de recursos.

Ainda sobre a precariedade da Casa de Caridade, Oliveira apontou em sua pesquisa determinada situação na qual uma comissão havia sido instituída para avaliar as condições de algumas instituições do município, dentre elas a "Misericórdia". Após análise da comissão, constatou-se a "inadequação e precariedade da construção que, segundo ela, encontrava-se em estado adiantado de ruína (OLIVEIRA, 2016, p.48)."

Com a morte de Silva Pinto, no ano de 1870, parte de sua fortuna havia sido deixada para a Casa de Caridade em testamento (TRAVASSOS, 1993, p. 52-60). Entretanto, em documento datado de 12 de maio de 1876, a Presidência da Província questionou sobre a não destinação do referido espólio às finalidades expressas em testamento pelo benfeitor

político, foi responsável por destinar recursos federais às associações filantrópicas em Juiz de Fora. Coronel Dr. Antonio Rosa da Costa - Não foram encontradas informações consistentes a respeito de tal senhor. Sabe-se apenas que ele foi um respeitável membro da sociedade juiz-forana, inspetor dos telegrafos da União a partir da leitura do *Pharol* entre os anos de 1899 e 1906. Registra-se uma notícia do *Jornal O Pharol*, datada de 26 de setembro de 1912, a partir da qual a família de Rosa da Costa manifesta os agradecimentos àqueles que comparecerem ao funeral do falecido e convida a todos para a missa de 7º dia de falecimento, que seria no mesmo dia 26. Portanto, sua morte pode ser entendida como ocorrida no dia 19 de setembro de 1912.

(OLIVEIRA, 2016, p.50). Tal material corroborou com a ideia de que durante todos esses anos a administração da Casa de Caridade tenha passado por acentuados problemas em sua gestão. Com isso, foram justificados também os problemas enfrentados na produção dos livros de receitas e despesas, que geraram inconstâncias na prestação de contas da Casa de Caridade¹³. Rogério de Oliveira constatou que, somente a partir do ano de 1886, os livros de receitas tornaram-se regulares e passariam a ser aprimorados a partir de 1897, na gestão de Braz Bernardino Loureiro Tavares, quando este Provedor passou a desenvolver os relatórios anuais¹⁴.

2.2 A SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE JUIZ DE FORA E A LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE: SANITARISMO E CIVILIZAÇÃO

O estado sanitário de um povo e a sua civilização, escreve Roger, seguem uma marcha paralela. É a medicina, diz Descartes, que precisamos pedir a solução dos problemas que interessam á grandeza e á felicidade da humanidade. A multiplicidade e a vastidão dos diversos ramos da medicina tornam esses estudos difficeis, impondo ao médico um trabalho interessante e tenaz; e a rapidez do progresso, conquistado cada dia, obriga-o a grande esforço para se manter ao corrente das descobertas em benefício do doente. Sua situação especial de guarda da vida dos seus semelhantes, creou-lhe novos deveres; como outras, a profissão medica não permite a rotina. Qualquer que seja a sua situação, qualquer que seja o meio em que exerça a profissão, pode o médico, muitas vezes, prestar serviços á ciência e contribuir para o seu progresso. O homem caminha para um estado melhor; mas a sua perfectibilidade mostra que elle não é perfeito; a perfeição não existe nem no mundo physico nem no mundo moral (MENEZES, 1911, p.V).

Com duas colônias de imigrantes alemães, na década de 1850, e uma hospedaria de imigrantes italianos a partir da década de 1880, Juiz de Fora passou a figurar como um palco de mortalidade e contaminação de doenças que eram somadas às precárias condições de vida às quais eram submetidos os imigrantes e migrantes (CHRISTO, 1994, p.29-33). A chegada de tais indivíduos na cidade fez com que o contingente populacional fosse somado aos demais que já viviam no local em condições de alta precariedade.

¹³ O próximo capítulo evidencia que durante os 27 primeiros anos que sucederam a morte do Barão da Bertioga, 16 provedores assumiram a administração do hospital e da Irmandade dos Passos. No ano de 1891, foram três provedores que assumiram o cargo, sucessivamente, ante às renúncias e as constantes alegações de crises internas.

¹⁴ Os capítulos seguintes foram norteados pelos relatórios anuais produzidos a partir da gestão de Braz Bernardino. Conforme será visto, a cada ano que se passou a documentação produzida tornou-se completa e descritiva, fornecendo subsídios imprescindíveis para a nossa pesquisa.

Determinados imigrantes foram, então, instalados em submoradias, com alimentação insuficiente e precária, muitas vezes, sendo vistos à margem da sociedade. Somou-se ao grupo o grande contingente de escravos libertos com a abolição da escravatura. Ou seja, a transição do século XIX para o século XX legou à Juiz de Fora uma massa de indesejados que serviam de vetores para doenças e contribuíam para a propagação das moléstias que incidiam nas alarmantes taxas de mortalidade na cidade (BARROSO, 2005, p.8-9).

Junto com as inúmeras doenças, surgiram também grupos de médicos e filantropos preocupados com o bem-estar social coletivo, interessados na forma como a cidade era vista por investidores e grandes autoridades. Tais agentes mobilizaram os seus pares e o poder público a fim de propor medidas de contenção, combate e prevenção às múltiplas doenças que assolavam a população. Pautados na premissa de sanear, embelezar e urbanizar a cidade, esses agentes vislumbravam atingir o patamar de cidade modelo, buscando figurar entre as grandes capitais européias e brasileiras.

Nesse rol de doenças que afligiam Juiz de Fora, a tuberculose foi uma das tantas que chegou vitimar inúmeras pessoas. O medo em torno da doença se deu, também, em função da sua facilidade de contágio e pelas proporções tomadas por seu agente patogênico, que contaminava do mais miserável morador de rua ao mais abastado barão do café. Ficou claro, porém, que elementos como a boa alimentação, higiene pessoal, atividades físicas e repouso implicavam em um organismo mais resistente à doença e menos propenso ao seu contágio, embora não significasse a isenção total de sua contaminação. Do mesmo modo, ficou claro que parte irrisória da sociedade juiz-forana conseguia manter posturas saudáveis, tornando a maioria da população vulnerável à doença.

Como ferramenta de divulgação das posturas médicas que tinham o objetivo de conscientizar a população sobre a tuberculose, os grupos associados de médicos e agentes benfeitores utilizavam os jornais por conta da facilidade de difusão e ao alcance de suas informações, considerando que os boletins e revistas médicas naquele momento atingiam um público específico e possivelmente não gerariam o resultado esperado. Vale salientar também que, embora grande parte da população fosse iletrada, as informações presentes nos jornais eram espalhadas oralmente entre os patrões e os funcionários, garantindo a eficácia pretendida com o uso do jornal. Ora por ignorância, ora por falta de condições, os que mais careciam dos cuidados médicos não colocam em prática as postulações médicas contra a doença, gerando insegurança nos médicos e as propostas de medidas extremas, como as medidas coercitivas.

Discutiu-se em Juiz de Fora nas duas últimas décadas do século XIX sobre empreendimentos e obras que pudessem contribuir para o crescimento urbano da cidade.

Influenciada pelo modelo da então capital brasileira, que, por sua vez, buscava influência em Paris, a Câmara Municipal juiz-forana passou a estabelecer nas pautas de suas discussões a real necessidade de efetivar o desenvolvimento político e social do município. Segundo Goodwin Jr (1997, p.121-124), as intervenções da modernização que chegavam ao Brasil foram provenientes do intercâmbio produzido entre as elites locais e a capital do Império brasileiro. Os recursos dos grandes produtores de café, então, foram responsáveis por efetivar e subsidiar parte dos projetos que foram gradativamente incorporados ao município de Juiz de Fora.

No ano de 1891, a recém-criada Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889) estabeleceu uma comissão especializada para propor novas medidas que seriam aplicadas e incorporadas aos projetos de saneamento da cidade. Denominou-se, então, Comissão Sanitária, para a qual foram nomeados alguns engenheiros e médicos da cidade que iriam compor o grupo a fim de contribuir com projetos estruturais e medidas de salubridade (HOWYAN, 2004, p.24).

Após a análise das condições geográficas de Juiz de Fora, que envolviam o estudo do clima, relevo, meteorologia e hidrografia, decidiram por contratar um engenheiro francês com habilitação em engenharia pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Gregório Howyan, que implantou o chamado "Plano Howyan" (HOWYAN, 2004, p.13). Em seu projeto, analisou principalmente as condições da cidade referentes ao tratamento das águas pluviais, que, muitas vezes empoçadas, serviam como vetores de doenças. Em sua pesquisa, constatou que, entre os anos de 1891 e 1892, havia no perímetro da cidade, que contava com 12 mil habitantes, grandes extensões de pântanos que se multiplicavam em decorrência das chuvas, gerando focos de água estagnadas que difundiam uma série de moléstias, como a tifo (HOWYAN, 2004, p.33, 47, 53, 59).

Sua proposta foi melhorar os calçamentos que se encontravam precariamente macadamizados, dividir os esgotos a partir do tipo de imóvel que o produzia¹⁵, canalizando-os, implantar a profusão de águas para escoar os esgotos, construir chafarizes que não somente manteriam o fluxo de água como também embelezariam a cidade e trabalhar no curso do Rio Paraibuna, alargando-o e aprofundando-o para que se evitassem as constantes cheias ocasionadas em período de chuvas. As propostas incluíam, também, a drenagem das regiões pantanosas, melhorias na coleta e na disposição do lixo e o processo de colmatagem,

¹⁵ Segundo Howyan, era necessária a canalização dos esgotos nos imóveis, que deveriam ser diferidas conforme a natureza deste imóvel. Segundo o engenheiro, dividiu-se em: 1º) Hospitais, abrigos para mendigos etc.; 2º) Câmaras Municipais, Casernas, Usinas, Tribunais, Fábricas, etc.; 3º) Escolas, Conventos, Instituições, etc.; 4º) Prisões; 5º) Grandes Hotéis, etc.; 6º) Casas particulares; 7º) Pequenas moradias, casas de campo etc.

que basicamente reuniria os nutrientes oriundos dos lodos produzidos no rio que cortava a cidade.

Todo o projeto desenvolvido por Howyan representava a busca de sua inserção em um contexto modernizado. Ao longo do relatório final do projeto elaborado por Howyan, em 1893, percebe-se que inúmeras vezes o engenheiro evocou o discurso de que a cidade somente seria civilizada e moderna caso adotasse as postulações sanitárias por ele instituídas. A alcunha "Éden do Brasil" foi atribuída à cidade e, se viesse a adotar as medidas evidenciadas na época, segundo Howyan:

Juiz de Fora se tornará um lugar encantador que atrairá certamente os amantes de vilegiaturas do Rio de Janeiro e de outros lugares, sempre à procura de estações de repouso.

Juiz de Fora merecerá ser chamada definitivamente o Éden do Brasil e a Intendência Municipal, que terá presidido essas obras de grande utilidade, receberá todo o mérito do país e da República (HOWYAN, 2004, p.61).

Com a crescente necessidade da reorganização dos serviços sanitários para se adequar à Medicina Sanitária no Brasil e os recorrentes surtos epidêmicos entre as décadas de 1890 e 1900, conforme assinala Elaine Laier, o poder público passou a investir em medidas e ações voltadas ao higienismo das cidades, que viveram um período de grandes efervescências sociais decorrentes das medidas empregadas pelo Estado (BARROSO, 2008, p.33). É possível destacar o isolamento de pessoas que representavam e apresentavam alguma característica que contrastasse ao modelo de salubridade almejado. Foi o caso dos portadores de doenças mentais e portadores de doenças infecto-contagiosas, naquilo que Barroso (2008, p.33) denominou "limpeza social".

Com isso, é possível entender a importância que a institucionalização da saúde teve para a sociedade juiz-forana e os ideais do cientificismo empregados pelos médicos e filantropos em Juiz de Fora, durante o período em questão. Ao estudar a assistência à saúde em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, Virna Braga assinala que:

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, desde o império até a República, contudo são mais recorrentes do final do século XIX. Durante o governo imperial, na maior parte dos relatórios, a palavra "hospitais" foi utilizada para iniciar o item sobre os socorros públicos na província, principalmente, quando doenças infecciosas se transformavam em epidemias, o que causava grande preocupação aos governantes mineiros (BRAGA, 2015, p.86).

Sendo assim, vários questionamentos foram levantados no que diz respeito à via de adoção e ao modelo de assistência que os médicos e filantropos ansiavam, conforme nos mostrou Laier e Howyan. O movimento de grande efervescência e mobilização em torno da institucionalização da saúde se deu pelos avanços constantes na produção de agentes químicos e biológicos no sentido de combater as doenças infecciosas, o que alterou significativamente o discurso médico que se fundamentava na teoria do contágio, teoria esta que se mostrou ineficaz no combate às epidemias que assolavam a população, bem como deu início à funcional teoria microbiológica, divisor de águas na ciência moderna e que proporcionou o exponencial avanço no combate aos micro-organismos patológicos (BENCHIMOL, 1992, p. 75-79).

Em parte, o que financiou e proporcionou que o projeto fosse incorporado à crescente Juiz de Fora, foram os recursos provenientes dos grandes produtores cafeeiros, que a despeito das demais regiões do estado cujos recursos se tornaram escassos com a decadência aurífera, na região da Zona da Mata a produção de café teve grande destaque na geração de riquezas para a cidade (PIRES, 2004, p. 29-32).

O fator que serviu como alicerce para o desenvolvimento de Juiz de Fora, principalmente na esfera cultural, foi o grande desenvolvimento no setor econômico, possibilitado pela incorporação das fábricas para a produção industrial, embora a predominância do capital fosse decorrente das atividades agropecuárias e comerciais, por se tratar de uma região com localização privilegiada, interligando a capital com as demais regiões ao norte dos portos onde os produtos seriam comercializados (ANDRADE, 1987, p.17). Com isso, possibilitou a ampliação no campo científico, artístico e educacional, incorporando a cidade aos padrões entendidos como de saneada e moderna, promovendo solo fértil aos debates de cunho higienista.

A atuação passou a ser mais evidente com a criação de institutos de educação voltados para a formação técnica dos indivíduos, a fim de promover sua inserção no mercado de trabalho. Tais ações tirariam as pessoas das ruas, afastando-as da mendicância e evitando que sua presença nas ruas pudesse provocar um retrocesso no projeto modernizador. Maraliz Christo trabalha o desenvolvimento da educação em Juiz de Fora e assinala uma série de instituições criadas a fim de promover esta educação em ampla escala, como o Instituto Metodista Granbery e a Academia de Comércio (CHRISTO, 1994, p.57, 69).

Vanessa Lana (2006) apresentou em sua dissertação a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, no final do século XIX. A autora assinalou que, com a mudança de regime político no país na transição interséculos, somando as transformações

tecnológicas, a modernização passou a ser buscada por meio dos espaços na cidade, o que incidia diretamente na aplicabilidade dos conhecimentos da medicina para que se criasse um ambiente salubre com o intuito de refletir no controle das doenças da população.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora foi apenas um dos muitos aparatos desenvolvidos para acompanhar o dinamismo da cidade, cujo desenvolvimento estava cada vez mais eferescente. Seus membros buscavam legitimar suas ações por meio de estratégias de intervenções do espaço público e privado, a partir do conhecimento específico da categoria médica a fim de contribuir para o modelo higienista e salubre do espaço urbano.

Diante do cenário de atuação e transformações no campo médico-científico, um grupo de agentes locais decidiu institucionalizar a assistência direcionada ao tratamento da tuberculose, que, naquele momento, assolava a população em grande escala, resistindo aos fármacos e terapias presentes e ineficazes, mostrando-se necessária uma intervenção da sociedade. No final do século XIX, surgiu o Instituto Pasteur na França. Instituição sem fins lucrativos, que destinava-se ao estudo dos micro-organismos e da produção de vacinas que pudessem atuar no controle e combate das doenças que tanto dizimavam no período. Muitos países adotaram os preceitos deste instituto, pois suas atividades laborais tinham como alvo as doenças infecciosas. Com uma cultura que seguiu os moldes franceses, o Brasil incorporou a ideia e disseminou o instituto nas principais cidades do território nacional, como Rio de Janeiro (1888) e São Paulo (1903).

Em Juiz de Fora, o Instituto Pasteur foi criado em 1908 como um desdobramento da Liga Mineira Contra a Tuberculose (1900). Sua criação se deu principalmente pela ação do médico Eduardo de Menezes. Entre 1886 e 1888, Eduardo de Menezes esteve em viagem de estudos na Europa, onde visitou importantes centros médicos em Viena, Berlim e Paris. Neste último país, esteve presente no Hospital dos Alienados e estagiou no Instituto Pasteur em um laboratório junto com Louis Pasteur durante quatorze meses, com estudos voltados para a atuação prática antirrábica (AMARAL, 2015, p.28-29).

Tendo estreitas relações com a corte imperial brasileira, voltou ao Rio de Janeiro, em 1888, com o intuito de fazer parte do corpo médico oficial. No ano correspondente, voltou também o médico Ferreira dos Santos, que havia tido contato com Menezes em Paris, pois ambos fizeram o mesmo estágio. Ferreira dos Santos foi responsável por criar o primeiro Instituto Pasteur no Brasil e o segundo no mundo, no ano de 1888, no Rio de Janeiro. Já Menezes, tendo sido agraciado com algumas condecorações, como o título de Moço Fidalgo e Comendador da Ordem de Cristo, ficou impossibilitado de manter a sua vida na corte por contrair a peste branca, tendo como opção mudar-se para Juiz de Fora por conta do clima

propício ao tratamento indicado contra a tuberculose. Após sua cura, instalou sua clínica médica e deu início a uma série de participações em instituições culturais da cidade:

passou o resto de sua vida dedicando à cidade o melhor de seu talento e capacidade de liderança, junto a importantes instituições: a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), o Instituto Granbery (1890), a Academia de Comércio (1894), os cursos superiores de Farmácia e Odontologia (1904), o curso de Direito (1912), a Liga Mineira contra a Tuberculose (1900) com seus institutos Pasteur (1908) e Antiofídico (1921). Em Juiz de Fora foi, também, membro fundador e primeiro presidente da Academia Mineira de Letras e escreveu os seus livros, dentre os quais destacamos, em vista de suas preocupações de higienista, "O Clima de Juiz de Fora", "A Serra de Ibitipoca, relatório sobre o seu clima" e "Cidade Salubre" (AMARAL, 2015, p.29-30).

A partir de então, entendemos que a atuação nos meios sociais de grande circulação da elite local permitiu que Eduardo de Menezes conseguisse maior adesão de membros colaboradores nos projetos de desenvolvimento de novas pesquisas e na aplicação de seus resultados na população que necessitava de tal assistência. De um lado, grandes industriais e produtores agropecuários atuando para consolidar seu poder na esfera municipal, de outro uma demanda não atendida pelo Estado e que necessitava de uma intervenção para a melhoria da qualidade de vida da população.

No geral, os médicos avaliavam a Zona da Mata mineira como local de grandes propriedades terapêuticas no combate à tuberculose, conforme consta no relatório enviado para a comunidade de Lima Duarte pela Liga Mineira contra a Tuberculose, após os representantes desta Liga voltarem do Congresso Contra a Tuberculose, realizado em Paris, no ano de 1905. Juiz de Fora e suas adjacências mostravam ser de fundamental importância no combate dessa doença, em vista de sua posição geográfica privilegiada. Conforme publicado no jornal "O Pharol", em 27 de setembro de 1906:

O sanatorio é instrumento indispensável da Obra anti-tuberculosa, e a escolha de local, factor importantíssimo para que elle assegure toda a sua efficácia, embora não desconheça-mos que em quasquer condições de clima o Sanatorio seja util.

Em Minas Geraes e em quase todo o Brasil abundam os locaes em condições ideaes; é preciso porém que estes locaes sejam explorados e levados ao conhecimento dos medicos e do publico para que possam ser aproveitados opportunamente, visto que neste particular como para todas as fontes de bem e riqueza publicas a nossa natureza tão rica e prodiga ainda tem muitos recursos desconhecidos.

Ultimamente tivemos occasião de conhecer e explorar uma região que reune o conjuncto de todas as condições ideaes para Santatorio, é a serra de Ibitipoca (O PHAROL, 1906, recurso online).

Vale salientar que, além das ações voltadas ao combate da tuberculose, o projeto modernizante e institucional objetiva também abordar o processo da elaboração do discurso médico-sanitarista que foi empregado pelos médicos e filantropos a fim de legitimar as ações das instituições, que, muitas vezes, se valeram de tais discursos para se firmar como entidades que detinham exclusivamente os conhecimentos científicos para combater as epidemias. Os principais veículos de comunicação e difusão destes debates foram os jornais e a estratégia de publicidade a partir da fixação de cartazes nos principais pontos de acesso da grande massa da cidade: as estações de transporte ferroviário, os bondes que circulavam no centro urbano e dava acesso às periferias e também nos comércios que se concentravam na região central da cidade. Os materiais foram objetos de desinteresse por parte da população, conforme evidenciou a publicação do jornal "O Pharol" com mensagem da Liga, ainda em setembro de 1906:

Além destas, inumeras são as instituições que servem á questão da tuberculose, protegendo os recém-nascidos e meninos, pelo aleitamento e a educação higienica, proporcionando boas condições higienicas á classe mais miseravel da sociedade, a qual definha na domesticidade sem luz, sem ar e sem alimento reparador.

O que podemos nós fazer ora com uns 20 contos de que dispomos? Esphacelal-os em cartazes para servirem ás moscas e serem ludibriados pelo proprio publico; em revistas sem effeito pratico; montar dispensarios, fazer sanatorios, custeal-os? Temos nós o bafejo official que ao menos nos communique uma migalha de autoridade moral? (O PHAROL, 1906, recurso online)

A Liga Mineira contra a Tuberculose foi uma instituição filantrópica que incorporou em seu discurso a proposta de erradicar a tuberculose ou, caso não conseguisse erradicá-la, ao menos minimizar os impactos negativos que a doença oferecia para a população. A Liga iniciou, então, um empreendimento que se propôs a seguir o modelo empregado no Rio de Janeiro, caracterizado pela imposição de medidas coercitivas colocadas em práticas pelos órgãos públicos tendo em vista a eficácia das medidas de saúde, conforme explicitou o médico e presidente da Liga Mineira, Eduardo de Menezes, no relatório anual de 1905:

Eu não vejo sinão dois meios de fazer obra util. Um, consiste em medidas coercitivas, como as que são postas em pratica no Rio de Janeiro pela directoria da saude publica: é a intervenção administrativa official, que depende de despesas, de autoridades com poderes sufficientes, medidas que emanam dos governos locaes e geraes. Outro, consiste em instituições particulares, os sanatorios e os dispensarios; aquelles para restringir a mortalidade porporcionar a curabilidade e affastar da sociedade os individuos tuberculosos que são os fócios de propagação e disseminação;

estes para proporcionar tratamento medico aos tuberculosos (O PHAROL, 1905, recurso online).

Esse modelo de institucionalização empregado no início do século XX, foi a promessa de livramento do mal que vitimava um grande número de desafortunados na cidade. O discurso proposto pela Liga Mineira, embora fosse no sentido de erradicar a tuberculose na cidade e, com isso, favorecer o bem-estar coletivo, não garantia que os seus agentes se interessassem pelas medidas que a associação havia postulado. É importante considerar também a necessidade de aprovação da sociedade para a qual tais medidas de saúde eram destinadas, pois foi possível constatar, a partir de algumas fontes trabalhadas, que parte da população desacreditava nas ações e no discurso médico, chegando a deprestar cartazes afixados e outros materiais educativos propostos com o intuito de orientar a comunidade. Ressaltando que tais materiais foram primordiais na difusão do conhecimento médico naquele momento, conforme pode ser visto a seguir, com base na publicação da Liga Mineira Contra a Tuberculose, no jornal "O Pharol", em 06 de setembro de 1905, dizendo que:

[...] Esta Associação fundou-se com a consciencia de que não poderia desempenhar o seu papel dentro de algum tempo, attento ás condições da crise geral e a somma de capitaes necessarias para obter os seus fins. O assumpto sobre tuberculose repetido na imprensa diaria tornou-se platónico para que a sua continua repetição produza effeitos. Os cartazes sobre os perigos e os inconvenientes relativos aos escarros, são tão inefficazes, que nos trens, nas estações ferreas e onde que se encontrem affixados, os escarros abundam sotopostos no chão, e o publico não escarra em cima mesmo dos cartazes porque não lhes traz geito. Os jornaes e as publicações periodicas espalhadas avulsamente, contendo materia relativa á tuberculose, não attingem a população que mais carece das respectivas instrucções, aproveitam apenas a algumas das classes letradas. Não são, mais praticos, mas especulativos, para que justifiquem o esgotamento dos poucos recursos de nossa caixa (O PHAROL, 1905, recurso online).

Como pode ser constatado acerca da atuação da Liga Mineira contra a Tuberculose, o jornal "O Pharol" demonstrou que a elite médica e intelectual de Juiz de Fora mobilizou-se constantemente em torno da prestação da assistência à saúde com a proposta de instruir e instituir práticas rotineiras que, por si só, reduziriam a incidência da tuberculose. O referido periódico mostrou também que aos poucos, em vista da resistência à adesão das postulações da Liga, a associação passou a evocar diretamente o poder público para que realizasse intervenções nas casas e famílias que se recusassem a adotar as medidas propostas.

2.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NA CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM JUIZ DE FORA: O JORNAL "O PHAROL"

Importante mencionar que o jornal "O Pharol" canalizava os interesses dos grupos associativos da cidade, fato justificado por conta da participação de seus redatores e proprietários nos principais grupos filantrópicos da cidade. O referido periódico teve sua chegada na cidade de Juiz de Fora no ano de 1870 e nela permaneceu até o ano de 1939 (OLIVEIRA, 1981, p.15-17). Figurou entre os mais importantes veículos de comunicação do município, servindo como um catalisador de opiniões e ideologias políticas.

Tabela 01 - Proprietários do jornal "O Pharol". Informações como nome, profissão e ocupação política foram levadas em consideração para entender os espaços de sociabilidades frequentadas por estes indivíduos.

| Proprietários do Jornal | Profissão | Cargo Político |
|---------------------------------------|------------------------------------|---|
| Tomaz Cameron | Jornalista | |
| Leopoldo Augusto de Miranda | Jornalista | |
| George Charles Dupin | Jornalista | |
| Lindolfo de Assis | Jornalista | |
| José Braga | Jornalista | |
| Alfredo Ferreira Lage | Advogado | Vereador |
| Diogo Luiz Almeida Pereira | Advogado, Jornalista e Historiador | |
| Bernardo José de Paula Aroeira | Jornalista | |
| Francisco Bernardino Rodrigues Silva | Advogado | Deputado Federal, Presidente da Câmara e Prefeito |
| Antônio Bernardino Monteiro de Barros | Fazendeiro | Vereador |
| José Cesário de Faria Alvim | Advogado/Jornalista | Senador, Governador, Deputado Provincial |
| Cristóvão de Freitas Malta | Médico/Jornalista | |
| Canuto de Figueiredo | Jornalista | |
| João Evangelista da S. Gomes | Jornalista/Capitalista | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em meio aos seus 14 proprietários, encontramos 4 políticos com forte atuação na cidade e na província; ainda entre estes proprietários, percebemos que 11 deles são jornalistas, 2 advogados, um médico e um fazendeiro. Com isso, foi possível perceber que todos aqueles contemporâneos à criação da Liga, em 1900, foram nomeados protetores da instituição. Isso evidenciou que essas nomeações poderiam não ser aleatórias ou despropositais. Outra constatação pertinente foi que de Lindolfo de Assis em diante, todos os proprietários mantiveram estreita ligação com a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, seja integrando o quadro de membros do Egrégio Conselho, seja compondo o conjunto de irmãos que geriam esta instituição.

Ao analisarmos o conteúdo na tabela, devemos levar em consideração, também, que parte dos agentes apontados, somados aos protetores e protetoras que compunham a elite rural, intelectual, política e econômica da cidade. Isso significa que seus nomes circulavam nos mais diversos espaços de sociabilidades, cujos membros se destacavam pela forte participação em iniciativas privadas da institucionalização de associações caritativas e filantrópicas que surgiram em Juiz de Fora a fim de atender os vários grupos de pessoas que foram acometidas por distintos infortúnios atrelados à pobreza material¹⁶.

Os quadros dos protetores e protetoras da Liga Mineira contra a Tuberculose, publicados no jornal "O Pharol", no dia 16 de outubro de 1900, apresentavam uma série de indivíduos que utilizaram seu prestígio ou dinheiro para ajudar na consolidação da instituição (O PHAROL, 1900, recurso online). Dentre os seus membros, foi possível localizar nomes que tinham grande visibilidade na sociedade juiz-forana, alguns deles responsáveis por altas doações legadas às instituições de socorro, como Carolina de Assis e o seu marido, João Penido Filho, que legaram quase toda a sua fortuna para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Encontramos também outros importantes nomes de provedores da Santa Casa, como o Barão de São Marcelino, que atuou em duas gestões como provedor da Santa Casa, Braz Bernardino Loureiro Tavares, que assumiu a provedoria da Santa Casa por 21 anos. E outros nomes que compuseram o Egrégio Conselho da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, como Pantaleone Arcuri, importante empresário de Juiz de Fora no setor de construção, responsável pela edificação de prédios públicos, residenciais e culturais na cidade (TEIXEIRA FILHO, 1979, p.69, 169, 233, 269). No geral, "Protetores" e "Protetoras" foram títulos destinados aos casais influentes da cidade, que agregariam o seu nome ao nome da Liga a fim de garantir credibilidade às ações da instituição.

¹⁶ Podemos citar, como exemplo dessas associações, a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (1854), o Lactário São José e o Asilo João Emilio (1891).

Percebemos, então, que havia um diálogo constante entre os membros das associações filantrópicas mais atuantes no município, o poder público local e os meios de comunicação de maior circulação. Sendo assim, conforme assinalou Robert Castel, a filantropia agiu nas circunstâncias em que foram envolvidos assuntos mais específicos de interesse social, diante dos quais o Estado tinha condições de realizar intervenções minimamente ou de forma mais generalizada (CASTEL, 2010, p.23-24). Os mecanismos de ação tornaram-se ainda mais abrangentes, pois, no caso da elite juiz-forana, foi possível perceber o constante movimento dos agentes promotores da assistência com as instâncias políticas locais e regionais.

2.4 O CÓDIGO SANITÁRIO DE 1911 E AS SUAS INTERVENÇÕES EM JUIZ DE FORA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Assim, as más condições geraes hygienicas não são somente causas de soffrimentos pessoas actuaes, mas também dos da prole. A questão, pois, das medidas impostas pela hygiene publica, não é limitada ao nosso bem-estar e á nossa saude, mas a da regeneração da especie humana, porquanto o estado de nossa saúde é a resultante commum das condições geraes hygienicas em que vivemos desde o nascimentos, e, d'aquellas em que viveram os nossos antepassados; e, dellas depende o estado de saude de nossos descendentes (MENEZES, 1911, p.7).

Iniciamos este subitem com o disposto no artigo 6º do Código Sanitário¹⁷, que entrou em vigor em Juiz de Fora no ano de 1911, de autoria do médico Eduardo de Menezes. No referido artigo, percebemos que parte do discurso sanitarista buscou agregar o âmbito familiar aos projetos modernizantes da cidade. A hereditariedade, no caso, figurava como apelo constante, pois a partir de tal discurso o indivíduo entendia que suas ações ou omissões causariam efeitos que iriam atingir seus descendentes, fossem tais efeitos positivos ou negativos.

Partindo dessa premissa, entendemos que a filantropia atuou com o caráter utilitarista de higienizar as famílias pobres do país. O discurso e as ações empreendidas pelos médicos, engenheiros e arquitetos ganharam forte adesão por parte da sociedade civil, que foi revertida em apoio às instituições de assistência no país. Tomando por base tal afirmação, Sanglard e Ferreira proferiram que:

¹⁷ Todas as transcrições realizadas a seguir conservam os aspectos gramaticais e ortográficos vigentes no momento da publicação do Código Sanitário, em 1911. Além disso, como falaremos especificamente deste único livro de normas, iremos fazer menção ao material somente com a utilização da palavra "Código".

Nesta perspectiva, a filantropia levada a cabo pela sociedade brasileira nesse período seria revestida de uma utilidade social, e os filantropos, homens e mulheres, poderiam ser considerados, em sua maioria, reformadores sociais - que tinham como público-alvo os operários ou o trabalhador pobre, aquele que mesmo trabalhando não conseguia o sustento necessário, colocando em risco sua família (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p.74).

No caso específico de Juiz de Fora, o Código Sanitário permitiu entender que o trabalhador foi alvo de proteção constante das posturas públicas da municipalidade. Existe um capítulo que foi destinado a estabelecer diretrizes e normas para os mais variados tipos de trabalho. O material definiu a jornada de trabalho, as condições de trabalho, o tempo de repouso para cada forma de trabalho e determinou algumas pessoas que seriam restritas ao trabalho (MENEZES, 1911, p.194-198).

O trabalhador recebeu grande destaque no cenário da modernidade, pois fornecia a sua força de trabalho para que os empreendimentos do progresso fossem colocados em prática. Por conta disso, há uma grande preocupação na configuração do espaço urbano, visto que, além da necessidade de se mostrar uma cidade esteticamente bonita e desenvolvida, o operário deveria gozar de um mínimo de salubridade para que não comprometesse a mão de obra, nem limitasse a sua procriação, fornecendo mais forças de trabalho (ROCHA, 1995, p.155).

Importante ressaltar que, dentre os artigos dispostos no Código Sanitário, um deles determinava que a administração pública deveria prestar a assistência aos inválidos. Com efeito, o que chamou mais a atenção foi que o termo "inválido" designava "às pessoas pobres e inaptas para o trabalho, por incapacidade física, moral e intelectual e por velhice" (MENEZES, 1911, p.194). Portanto, foi possível inferir que, naquele momento, em Juiz de Fora, "inválido" seria aquela pessoa que fosse pobre e impedida de trabalhar. O termo "pobre", também na perspectiva do Código, caracterizaria as pessoas que eram incapazes de produzir recursos para arcar com os gastos de sua subsistência.

Foi possível entender, a partir de então, que para ser enquadrado na categoria "pobre" ou "inválido", o indivíduo deveria trabalhar com o intuito de que não fosse relegado à categoria de miserável ou vagabundo. Percebemos, com isso, que a proposta para o utilizar o trabalho como forma de eximir o pobre dos males que provocava na sociedade civilizada, caracterizou uma parte das soluções encontradas pelos governos que estavam imersos na conjuntura da modernidade social, que representou a transição do século XIX para o século XX. Sanglard e Ferreira elucidaram que:

As soluções encontradas refletiram as diferentes sociedades e épocas, , mas pode-se afirmar que a ideia da redenção pelo trabalho, que evitaria a transformação do pobre em miserável, foi uma preocupação constante, assim como a separação do pobre merecedor de auxílio do vagabundo e a questão da mortalidade infantil, que acarretaria problemas demográficos para as nações (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p.73).

Com a finalidade de combater os índices de mortalidade infantil em Juiz de Fora, as escolas passaram a desempenhar fundamental papel na vida das crianças. Em primeiro lugar na escola, desde o princípio da idade escolar, que era aos 8 anos de idade, a criança entraria em contato com a educação higiênica e o corpo humano, "visando a implantação imediata dos hábitos higienicos, o meio mais seguro de reformar no futuro a sociedade em sua salubridade" (MENEZES, 1911, p.199-200).

O poder público interferiu na educação das crianças para que pudessem ser adultos conscientes do seu lugar na sociedade e do papel que passariam a desempenhar. E, no caso, não figurar como um entrave social seria um deles. O outro, seria o trabalho que desempenharia no decorrer de sua vida adulta, que era escolhido pelos pais no último ano de permanência no ensino básico, ou seja, aos 14 anos (MENEZES, 1911, p.197-198). Já os alunos que não correspondessem às perspectivas sociais, os chamados "anormais", seriam separados dos demais e mantidos em classes especiais, denominadas "Classes de aperfeiçoamento" (MENEZES, 1911, p.207).

Como será visto a seguir, o Código Sanitário passou a influenciar as mais diversas esferas da sociedade: escolas, hospitais, matadouros, cemitérios, comércio, alimentação, fauna, flora e até mesmo a privacidade dos lares passou a ser um objeto em pauta no referido documento. O referente capítulo, então, tem por objetivo principal apresentar o Código Sanitário de Juiz de Fora, de 1911. Julgamos pertinente tal abordagem para a pesquisa, pois de acordo com as bibliografias consultadas no decorrer da elaboração do estudo, não foram encontradas quaisquer produções que fizessem menção ou que estudassem tão importante material. Muito além de um conjunto de normas, entende-se que o Código desenvolvido pela elite médica e intelectual de Juiz de Fora, e incorporado pela política local, consolidou a atuação da classe médica na cidade, ao passo que legitimou as postulações e os estudos desenvolvidos pelo grupo.

Tendo em vista a importância conferida ao Código Sanitário, trabalhamos alguns dos artigos dispostos no referido material, traçando um paralelo com os debates médicos travados naquele momento, bem como observamos a realidade na qual estava imerso o município. Afinal, entendemos que se chegou a existir quaisquer legislação que regulasse as práticas e

posturas da comunidade, provavelmente tal recurso buscou apenas coibir ou assentir os atos praticados por aquele grupo social.

O intelectual e filantropo Eduardo de Menezes apontou, com base no Código Sanitário, uma série de postulações e diretrizes sanitárias que deveriam ter sido incorporadas pela população. O documento foi dividido em duas partes: a primeira abordou a higiene de maneira generalizada, nos forneceu explicações sobre as moléstias, as condições gerais das doenças, como se desenvolvem e em quais meios elas costumam ter maior propensão para propagação. A segunda parte destinou-se a focalizar o tema "Saúde pública ou coletiva". É caracterizou o item mais extenso. Nele, foram esmiuçados todos os detalhes sobre os mais variados temas que foram divididos em doze títulos.

Com a leitura do Código, percebemos a intenção do poder público municipal em concentrar sua influência sobre a privacidade da população, consolidando o controle social das massas. Em muitos trechos, então, foi oportuno perceber que as postulações vigentes no código destinavam atenção para as camadas mais vulneráveis da população: os trabalhadores braçais e àqueles que começaram a constituir suas respectivas famílias, construindo suas habitações em locais considerados "inadequados" pela administração pública (MENEZES, 1911, p.41-76).

A atuação da política sanitária em Juiz de Fora não vigorou de modo coercitivo como ocorreu com outras políticas naquele mesmo momento, conforme apontou Jefferson Pinto (2008). Entretanto, com o seu discurso de construção da ordem no espaço público apresentou semelhanças com a consolidação do Código Criminal investigado por Pinto em sua pesquisa.

Tendo um público-alvo parecido com que foi analisado por Pinto (ou seja, os ditos pobres e vadios), a municipalidade tentou instituir um progresso no qual, desde cedo, a população seria educada a entender sobre suas limitações, em parte com o discurso que mencionamos anteriormente sobre a hereditariedade das doenças e a necessidade das famílias educarem desde cedo sua prole. O objetivo principal seria que não disseminassem as doenças e somente propagassem a limpeza, que era o principal estandarte da modernidade, levantado pelas políticas implementadas com a finalidade de afastar a pobreza dos centros urbanos modernos. De acordo com Jefferson Pinto,

é, portanto, sobre este quadro político que, tomar-se-ão as devidas medidas preventivas frente ao "adensamento da pobreza" e, conseqüentemente, seu controle. Tal como destacamos anteriormente, os pobres, aceitos até aquele momento na estrutura da sociedade, passaram a ser vistos como um entrave

ao progresso, uma vez que fugiam ao controle do mercado de trabalho e, conseqüentemente, inviabilizavam o potencial produtivo do Brasil e também ameaçavam a consolidação da imagem moderna das cidades. Dessa forma, havia a necessidade da construção da ordem no espaço público, o que carecia de uma política capaz de inserir mendigos e vadios no mundo do trabalho e, assim sendo, romper com aspectos de vida tradicional que se tornavam o temor das elites daquela época. O Código Criminal e também as posturas municipais passaram a ser instrumentos muito recorrentes para o cumprimento desta meta (PINTO, 2008, 61-62).

Assim, a utilização dos códigos de postura serviriam também como ditames das mudanças empreendidas na sociedade. A não adesão por parte da população, acarretaria na imposição de vultosas taxas de multas aos subversores, ou na marginalização destes indivíduos (MENEZES, 1911, p.225). No caso específico do Código Sanitário, a saúde, limpeza e asseio materializaram as novas concepções no campo da Medicina e da Saúde, além de promover a categoria médica como um grupo imprescindível e indispensável ao projeto modernizador.

O momento de consolidação da medicina institucionalizada representou o triunfo sobre as outras práticas de cura que ainda permeavam o imaginário social. Um dos artigos existentes no Código é, especificamente, destinado para designar a importância da "nova orientação á hygiene", que distingue a natureza intelectual do homem, rompendo com a vida primitiva e adentrando na vida moderna e civilizada, pois:

[...] A razão, começa, ainda em tempo, a penitenciar-se dos erros accumulados; a sciencia desnordeada por habitos enraizados, tende agora a reconhecer a supremacia das leis naturaes conciliando-as com a civilização, e, sem fazer reverter o homem ás rudesas e estreitas da vida primitiva, dá nova orientação á hygiene, construindo-a sob aquellas bases fundamentaes e divulgando medidas que com o correr dos tempos façam a harmonia do conforto com a natureza do corpo humano tal como foi criado por Deus (MENEZES, 1911, p.18).

Com efeito, o embate travado entre as tradições sobre a cura, os ofícios de curar e a medicina científica representou um emblemático momento na história da medicina e da saúde. O discurso modernizador, à priori, não foi incorporado passivamente pela população, que manifestou certa resistência em vista das novas concepções da cura.

As concepções da medicina no século XIX acompanharam o desenvolvimento tecnológico e industrial proposto com a ascensão das máquinas e a sua incorporação na medicina, como instrumentos que proporcionaram significativas melhorias para essa área do saber. Foi o cenário focalizado por Betânia Figueiredo (2002).

Em sua pesquisa, Figueiredo analisou as transformações da arte de curar que ocorreram em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX. Os grupos sociais que atuavam na prática de intervenção do corpo humano, são os principais objetos de estudo de Figueiredo.

Segundo Betânia, a chamada "outra medicina"¹⁸ não se preocupava em registrar sistematicamente os passos da cura, conforme o foi na medicina científica. Suas bases eram fundadas a partir de preceitos místicos e subjetivos, como a fé, a crença e a tradição do ofício. Por não haver registro, o conhecimento era incorporado por meio de formas alternativas, conforme assinala a autora: "alguns aprendiam através da observação e da experiência, outros apoiavam-se na leitura de manuais de saúde e nas conversas com pessoas que se diziam entendidas no assunto" (FIGUEIREDO, 2002, p.47).

O aprendizado perpassava as gerações, era consolidado por meio da observação prática empreendida por seus pais e assim sucessivamente, criando uma rede hereditária do ofício. Segundo a autora, o ponto em voga apresentava grande divergência no tocante à medicina científica, pois, muitas vezes, desafiava os conhecimentos produzidos no âmbito da academia (FIGUEIREDO, 2002, p.47).

Vanessa Lana, ao examinar a consolidação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora em suas duas primeiras gestões, nos mostrou que tal instituição tinha como um dos seus objetivos mostrar à população juiz-forana a sua importância, buscando estabelecer relações com a municipalidade a partir da credibilidade adquirida por meio dos cidadãos e do poder público. O grupo de médicos que fazia a composição da SMCJF utilizou como artifício da legitimação de seu discurso a "argumentação da aplicabilidade e necessidade de suas propostas e seu conhecimento" (LANA, 2006, p.22).

Foi a partir da busca por espaço na produção científica que os médicos buscaram realizar associações que tornaram gradativamente mais visível a influência exercida pela categoria nos assuntos da municipalidade quanto às questões sanitárias e, conseqüentemente, em assuntos sociais e da configuração do espaço urbano. Tamanha era a resistência da população em fazer adesão às postulações sanitárias, que no Código Sanitário de 1911, foi elaborado um artigo específico denunciando o descrédito dado pela população, parte atribuído à ignorância diante do que não podia ser visto (os micro-organismos), parte atribuída à constante falta de higiene da população. Conforme assinala o dispositivo legal:

¹⁸ "Outra Medicina", conforme assinala Figueiredo, "Expressão utilizada por um médico memorialista de montes claros para definir todos que exerciam a arte da cura sem ter passado por uma aprendizagem formal". Idem, p. 84.

O povo suspeita da inutilidade das medidas hygienicas contra os micróbios por não comprehender o invisível e por nem sempre observar os insuccessos apregoados no caso de falta de applicação das disposições hygienicas; resulta a descrença do falso presupposto sobre a fatalidade das infecções, o que não é verdadeiro, pois nem sempre é effectiva a infecção pelos contágios effectuados, e, nem sempre existem microbios que a determinem; o rigor e a conveniencia das desinfecções e das demais medidas hygienicas tornam-se imprescindíveis pelos mesmos factos de ser invisível a generalidade dos agentes vivos pathogenicos e de não sabermos quando os temos em frente (MENEZES, 1911, p.157-158).

Assim, passou a haver a clara distinção entre a medicina exercida pelos acadêmicos e as práticas de cura executadas por aqueles sem diplomas, os popularmente conhecidos "curandeiros". Tais práticas de cura são elementos comuns até mesmo na vida dos médicos de Juiz de Fora. Conforme salientou Vanda Arantes, ao analisar as memórias do médico Pedro Nava, não se pode deixar de fazer menção ao curandeirismo, utilizado até mesmo por seu pai, o também médico José Nava (1876-1911) (VALE, 2012, p.241).

O momento foi oportuno pois, paralelamente, havia sido implantado o projeto modernizador empreendido pela elite industrial que era proveniente da aristocracia cafeeira e, em grande medida, financiou o desenvolvimento urbano dos grupos de agentes filantrópicos que executavam as ações do progresso. Com isso, a medicina científica não conseguiu frear a prática da cura tradicional no processo de modernização da sociedade, embora almejasse sua hegemonia no cenário mencionado (VALE, 2012, p.241).

Ocorreu, então, um processo de construção da credibilidade do médico acadêmico, cujo prestígio e respeito, segundo Figueiredo, foram conquistados de forma gradual e habitual até que se desenvolvesse uma relação de reciprocidade entre o médico e seu paciente. Assim, a concepção de doença que era apresentada pela medicina científica passou a ser mais frequente e difundida, embora ainda fosse estranha e restrita às comunidades interioranas, que ofereciam certa resistência em aceitar tais ideias (FIGUEIREDO, 2002, p.31).

Das novas concepções da medicina científica à reorganização da configuração do espaço social, foi possível perceber que gradativamente o homem perdeu a sua autonomia em vista do "progresso" proposto pela modernidade. Foram muitos aqueles que relutaram em aderir ao gradual, e inevitável, processo de modernização das cidades. Tal afirmação pode ser percebida na obra de Charles Baudelaire, que acompanhou o processo de modernização de Paris durante a transição do século XIX para o século XX, período denominado *belle-époque*. Em suas observações sobre o progresso, Baudelaire afirmou que:

Existe ainda outro erro muito atraente, que eu anseio por evitar, como ao próprio demônio. Refiro-me à ideia de "progresso". Esse obscuro sinaleiro, invenção da filosofância hodierna, promulgada sem a garantia da Natureza ou de Deus - esse farol moderno lança uma esteira de caos em todos os objetos de conhecimento; a liberdade se dispersa e some, o castigo (châtiment) desaparece. Quem quer que pretenda ver a história com clareza, deve antes de mais nada desfazer-se dessa luz traiçoeira. Essa ideia grotesca, que floresceu no solo da fatuidade moderna, desobrigou cada homem dos seus deveres, desobrigou a alma de sua responsabilidade, desatrelou a vontade de todas as cauções impostas a ela pelo amor à beleza. (...) Tal obsessão é sintoma de uma já bem visível decadência (BERMAN, 1982m p.134).

Um dos reflexos mais importantes e visíveis da modernização na sociedade, foi o processo de expansão urbana. Pautado no discurso da necessidade de erradicar as constantes epidemias que assolavam as cidades, a modernização encontrou solo fértil na sociedade fragilizada pelo medo e com anseios de tornar-se modelo para outras cidades "civilizadas". Como resultado, "a intensificação da urbanização e a adoção de hábitos burgueses europeus foram visíveis no processo de urbanização nacional" (VALE, 2012, p.237).

Em Juiz de Fora, no início do século XX, ficou evidente o interesse em manter a estética das ruas e praças da cidade, a partir da leitura do que foi disposto nos artigos 72 e 74 do Código Sanitário. Segundo consta: "A hygiene das ruas e praças publicas concilia os interesses da esthetica com os da actividade humana, pelo que deve ser applicada em todas as povoações e cidades; ella se liga ao seu plano ou traçado geral (MENEZES, 1911, p.34)." E sobre o traçado geral do espaço urbano, fica determinado que:

O plano geral urbano deve constar de: 1º praças ou largos, de dimensões variaveis, servindo de entrepostos ou armazens de ar; 2º ruas principaes, largas e longas, grandes avenidas, servindo de grandes arterias de circulação de ar; 3º ruas secundárias, immediatas em dimensões, servindo de distribuidoras do ar circulante; 4º ruas terciarias, menores, de mesmos fins parcialmente; 5º passagens, travessas, pequenas avenidas, de communicações auxiliares e accessorias (MENEZES, 1911, p.34-35).

Percebemos que a atuação do poder público tendeu a padronizar a configuração social do espaço urbano. Tal informação pôde ser endossada pelo fato de haver a concentração da elite local nas ruas principais, que, por sua vez, eram largas e longas, havendo maior circulação de ar e maior efetividade dos serviços públicos prestados, como o de limpeza urbana.

Em suas memórias, Pedro Nava faz uma descrição do principal centro urbano de Juiz de Fora: a Rua Halfeld. Conforme o memorialista, havia uma divisão sócio-demográfica na cidade, com características particulares em determinados pontos. Para Nava,

Entre sua margem direita e Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a Matriz com suas irmandades; a Santa Casa com seus provedores; a Cadeira com seus presos (testemunhas de Deus - contraste da virtude do Justo) - toda uma estrutura social pensante e cafarmenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frese de Rui Barbosa de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre.

Já a margem esquerda da Rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita (atual Avenida Barão do Rio Branco) que se dirigiam para as que conduziam a Mariano Procópio era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favoreciam a pouca vergonha. Esta era mais desoladora ainda nas vizinhanças da linha férrea, onde a Rua Hipólito Caron era o centro do deboche e um viveiro de treponemas (NAVA, 1972, p.14-15).

Em termos de melhorias do espaço urbano e a sua respectiva adequação aos critérios de salubridade e higiene determinados pelo poder público, podemos destacar o incentivo oferecido pela Câmara Municipal aos arquitetos que projetassem suas obras respeitando as postulações sanitárias da prefeitura. O profissional que obedecesse a alguns dos critérios propostos no Código Sanitário, receberia o "título de architecto municipal" e "medalhas symbollicas" (MENEZES, 1911, p.87). O título, embora não oferecesse valor em espécie, dotava o seu vencedor com um importante capital: o reconhecimento municipal.

As comissões julgadoras desses profissionais seriam, em ordem de preferência: "1º sociedades de medicina e sociedades de engenharia; 2º comissão de medicos e engenheiros de reconhecida competencia em hygiene de construcções e engenharia sanitaria (...)". E o prêmio conferido ao vencedor, seria o "direito de preferência nas concurrencias de obras publicas municipaes"(MENEZES, 1911, p.87).

Sobre a mencionada "reconhecida competencia em hygiene" dos médicos, ficou evidente que o grupo seria formado, não coincidentemente, pelos médicos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. A associação em voga, conforme apontado por Lana, foi um instrumento de fundamental importância para a classe dos adeptos da medicina acadêmica, que atuou como espaço de defesas dos interesses dos médicos na cidade, como parte do processo de construção da imagem do profissional como sujeito de referência nas questões de saúde e de cura no município (LANA, 2006, p.26).

Registra-se que nem a morte escapou da alçada médica. Os cemitérios foram alvos das postulações sanitárias previstas no Código, que determinavam suas dimensões espaciais, o

tipo de terreno no qual deveriam ser construídos novos cemitérios, o modo de enterrar, espaçamento entre túmulos, disposição final dos restos mortais e até mesmo a distância ideal de afastamento dos centros urbanos. Segundo o livro de normas, "os motivos, pois, de escolha das localidades fóra de área povoada são mais de ordem sentimental e esthetica do que higienica (MENEZES, 1911, p.119)".

O controle médico no espaço fúnebre serviu também como uma forma de diminuir o índice de sepultamentos de pessoas vivas. Encontra-se dentre os dispositivos das normas sanitárias, parte específica orientando para que se atestasse ao suposto cadáver a condição de morto. Ao que tudo indica, tal prática costumava ser recorrente, de acordo com o que foi pontuado pelo médico Eduardo de Menezes:

Os casos de inhumação de pessoas vivas por erro, são presumivelmente mais frequentes do que se pensa; isto deduz-se de varios casos em que circunstancias meramente fortuitas teem permitido que não se consumasse tão horroroso sacrificio humano! Para prevenir os sepultamentos de vivos a precaução geral a ser exigida é a de não ser feita inhumação antes de apparecer o cheiro cadaverico, primeira manifestação de decomposição orgânica que precede a putrefação (MENEZES, 1911, p.128)

Em suma, o Código Sanitário de Juiz de Fora buscou regularizar algumas inconstâncias da saúde pública e da assistência ao pobre na cidade. Alguns elementos, como medidas coercitivas e a intervenção policial para garantir a prática sanitária, foram aos poucos sendo deixados de lado, abrindo espaço para propostas educativas que adentravam sutilmente nos lares das famílias pobres do município (BARROSO, 2005, p.9). Outros prontos, como a própria educação escolar, foram reformulados e enquadrados nos moldes do Rio de Janeiro, mostrando a constante preocupação da elite juiz-forana em equiparar os projetos sociais da cidade em consonância com os projetos da capital federal.

Seu reflexo foi ora a valorização do trabalhador que vendia a sua força de trabalho aos projetos modernizantes da cidade, ora o afastamento destes indivíduos dos centros urbanos, sendo eles remanejados para as regiões periféricas com habitações mais salubres, embora humildes. Tal solução foi paulatinamente sendo ampliada à medida que os meios de transporte passaram por transformações e, assim, foram tornando-se mais ágeis e eficazes em sua propostas. Por isso, o grupo formado por profissionais adeptos do sanitarismo somou forças no tocante à política local para que pudessem direcionar o inevitável crescimento desordenado da cidade a um rumo que melhor se adequasse aos padrões estéticos e de qualidade esperados pelos promotores da assistência.

3 DE "CASA DE CARIDADE" À "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA": A TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO

Este capítulo busca apresentar a trajetória da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, especificamente a contar do ano de 1897. A partir de então, trataremos de assuntos relacionados à administração, organização e composição dos membros que ocupavam o quadro de agentes administrativos da instituição. Destinaremos um tópico, conforme veremos a seguir, para abordar as dificuldades enfrentadas nesta pesquisa durante a coleta das fontes produzidas pela instituição. Embora eu entenda que a administração atual não tenha a preocupação e nem disposição em permitir que sua documentação seja explorada, veremos que este problema foi enfrentado por outros pesquisadores, inclusive aqueles financiados pela própria provedoria. Concluiremos sobre este assunto que conforme pesquisas são realizadas sobre a instituição, o índice de aproveitamento do material produzido e das novas fontes incorporadas contribuem para um exponencial aumento de informações nas pesquisas, que embora caminhem a passos curtos, já não mais se encontram na inércia das últimas décadas.

Como no capítulo seguinte trabalharemos as duas provedorias que se estenderam por quarenta e quatro anos, neste capítulo nos ateremos à forma como se organizou a administração da Santa Casa de Juiz de Fora e quais as políticas adotadas pela instituição que culminaram na retomada do prestígio que esta havia perdido nas décadas anteriores. Na verdade houve três provedores neste período. Na ocasião, Braz Bernardino Loureiro Tavares em 1909 saiu em viagem para a Europa a fim de descansar e buscar fornecedores de materiais de última geração para compor o arsenal da Santa Casa de Juiz de Fora. Segundo consta no texto de alguns relatórios anuais, o médico cirurgião Hermenegildo Villaça era o braço direito de Braz Bernardino. Além disso, nas eleições de provedoria que ocorreram anualmente, Hermenegildo era cotado como segunda opção nos votos apurados para o cargo de provedor.

Braz Bernardino, então, determinou que durante os meses em que estivesse na Europa, Villaça assumisse a provedoria. Trabalharei então sob a perspectiva de que Villaça teria sido um outorgado à procuração de Loureiro Tavares em representar a Santa Casa, entendendo que fosse este um representante legal do Provedor em sua ausência e que a provedoria não havia sido interrompida. Buscando entender como se dava o funcionamento desta instituição de dentro para fora, nos orientaremos com algumas questões de ordem prática para esta compreensão: Como funcionava a instituição no contexto de sua criação? Com a alteração de regime da política brasileira, quais foram as principais mudanças e desafios encontrados na nova gestão? Quais os critérios de admissão dos irmãos? Como era

regido o estabelecimento de caridade? De que forma era tratado o patrimônio da irmandade? Qual a procedência dos recursos angariados para o funcionamento do estabelecimento? Quem financiava as melhorias nas estruturas físicas do hospital, capela e imóveis da Santa Casa? Vamos partir das informações levantadas nos relatórios anuais e nos jornais de circulação local da cidade para esclarecer essas questões. Como veremos a seguir, a provedoria mantinha estreita relação com veículos de comunicação por entender que o prestígio da instituição se dava por sua publicidade.

Veremos que a conjuntura de transição política, social e econômica na qual a Santa Casa de Juiz de Fora estava inserida está relacionada à busca por elementos de modernidade na cidade, como um reflexo da efervescência urbana nas grandes capitais, que davam início a um projeto de remodelagem de suas vias e de seus edifícios, e, principalmente, às políticas de saneamento das ruas e das casas, do acolhimento de pobres e vadios e da institucionalização de centros onde fossem prestados atendimentos médicos (ROCHA, 1995, p.41-46). As elites locais se mobilizavam para financiar a incorporação destes elementos modernizantes nas cidades, envolvendo uma prática utilitarista da assistência, que agora era entendida como elemento imprescindível ao bom convívio social (OLIVEIRA, 2016, p.42). Como resultado, a modernização do hospital se tornou iminente e os recursos provenientes dos doadores que almejavam a modernidade da cidade passou a adotar caráter mais monetário, tendo em vista que durante o século XIX, grande parte das doações destinadas à Santa Casa consistiam em objetos, utensílios e serviços.

Propus a divisão em quatro partes do texto para melhor compreensão da leitura e para situar de forma introdutória a instituição e a sua organização: primeiramente pretendi introduzir a pesquisa com as dificuldades encontradas na produção de pesquisas mais detalhadas e que melhor elucidassem o comportamento institucional da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, especialmente em seus períodos iniciais, decorrentes do baixo acesso aos materiais produzidos pela instituição; em segundo momento, apresento algumas considerações sobre a atuação inicial da irmandade, a sua recepção no município, a forma como foi organizada e quais discursos consolidaram a atuação prática na cidade. Faço uma breve explanação traçando os principais acontecimentos inerentes à trajetória da instituição; no terceiro item discuto os compromissos e estatutos das irmandades dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, dois documentos com quatro décadas de diferença e que mostra a nítida distinção entre ambos, inclusive a forma de descrever os direitos e os deveres dos irmãos sócios, mostrando uma expansão no funcionamento destas irmandades com a perspectiva de maior adesão de novos membros; o quarto e último subitem foi utilizado

para situar os membros dirigentes da Santa Casa no cenário municipal e estadual, levando em consideração as atividades econômicas exercidas por eles, as atividades sociais praticadas e de que forma atuavam no espaço político do município e de suas adjacências. Trabalhamos também com as normas e os processos de eleição da mesa administrativa, destacando os seus eleitos e mostrando se as eleições se adequavam ao que estava disposto no estatuto da irmandade.

3.1 - A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA E OS DESAFIOS DE SUA PESQUISA

Parte significativa da historiografia local que se destina a trabalhar o contexto e o desenvolvimento de Juiz de Fora em seus primórdios se vale quase que das mesmas informações acerca do que viria a se tornar a atual Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora¹⁹. Toda a documentação proveniente dessa historiografia é oriunda das produções de memorialistas locais, que escreviam estes relatos já próximos de se tornarem sexagenários, contando apenas com as suas recordações de infância e relatos de terceiros. Não pretendemos desqualificar tais produções que, inclusive, são as principais fontes disponíveis sobre a memória desta cidade. É sabido que as instituições privadas se furtam de disponibilizar o acesso às suas documentações, enquanto as instituições públicas sofrem com o baixo investimento no contingente de funcionários para organizar a grande quantidade de material de seu acervo, o que ocasiona na perda de alguns documentos em decorrência da má conservação e condicionamento dos mesmos.

¹⁹ Os principais materiais que trabalham esta instituição, ainda que sob a perspectiva de uma narrativa baseada em uma memória romanceada, estão disponíveis na Biblioteca Municipal, no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora e também espalhados em sebos da cidade. Dentre as muitas obras, como as de Wilson de Lima Bastos, Paulino de Oliveira, Jair Lessa e Pedro Nava, encontramos algumas repetições de conteúdo e também uma complementação entre uma e outra. A título de entendimento, ver: LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**: do Caminho Novo à Proclamação. Juiz de Fora: FUNALFA Edições. 1985. TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Retalhos do Passado**. Juiz de Fora: edição do autor. 1966. BASTOS, Wilson de Lima. **Badalo do Sino**. Memórias/1. Juiz de Fora: Edições Paraibuna. 1987. OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1953. NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**: Memórias. Rio de Janeiro: Editora Sabiá. 1972. Na década de 1990, temos a icônica produção de Miriam Travassos, cuja obra representou grande avanço no estudo da instituição em Juiz de Fora. Ver: TRAVASSOS, Miriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora**. Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993. No século XXI temos a dissertação de mestrado de Rogério Siqueira de Oliveira, que trabalha a assistência à saúde aos escravos na cidade. Ver: OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016. E por fim, no ano de 2017 a Doutora em Letras e estudiosa da biografia de Pedro Nava, Ilma de Castro Barros, publicou uma obra com as perspectivas deste médico em relação à cidade de Juiz de Fora. Em suas narrativas, menciona alguma vez a Santa Casa de Misericórdia da cidade e outros eventos relacionados à mesa administrativa da instituição. Ver: SALGADO, Ilma de Castro Barros e. **Juiz de Fora apresentada por Pedro Nava**. Juiz de Fora: FUNALFA. 2017.

Especificamente sobre a Santa Casa de Juiz de Fora a situação não é diferente. Embora ciente de que haja uma vasta documentação não explorada, me contentei com a parte significativa que a instituição, com certo percalço, se dispôs a me oferecer. Entendo que há mais documentação, pois, além da confirmação informal por meio de alguns funcionários que lá trabalham atualmente, em duas produções significativas de autores locais que mencionam a instituição, estes materiais são apontados.

Parte dos documentos encontrados outrora, foram trabalhados por dois autores em Juiz de Fora, nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente. Citemos por ordem cronológica de produção estes autores, que são: o político, e também Provedor da Santa Casa na ocasião, José Procópio Teixeira Filho e a jornalista Miriam Travassos.

José Procópio Teixeira Filho foi um rico pecuarista e empresário de Juiz de Fora. Nasceu em 1899 e morreu em 1999, foi filho de um grande cafeicultor e político desta cidade. Advogado, foi um político atuante, benfeitor e benemérito em inúmeras instituições, como o Rotary Club, Sport Club, Banco de Minas, Banco de Crédito Real e outros clubes desportivos (TEIXEIRA FILHO, 1979, p.201). Ganhou uma série de honrarias por sua forte e significativa atuação na cidade, condizentes com sua riqueza e prestígio social, adquiridos desde a atuação política de seu pai na cidade. Teixeira Filho foi prefeito de Juiz de Fora e alguns anos mais tarde, Provedor da Santa Casa de Misericórdia da cidade durante nove anos (1960-1969).

O autor legou à cidade uma série de importantes obras descrevendo o processo de formação da cidade, os seus aspectos culturais, o espaço físico do território, os distritos e adjacências²⁰. Ressaltando que por ser herdeiro de um império cafeicultor e pecuário, sua família detinha numerosas extensões de terras, que atualmente se tornaram bairros da cidade. Em uma de suas obras, em específico, produzida em seu sexto ano como provedor e contando com os seus 67 anos de idade, Procópio Filho produziu os "Retalhos do Passado", obra

²⁰ Teixeira Filho deixou uma série de obras que remontam sua trajetória na cidade de Juiz de Fora. Algumas retratam a sua vida durante sua atuação no Banco de Minas Gerais e no Banco de Crédito Real, outras tem trabalhado de forma mais prática na construção social da memória coletiva de Juiz de Fora. Elenco os mais importantes para tal as seguintes obras: TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979. TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Retalhos do Passado**. Juiz de Fora: Edição do autor. 1966. TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Aspectos da vida Rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do autor. 1973. Tais obras, respectivamente, trabalham com uma posopografia local com uma breve explanação da vida dos mais notados cidadãos juiz-forano, o segundo trabalha as memórias do autor em relação aos seus espaços de atuação profissional, inclusive na Santa Casa durante o seu período como Provedor, e o terceiro trabalha as regiões rurais da cidade as quais passam por um processo de urbanização. estas regiões, anteriormente vastas fazendas, nos situam no espaço-tempo, uma vez que os proprietários destas terras eram membros do egrégio conselho, da mesa administrativa ou do quadro de benfeitores da Santa Casa por longos anos.

caracterizada por elencar as instituições pelas quais ele passou em sua trajetória até aquele momento. Neste rol de instituições, encontra-se a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.

As obra de José Procópio Teixeira Filho, inicialmente, seguem os padrões das produções de memorialistas que escreviam história no século XX visando o enaltecimento de alguns agentes e instituições por julgar relevantes suas ações no âmbito daquela comunidade e narrando suas trajetórias. Coube, então, filtrarmos as informações paralelas e aproveitar as informações que pudessem fornecer subsídios à pesquisas posteriores. Antes da produção de Travassos, que veremos logo a seguir, o trabalho de Teixeira Filho foi o que melhor detalhou a atuação da Santa Casa e dos seus agentes administradores e médicos. Ainda que sem a pretensão de um estudo monográfico pautado em fontes bibliográficas, apenas na própria memória do autor ou de informações de senso comum, como a benemerência do Barão da Bertioga que fundado em seu "espírito de caridade e humanidade" e por ser um "homem de posses e alta formação moral e cristã, cuidou logo de fundar às suas expensas uma Misericórdia nesta cidade, o que fez em prédios e terrenos de sua propriedade" (TEIXEIRA FILHO, 1966, p.131).

Dessa obra, então, conseguimos levantar os nomes de alguns médicos e uma breve trajetória daqueles que gozavam de maior visibilidade no funcionamento da Santa Casa, seja pela influência social exercida por estes profissionais, seja também por suas especializações em áreas específicas da medicina, situação que no início do século XX se tratava de uma novidade²¹. Dentre estes nomes, destacamos o jovem Quinet, iniciando os seus serviços como auxiliar de do médico Hermenegildo Villaça, que posteriormente assumiria, por um período de um ano, a provedoria da Santa Casa em decorrência de uma viagem à Europa empreendida por Braz Bernardino em 1909. Quinet se tornou um importante nome na instituição, à qual dedicou toda a sua carreira, paralelamente ao seu consultório particular. Nas palavras de Procópio Filho:

Um médico moço, inteligente, extremamente dedicado à sua profissão, como assistente do Dr. Villaça auriu-lhe rapidamente os ensinamentos e tornou-se logo um dos mais eminentes cirurgiões e obstetras mineiros. Refiro-me ao Dr. Edgard Quinet de Andrade Santos, que foi uma das grandes razões do renome da Santa Casa, por causa de sua dedicada assistência a todos (TEIXEIRA FILHO, 1966, p.136).

²¹ Não nos detivemos somente nos nomes oferecidos pelo memorialista. Pesquisamos também nos periódicos de grande circulação naquele momento, como "O Jornal do Commercio" e "O Pharol". Constatamos no capítulo anterior, que grande parte dos proprietários e redatores dos jornais, de algum modo, mantiveram relações com a Santa Casa ou com associações congêneres de assistência.

Outra importante informação que conseguimos extrair da obra de Procópio Filho é o conhecimento de duas fontes importantíssimas, que se encontram na Santa Casa de Juiz de Fora. Eram elas um livro de visitas, datado de 1899, que continha o nome de grandes figuras do cenário político regional e nacional, além de mensagens de elogios deixados por pessoas ilustres, como o político Ruy Barbosa, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Artur da Silva Bernardes e Afonso Augusto Moreira Pena. Nome de clérigos, políticos, benfeitores e demais vultos de grande importância econômica e social, constam neste livro, conforme trazido pelo autor no seu trabalho:

Entre alguns objetos históricos encontramos também um precioso Livro de Visitas, aberto em 26 de março de 1899 (nascemos no mesmo dia...) e que contém palavras e expressões de vultos eminentes que passaram pela vida nacional, como Nelson de Sena, Heitor de Souza, Aureliano Pimentel, Levindo Coelho, José Carlos Rodrigues, Silviano Brandão, D. Silvério Gomes Pimenta, José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Barão Homem de Melo, Miguel Pereira, Afonso Pena Júnior, D. Pedro e D^a Elizabeth de Orleans e Bragança (17-7-1926), Milton Campos, Magalhães Pinto, Costa Sena, Lauro Müller, Oliveira Botelho, Francisco Sales e muitos outros (TEIXEIRA FILHO, 1966, p.139).

E uma segunda fonte importante, conforme narra o memorialista: "também um outro livro histórico lá encontrei, datado de 20 de abril de 1856, este de contabilidade, onde constam, entre outros, estes curiosos lançamentos [...]" (TEIXEIRA FILHO, 1966, p.140). Tais lançamentos se referem a alugueis de tochas para o funeral do Comendador Horta em 1856, o pagamento destinado a padres que acompanharam determinada procissão em 1857, doação feita por Dom Pedro II em 1861, aquisição de um escravo em 1864, e o aluguel do Teatro da Misericórdia, em 1865. Certamente esse material contribuiria para entender os principais recursos captados pela Casa de Caridade e a forma como estas aquisições eram revertidas na sustentação da instituição, bem como expandir a abrangência das redes de sociabilidades pelas quais a entidade se encontrava inserida.

Por sua vez, Travassos em sua emblemática obra "Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: uma reportagem para a história", obra de 1993, cuja pesquisa se iniciou durante a década de 1980, e que foi financiada pelo então provedor Juracy Neves, médico e proprietário do principal jornal em circulação na cidade e da maior gráfica da região. Tal obra, conforme o nome sugere, tinha por objetivo fazer uma reportagem desta instituição, narrando de forma linear a sua trajetória, sem que necessariamente analisasse de forma crítica os seus agentes e o contexto no qual ela estava inserida.

Para a elaboração dessa obra, Travassos utilizou a documentação do acervo da Santa Casa de Juiz de Fora, embora não os identifique no decorrer do texto e nem especifique em qual documentação encontrou as informações, mas, segundo a autora, "todos os documentos que deram origem a este livro podem ser encontrados nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora" (TRAVASSOS, 1993, p.213). Ainda naquele momento, alega-se a ausência de fontes como empecilho a um detalhamento e aprofundamento das pesquisas, mas ainda assim as fontes consultadas pela autora e mencionadas algumas vezes no texto, são fontes as quais me foi negado acesso para a realização dessa pesquisa, como os livros de receitas e despesas que datam de 1855, bem como o compromisso e estatuto, de 1885 e 1897 respectivamente (TRAVASSOS, 1993, p.22). Entendemos, então, que embora em posse de superior documentação, a autora tenha se deparado com um acervo possivelmente desorganizado e disperso e por conta disto, entendido como ausentes, ao que Miriam esclarece dizendo que:

Pedimos vênias e muita vênias, por algumas omissões que não equivalem ao todo de uma preterição histórica e, sim, à ausência de fontes, com cronologia mais ágil, na sequência dos fatos que acompanharam a benéfica vida, mais que centenária desta caridosa casa (TRAVASSOS, 1993, p.121).

De forma muito pertinente, a autora confirma no posfácio de sua produção, que seu trabalho é um ponto de partida para outras pesquisas: "Num futuro próximo, talvez, a verdadeira História da Santa Casa de Juiz de Fora venha a ser escrita. Os dados reunidos neste livro são apenas subsídios para a elaboração de sua História..." (TRAVASSOS, 1993, p.213). Embora excelente material para se tomar como ponto de partida, esta obra carece do rigor de pesquisa desejado pela academia e pela atual demanda de produção, que prioriza a referência clara das fontes para que não haja possíveis confusões com a veracidade das informações apresentadas.

Sua obra, então, viria a complementar a produção de Procópio Filho, embora com um olhar enaltecedor da instituição, mas gradativamente sua narrativa se afasta deste padrão, mostrando alguma inclinação ao trabalho imparcial das fontes trabalhadas. Até a primeira década do século XXI, esta foi a mais importante produção sobre a Santa Casa de Juiz de Fora por ser tratar de um material que versa exclusivamente sobre este assunto e também por não haver produções concorrentes à esta, em se tratando do mesmo tema.

Já na segunda década do século XXI, há uma produção importante acerca da assistência à saúde em Juiz de Fora e em Minas Gerais retomando a Santa Casa de Misericórdia da cidade como objeto de estudo, apesar de não tratar especificamente do tema,

mas demonstra maior rigor metodológico no trabalho das fontes e nas pesquisas realizadas. Citemos então a produção de Rogério Siqueira de Oliveira tratou da referida instituição em sua dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2016).

Rogério Oliveira é atualmente Mestre em História pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, após defender a sua dissertação intitulada "Assistência à saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850-1888)", no ano de 2016. Neste projeto, analisou as condições da assistência à população escrava de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, momento este que se deu a grande ascensão cafeeira neste município.

No período delimitado por Siqueira, a assistência à saúde em Juiz de Fora era parca e irrisória, tornando de grande eficiência e utilidade pública a iniciativa de José Antônio da Silva Pinto, posteriormente Barão da Bertioga em criar um estabelecimento de caridade que gradativamente, ampliou o seu leque de abrangência, até tomar grandes proporções e se tornar um grande centro de referência na cidade e região. O autor, então, se valeu de uma análise dos conceitos de Caridade e Filantropia materializados na forma da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora como elementos essenciais ao ato de assistir ao próximo.

Rogério de Oliveira identificou os mecanismos de assistência existentes na cidade de Juiz de Fora, que “apesar de um perfil conservador, desenvolveu uma série de manifestações pretensamente modernistas em suas estruturas urbanas e econômicas [...]” (OLIVEIRA, 2016, p.36). Tais mecanismos, em sua busca por elementos de modernidade na cidade, envolve a prática utilitarista da assistência, o que torna imprescindível para o bom convívio social. Isto foi possível em decorrência da elaboração de uma série de leis voltadas à criação de estabelecimentos de saúde nas vilas e cidades, como a lei provincial nº148 de abril de 1839, que atribuía aos moradores das cidades e à Câmara Municipal a criação de estabelecimentos de assistência, incumbindo o governo local de angariar fundos com a própria população para que tais instituições caritativas fossem erguidas e efetivamente atendessem à crescente demanda da população (OLIVEIRA, 2016, p.41).

Em sua pesquisa, Rogério de Oliveira ressalta a limitação documental como fator impeditivo para um avanço significativo na pesquisa, ao que diz respeito à atuação da Santa Casa de Misericórdia na cidade. Elenca então a documentação trabalhada, atestando que

[...] foi possível o acesso apenas ao 1º Livro de Receitas e Despesas, datado de 1856 em que constam dados até 1901, ao Termo de Entrada dos Irmãos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos e Misericórdia da cidade de Juiz de Fora, aberto em 1891, as atas do Conselho Egrégio a partir de 1897 e o 1º

Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos organizado em agosto de 1854 e aprovado pelas autoridades políticas e eclesiásticas em 1855. O conjunto de dados disponíveis nestes arquivos pouco contribuiria com o aprofundamento do problema que nos propomos a discutir (OLIVEIRA, 2016, p.40).

Apresentadas estas limitações documentais que nos foram apontadas por Procópio Filho, Travassos e Oliveira, alegamo-nos por avançar minimamente ante a estes entraves com as fontes, pois além do acesso aos documentos mencionados pelos três autores acima citados, temos o diferencial que foi o acesso ao estatuto da Santa Casa de Juiz de Fora elaborado em 1897 com a provedoria de Braz Bernardino; tivemos também acesso aos relatórios anuais das próximas décadas que sucederam esta data, embora com algumas lacunas e espaços entre os anos²² e ao primeiro regimento interno da Santa Casa, datando de 1898, que instituía a funcionalidade do organismo interno da Irmandade, hospital e capelanía, trazendo o diferencial nas alas de enfermária com a atuação das irmãs de Santa Catarina, trazidas da Alemanha para prestar serviços de assistência aos pacientes e à conservação do espaço físico do hospital.

Embora tais informações não proporcionem grandes inovações na pesquisa, certamente nos possibilitam trabalhar com um prisma maior sobre a assistência à saúde na cidade oriundas da atuação de sua Santa Casa. Poderemos entender, por exemplo, quais as moléstias permearam por maior tempo o espaço urbano, quais os desafios encontrados pela instituição em tratar destas doenças e também a entender quais as cidades vizinhas utilizavam os serviços da instituição, tomando por base que em todos os anos são elencados nos relatórios números nunca inferiores de uma dezena de cidades que buscavam auxílio médico na cidade.

O que ainda não conseguimos fazer, em decorrência das limitações documentais, foi estabelecer com precisão o funcionamento da Casa de Caridade e da Irmandade do Nosso Senhor dos Passos, como dois objetos distintos, no período de 1854 até 1897. Em teoria, tanto a associação de irmãos quanto o hospital deveriam ser dois componentes do organismo social que tivessem sua vivência paralela, mas inconscientemente, neste período, quando mencionamos um, pensamos em ambos. Esperamos que em pesquisas vindouras possamos

²² Embora nos falem alguns anos de relatórios anuais (anos de 1899, 1900, 1913-1916, 1928-1936), em alguns destes anos apresentados a provedoria encaminhou para o jornal "O Pharol" para que este publicasse o relatório anual em meios de circulação, até mesmo como contrapartida às constantes doações recebidas pela instituição. Muitas destas doações eram deixadas na sede deste jornal, algumas anônimas e outras nominadas, servindo esta empresa de comunicação como também mediadora entre a população e a Santa Casa. Esta relação estreita garantiu que alguns dos empresários do jornal fizesse parte da mesa administrativa e ou do egrégio conselho da Irmandade dos Passos e Misericórdia.

gozar de produções sólidas e descritivas que possam suprimir a lacuna deixada nas primeiras décadas de existência da instituição, para que, assim, entendamos como havia interações entre ambas as partes sob a perspectiva de duas entidades distintas.

Em um prévio levantamento que mostrarei no capítulo a seguir, apontarei o número de atendimentos e serviços prestados aos cidadãos de outras cidades, constatando que além de se resultar em um número inferior de atendimentos, ainda submetidos a longos períodos de espera para serem atendidos. Sobre esses casos, devemos levar em consideração o que consta no artigo 2º do estatuto da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, instituída em 1897 e que trabalharemos mais aprofundadamente no tópico seguinte. Tal artigo institui uma ordem prioritária aos atendimentos prestados pela instituição, mostrando que naquele momento a atuação da Santa Casa da cidade excedia os limites da municipalidade, seja pela ausência de atendimento nestes municípios, seja por ser uma referência na prestação dos serviços por ela oferecidos. Essa prioridade estipulava que a instituição deveria “prestar os socorros necessários no respectivo hospital aos doentes pobres que os reclamarem, dando preferência: 1º aos da cidade e do município de Juiz de Fora; 2º aos de outros pontos do Estado de Minas Gerais; 3º aos de outros Estados da União” (SCMJF, 1897, p.06).

Com isto, então, acreditamos que avançamos mais um pouco na luta contra os obstáculos impostos pela limitação das fontes. Contamos com pequenas, mas significativas conquistas, que gradativamente deixarão de ser um mistério e cumprirão o seu papel de esclarecer e descrever fatos inerentes ao desenvolvimento político, social e econômico de Juiz de Fora e de sua memória como um todo.

3.2 PERÍODOS INICIAIS DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora surgiu com o nome de "Casa de Caridade", por iniciativa do comendador José Antônio da Silva Pinto, posteriormente Barão da Bertioga, no ano de 1854 (LESSA, 1985, p.95). Regida pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos e pela irmandade da Misericórdia, a instituição se tornou um marco na assistência aos pobres da cidade, não somente pelo seu pioneirismo na forma de tratar alguns²³ necessitados, mas também pela mobilização política e econômica que gerou em torno

²³Para entender mais da configuração hospitalar e das formas de prestação de assistência à saúde no decorrer da história da humanidade em sociedade, ver: BRASIL. **História e evolução dos hospitais**. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Saúde. Divisão de Organização Hospitalar. Rio de Janeiro, 1944. Reedição de 1965.

da idealização dos projetos empreendidos pela instituição. Utilizei o termo "alguns necessitados" pois há alguns assuntos controversos sobre os primórdios da instituição²⁴.

Embora em seu primeiro compromisso institua que a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos tem como um dos objetivos prestar a assistência aos irmãos (ou seja, para ser alvo da assistência deveria pertencer à Irmandade), na prática temos que a instituição voltou inicialmente os seus cuidados para a assistência aos escravos de seu fundador. Outra particularidade desta Casa de Caridade é que não se tem um momento determinado em que ela passou a se chamar "Santa Casa de Misericórdia" ou apenas "Misericórdia".

Em sua recente pesquisa, Rogério Siqueira buscou precisar a data e as razões pelas quais a instituição passou a se denominar Santa Casa. O primeiro material documentado que faz menção ao termo "misericórdia" foi no testamento de Maria José Miquelina da Silva, esposa do Baronesa da Bertioga, esposa do fundador da instituição de caridade. Tal documento é datado de 16 de novembro de 1859. Em 1861, o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, ao noticiar a presença de Dom Pedro II em Juiz de Fora, utilizou-se também do termo "misericórdia" para trata o estabelecimento.

Oficialmente, ainda segundo Rogério, a ata de Comissão da Câmara da cidade no ano de 1866 (OLIVEIRA, 2016, p.45). Buscamos nas documentações oficiais durante este período quaisquer orientações sobre o nome de "Santa Casa de Misericórdia", ou apenas "Misericórdia", mas nada além do que já foi mencionado por Rogério, foi encontrado em nossa pesquisa.

Ao falarmos de assistência à saúde, filantropia e caridade²⁵ nesse município, inevitavelmente nos deparamos com esta instituição, que permaneceu atuante na cidade graças ao empenho e esforços empregados por determinados dirigentes da irmandade que empreenderam parcerias com o poder público apelaram a terceiros, se pautando no discurso voltado ao compromisso de civilidade religiosa e, posteriormente, a uma preocupação de obrigação social do rico em relação ao pobre ou necessitado.

Silva Pinto, por não haver descendentes no decorrer de sua vida, designava parte da sua fortuna que acumulou pela prática da cafeicultura em empreendimentos voltados à

²⁴ Como o fato de não se saber ao certo para que público as ações de assistência da instituição eram voltadas.

²⁵ Como a proposta deste capítulo é trabalhar a disposição das documentações da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e a documentação já produzida sobre ela, não pretendendo debater conceitos. A proposta é desenvolver os conceitos de "Filantropia" e "Caridade" no próximo capítulo, no qual desenvolverei e atuação dos provedores dessa instituição cujas ações se fundamentavam nesses conceitos. Sobre "Filantropia" trabalharei principalmente sob a perspectiva de: CAVALLO, Sandra. Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospital: The case of Turin. In: PORTER, L. G. **The Hospital in History**. London and New York: Routledge. 1989. Sobre "Caridade", desenvolverei a pesquisa sob a perspectiva de: GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força**. Lisboa: Terramar, 1986.

filantropia e ao desenvolvimento social da cidade. Não somente por não ter deixado descendentes, conforme nos mostra Oliveira, mas também para uma busca de adequação do município às determinações imperiais, a fim de consolidar o regime político que lhe garantiu o título nobiliárquico de Barão, em decorrência de suas ações. Segundo Rogério:

Podemos concluir que a iniciativa do Barão de criar, via Irmandade do Senhor dos Passos, uma Casa de Caridade em Juiz de Fora, busca adequar o recém-constituído município as determinações das leis imperiais e provinciais, desta forma consolidando o processo de afirmação política local. [...] não podemos deixar de relacionar as ações filantrópicas do Barão de Bertioga com as tendências modernistas em curso na Europa e que de várias formas já se manifestavam por aqui, em especial no tocante à questão de saúde e assistência (OLIVEIRA, 2016, p.42).

Isto justifica o fato de compor o quadro de sócio e membro de irmandades leigas de caráter religioso, como a Irmandade do Carmo do Rio de Janeiro, Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e Nossa Senhora Mãe dos Homens, de Barbacena (TRAVASSOS, 1993, p.36). Sua participação nestas irmandades nos mostra que o discurso de fé guiava as ações de fomento à população carente da cidade, ainda que tais ações também contribuíssem para que sua influência na Câmara Municipal da cidade fosse cada vez maior.

Enquanto vereador de Juiz de Fora, entre 1853 e 1854, destinou uma série de recursos para a melhoria e modernização da cidade; posteriormente, designou considerável fortuna para a criação do cemitério municipal (OLIVEIRA, 1953, p.32), para a construção de uma coluna hidráulica que por muito tempo foi responsável pelo fornecimento de água gratuita à população, e a Casa de Caridade, cujos recursos foram levantados a partir do investimento de seu capital e escravos na criação do chamado "Teatro da Misericórdia", cujo objetivo principal era a captação de recursos que financiariam, em parte, a construção da casa de acolhimento aos enfermos (LESSA, 1985, p.95).

Sobre o Teatro da Misericórdia, importantes informações foram encontradas. Durante alguns de seus anos iniciais, existia um teatro a pouca distância do espaço onde funcionava o hospital e que também era destinado à caridade, denominado Teatro da Misericórdia. Obtivemos algumas informações sobre a edificação, que basicamente indica que o edifício e a sua decoração seguiram as indicações do Barão da Bertioga.

Ou seja, embora não tivesse formação técnica ou notório saber, idealizou um projeto e instruiu que os seus escravos o executassem. Ao que tudo indica, a falta de técnica somada ao excesso de confiança por parte do benfeitor, causaram inquietação e possíveis escárnios por parte da população, que embora desfrutasse do resultado de suas ações, entendia que a figura

do Barão pudesse ser tomada por uma vaidade que influenciava em seu discernimento. Julgamos importante transcrever parte do texto de Lúcio d'Alva, sobre as expectativas que se mostraram frustradas ao serem depositadas na construção do teatro:

"O theatro da Misericórdia" teve por arquiteto o Barão, por decorar e pintor ainda ele próprio, por executores de seus planos os escravos de sua propriedade, dos quais, em numero de duzentos, mais ou menos, destacara um grupo de 15 a 20 para músicos, carpinteiros, pedreiros e pintores de suas edificações.

Todos os contemporâneos de tais construções (bem poucos os que restam) lembram-se do mau gosto e completa ausência das mais comensais regras de arquitetura e ornamentação por parte do diretor delas, homem inteligente, sem dúvida, mas destituído dos elementos necessários a empresas dessa natureza. Sua inteligência inculta levava-o a vaidade de crer-se apto para tudo. Assim, era proverbial a mordacidade do Barão na crítica individual e coletiva, com que risonho e cortes, zurzia os homens, as profissões e a sociedade.

Perdoava-se-lhe a mania de censor geral e mesmo achavam-na espirituosa (e o era algumas vezes) porque Silva Pinto era entusiasta do nosso progresso, um dos seus fatores, e além de tudo, porque era velho e rico.

O teatro da Misericórdia, uma esperança para muitos, um sonho de fadas para nós os colegiais, no entender dos praticos, ia ser uma obra inútil por mal-feita (SMBMMM, 1910, p.02).

Podemos reconhecer, com base em apontamentos desses contemporâneos do referido teatro, que na pintura de Antônio José da Silva Pinto que foi executada por Rocha Fragoso²⁶, a presença de sua edificação. Consta ao fundo da tela a reprodução da Casa de Caridade, que era apenas um pavilhão; a reprodução da coluna hidráulica custeada por Silva Pinto e destinada à população para o abastecimento de água; e por fim o que seria o "Theatro da Misericórdia", discretamente próximo às demais edificações. Algumas análises entendem que representavam as três principais obras de utilidade pública que o benfeitor legou à população de Juiz de Fora.

A título de informação, foi publicada no jornal "O Pharol", de 1877 apresentando uma publicidade na qual anunciava a apresentação de uma companhia de teatro que circulou tanto em Portugal quanto no Brasil e foi à Juiz de Fora neste referido ano (SMBMMM, 1877, p.03). Em outra reportagem datada de 1910 no mesmo jornal, foi publicada uma matéria intitulada "reminiscência" e narra brevemente a trajetória do teatro em Juiz de Fora. Nela constata a data de fundação como sendo em 1862, a pedido de Silva Pinto e que, embora primeiramente

²⁶ Rocha Fragoso foi um dos artistas da corte imperial brasileira. Em visita à Juiz de Fora, executou a óleo as pinturas do Barão e da Baronesa da Bertioga em 1861, ocasião em que a família imperial esteve na cidade para a comemoração da Estrada União & Indústria.

servisse à um colégio de rapazes da elite local, reverteria também as suas arrecadações em benefício da Santa Casa de Misericórdia, conforme Lúcio d'Alva²⁷ atesta:

"O Barão de Bertioga, (Silva Pinto) sempre risonho, revelava grande admiração pela peça e pelo desempenho que achara nos professores e -nos meninos, senhor, - acrescentava acentuando as palavras. Uma semana após a última representação, Silva Pinto tinha resolvido a construção de um teatro, em frente ao Colégio Roussin. Além de servir aos moços do Colégio - dizia ele - será mais uma fonte de renda para a Santa Casa de Misericórdia, quase terminada. A Construção do nosso primeiro teatro, o 'Theatro da Misericórdia' verificou-se pois, ao começar o ano de 1862 (SMBMMM, 1910, p.02)".

Parte dessa renda do teatro servia para compor a recém criada Irmandade. A Irmandade Nosso Senhor dos Passos foi criada em 1855 com a finalidade de "promover o culto religioso e a socorrer os pobres", constando no 1º artigo de seu Compromisso, e ficando também responsável pela manutenção da Casa de Caridade, conforme previsto no artigo 40º do mesmo Compromisso (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2016, recurso online). Quando criou este documento, Silva Pinto ocupou a posição de provedor perpétuo, conforme consta em seu artigo 9º, e enquanto este vivesse, não poderia haver eleição de novo provedor.

Ocupar os cargos de direção da irmandade ou tornar-se um irmão desta era um privilégio gozado por poucos naquele momento, ora pelos altos valores cobrados nas jóias, que foram estipulados em 48 mil réis de ingresso, mais a anuidade de mil réis, conforme consta o artigo 3º do Compromisso da irmandade, ora pelos critérios de ingresso estipulados no compromisso da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, contando no segundo artigo deste compromisso que:

Todo católico e Apostólico Romano, de um e outro sexo, de condição livre e de reconhecida moralidade e bons costumes poderá ser admitido a esta irmandade, assinando o livro competente, o termo de entrada e de obediência ao disposto no presente compromisso, cujo termo será lavrado pelo escrivão da Irmandade (SCMJF, 1855, p. [04].

Reconhecida moralidade e bons costumes são termos designados à população de posses, uma vez que para que houvesse este reconhecimento a pessoa deveria se mostrar à sociedade, ou seja, frequentar os espaços de sociabilidades nos quais fossem comuns à elite,

²⁷ Lucio d'Alva foi memorialista e escreveu uma série de colunas no jornal "O Pharol" com reportagens destinadas à descrição do Teatro da Misericórdia e sua relação com o Colégio Roussin. Foi aluno do mesmo colégio na ocasião da chegada de Dom Pedro II e a família real em Juiz de Fora, em 1861, na ocasião da inauguração da estrada de ferro União e Indústria. Referência: Ibidem.

participar ativamente da política local, deter grandes números de terras e escravos e também ter alguma representatividade no corpo social do município. Não digo que tais características fossem exclusivas da aristocracia rural, mas a população sem muitas posses e que viviam por conta do trabalho de subsistência careciam de educação necessária para se enquadrar nestes parâmetros; de tempo para investir nas atividades, uma vez que a maior parte de seu dia era destinada às atividades agrícolas; e por fim, o dinheiro das joias, que provavelmente faria muita falta na renda familiar destes indivíduos.

Para corroborar esta afirmação, Travassos e Oliveira identificaram alguns dos irmãos e irmãs que compunham o corpo da irmandade de Nosso Senhor dos Passos, todos eles provenientes das ilustres famílias de Juiz de Fora, grandes detentores de terras e fundadores efetivos da cidade, assim como membros da elite política, ocupando cargos na Câmara Municipal e ou estadual. Segundo Oliveira, citemos:

[...] a família Halfeld nas figuras do comendador Henrique e sua esposa D. Cândida, da família Tostes na presença de D. Rita de Cássia, da família Lage na figura de Domingos Antônio Barbosa Lage, da família Valle Amado na pessoa de Domingos do Valle Amado e da família Horta, na pessoa de Antônio Caetano Oliveira Horta (OLIVEIRA, 2016, p.38).

Como veremos a seguir, essas famílias ocuparam lugares estratégicos na sociedade juiz-forana. A título de exemplo, o engenheiro Henrique Halfeld, por exemplo, foi o responsável pelo processo de urbanização da cidade, com a construção da nova planta que buscou alargar as ruas do centro urbano de Juiz de Fora, propondo o afastamento dos edifícios em relação às calçadas para melhor provimento das pavimentações que seriam implantadas. A família Barbosa Lage era composta por grandes pecuaristas, investidores imobiliários e capitalistas de Juiz de Fora. Com suas terras, construíram uma série de povoados que atualmente correspondem a bairros da cidade.

A gestão de Silva Pinto durou 16 anos, até a sua morte em 1870. Em testamento, deixou uma série de imóveis para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, além de apólices estatais, escravos e dinheiro para a manutenção da caridade, em cuja proposta se baseia o artigo 1º do compromisso conforme vimos anteriormente (TRAVASSOS, 1993, p.52-60). Sua administração ficou marcada por uma série de esforços e recursos concentrados em um ideal proposto pelo benemérito a fim de deixar um legado material e imaterial na cidade.

Contudo, os próximos 27 anos seguintes foram marcados pela decadência da instituição, que chegou a fechar suas portas e deixar de atender aos necessitados por alguns

meses, em vista da falta de recursos que impossibilitava o oferecimento de alimentação aos enfermos, de lençóis, toalhas e até mesmo materiais de limpeza. Este fato pode ser evidenciado a partir da leitura de uma reportagem do jornal "O Pharol", sobre as mazelas da instituição, o que tornava necessária a criação de entidades associativas para promover a assistência mútua, difundida pelo jornal como pode ser visto a seguir:

A existência de uma casa de misericórdia faz com que algumas pessoas julguem supérfluo um estabelecimento de beneficência e para o qual temos procurado chamar a atenção dos nossos leitores.

Não entendemos, porém que seja assim.

Por motivos que ignoramos a casa da misericórdia desta cidade poucos ou nenhum serviço tem prestado; existe de nome somente, não deve, pois servir de exemplo e em nada pode obstar à criação da associação que nos ocupamos (SMBMMM, 1877, p.03).

Neste período constatei que dos 16 Provedores que assumiram as Irmandades dos Passos e da Misericórdia, além de seus bens, oito deles (50%) eram compostos por Vereadores da Câmara, que não necessariamente atuaram em paralelo com o seu mandato, o que dificulta dizer se utilizaram a posição de Provedor como pedestal para alcançar o cargo público. Laurinda Abreu acredita que as elites locais circulavam entre as Misericórdias e a Câmara, havendo uma alternância destes indivíduos nos espaços do poder local, garantindo os seus privilégios ante à sociedade (ABREU, 2014, p.43-44).

A posição de Provedor era sinal de privilégio a quem quer que a assumisse, dado o prestígio de se manter à frente de tão importante instituição. Destes, 25% eram proprietários de terra e cafeicultores, sendo inclusive dois deles sobrinhos do Barão e um deles irmão do Barão, que também ocupou o cargo de Vereador do município, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 2 - Profissão dos dirigentes (1854 - 1890)

| Provedor | Profissão | Cargo Político | Período Gestão SCMJF | de da |
|-----------------------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------------------|------------------|
| Antônio Jose da Silva Pinto | Cafeicultor | Vereador | 1854-1870 | |
| Elias Antônio Monteiro da Silva | Cafeicultor | X | 1870-1871 | |
| José Vieira de Figueiredo e Silva | Cafeicultor | X | 1873-1874 | |
| Cristóvão de Andrade | Cafeicultor Comerciante | e X | 1874-1876 | |
| Gervásio Monteiro da Silva | Cafeicultor | Vereador | 1876-1877 | |

| | | | |
|------------------------------------|--|---|-----------|
| João José Vieira | Cafeicultor Investidor Imobiliário | e X | 1877-1886 |
| Geraldo Augusto de Miranda Resende | Cafeicultor | Vereador, Prefeito Presidente da Câmara | 1887-1888 |
| José Joaquim Fernandes Torres | X | X | 1888-1889 |
| Lindolpho de Assis | X | X | 1890 |
| Total | 998 | 908 | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 3 - Profissão dos dirigentes (1891 - 1896)

| Provedor | Profissão | Cargo Político | Período de Gestão da SCMJF |
|---------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| Joaquim Martins Ferreira | Empresário, Investidor | X | 1891 |
| Manoel José Pereira da Silva | X | Vereador | 1891 |
| José Caetano de Morais e Castro | Advogado | Vereador | 1891 |
| Manoel Antônio Lopes | X | X | 1892 |
| José Caetano de Morais e Castro | Advogado | Vereador | 1892-1893 |
| Francisco Cândido da Gama Jr. | X | Vereador | 1893 |
| Francisco Pereira Sygmaringa | Cafeicultor | Vereador | 1894-1895 |
| Antônio Pinto Monteiro | Cafeicultor | Vereador | 1895-1896 |
| Total | 7 | 5²⁸ | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebemos que há uma predominância entre os administradores no que diz respeito à sua atuação econômica. Em grande parte eram cafeicultores com extensas porções de terra responsáveis pela movimentação do trabalho escravo, que gerava as riquezas da cidade e da região. Vale ressaltar que alguns desses administradores mencionados com uma profissão, como José Caetano de Morais e Castro, além de advogado, era também herdeiro de lotes que produziam café e explorava de atividades pecuárias. Portanto, optei por citar apenas as atividades de maior destaque destes indivíduos, seja ela aquela que lhe rendeu mais lucros,

²⁸ Neste caso, os campos "Profissão" e "Cargo Político" consta um número a menos nos dois em decorrência das duas gestões em anos diferentes do mesmo político, José Caetano de Morais e Castro. Como se trata de uma única pessoa, com uma única trajetória, achei conveniente calcular apenas uma vez a sua profissão para que não interferisse na porcentagem final que seria calculada sobre estes dois itens.

seja ela aquela que lhe rendeu maior notoriedade pois, como vimos, o período vivenciado por esses agentes representam uma fase transitória da economia, que gradativamente migrava do setor agrário para o setor industrial.

Observamos que o ano de 1891 foi marcado por um período em que passaram três gestores diferentes no cargo de provedoria da Santa Casa. Embora sem acesso aos livros de ata da instituição, os jornais atestavam que ela passava por algumas crises financeiras e, por conta disto, alguns artistas sensibilizados com a causa ofereciam parte dos rendimentos de seus espetáculos em benefício deste hospital, para que não cessassem os atendimentos. Tais rendimentos foram acumulados no ano anterior, de 1890. Estando ciente a população sobre este recurso, com esta verba somada à outras anteriores, escreveram ao jornal pedindo que comprasse um veículo apropriado para que fossem transportados os cadáveres do hospital até o cemitério, por encontrar a carroça utilizada para este fim em estado precário, o que desonrava o morto. Segundo consta,

Agora que este estabelecimento de caridade acaba de receber donativos, achamos ocasião oportuna para fazer aos seus administradores um pedido que nos parece de inteira justiça. [...]

Constrista realmente o coração ver passar sobre uma carrocinha de duas rodas [...] um caixão imundo, velho e desconjuntado a conduzir aos trombolhões até a derradeira morada o cadáver de um infeliz que a desgraça atirou ao leito do hospital.

Esses desgraçados merecem, como uma última esmola, um carro apropriado que o transporte ao cemitério (SMBMMM, 1891, p.01).

3.3 COMPROMISSO E ESTATUTOS DAS IRMANDADES DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS E DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA

Sobre o primeiro compromisso da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Juiz de Fora, datado de 1855, uma extensa busca para encontrar este documento original foi realizada, porém sem êxito. Tanto o arquivo da Cúria de Mariana, quanto Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e demais arquivos públicos da cidade não tinham em mãos este material. Para esta pesquisa, contudo, nos embasamos em uma fotocópia do documento original, que se encontra no arquivo da Cúria de Juiz de Fora. Sem informações sobre a procedência exata

deste documento, os responsáveis por este registro nos disse que também busca, sem efeito, por este documento em formato original²⁹.

Somente um ano após a criação da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos foi que a mesa administrativa elaborou o seu compromisso. Aprovado em 03 de abril de 1855, traz em seu artigo 1º as especificações da finalidade da Irmandade, o que consta: "Artigo Primeiro: Foi criada na Capela do Senhor dos Passos da Vila de Santo Antonio do Parahybuna uma irmandade de Nosso Senhor a qual se propõe a promover o culto religioso e a socorrer os irmãos pobres (SCMJF, 1855, p.[01])".

O segundo documento elaborado, com o nome de "estatuto", foi aprovado pela Mesa Administrativa no mês de Maio de 1897, durante a provedoria de Braz Bernardino Loureiro Tavares. Este documento apresenta nova roupagem, englobando não somente a Irmandade dos Passos, como também a Santa Casa de Misericórdia³⁰. Este primeiro compromisso se divide em sete capítulos e quarenta e um artigos, estabelecendo as diretrizes do funcionamento da Irmandade. Foi assinado no dia 03 de abril de 1855 pelo Secretário da Província de Minas Gerais, Antônio José Ribeiro Bhering, juntamente com a assinatura de Francisco Pereira Diogo de Vasconcelos.

Em 1897 criou-se o outro documento, que no caso denominou-se "Estatutos da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora", aprovados pela Mesa Administrativa na sessão de maio do mês de 1897. Sua função foi reafirmar alguns preceitos já instituídos no primeiro compromisso de 1855, e dotar o documento com as novas características políticas, deixando de ser estritamente um ambiente religioso, para ser um local que efetivamente seria aberto aos pobres. Outra novidade foi adequar o novo Estatuto à nova realidade da instituição, que agora contava com um corpo médico superior, novos e mais modernos meios de prestação de serviços e também a nova concepção do hospital como espaço de cura. Como atesta Gisele Sanglard:

O século XIX trouxe uma mudança no olhar sobre o hospital e sobre a assistência aos pobres. Aos poucos, o hospital foi se transformando do espaço de encarceramento das misérias humanas em um espaço de cura, onde o desenvolvimento da prática médica teve papel importante (SANGLARD, 2008, p.26).

²⁹ Ao que percebemos, o documento que foi redigido à mão, caso ainda exista, se encontra possivelmente em estado avançado de decomposição, uma vez que sua cópia apresenta trechos ilegíveis oriundos da má conservação do papel que se encontra com rasgos e borrões de umidade.

³⁰ Encontrei esse documento eventualmente na Associação Beneficente de Juiz de Fora. Tal documento não se encontra no Museu da Saúde, da Santa Casa de Juiz de Fora, nem no Arquivo Público Mineiro.

Sua nova estrutura dispunha entre 15 capítulos e 61 artigos elementos pormenorizados que já havia sido trabalhado no compromisso anterior. O artigo primeiro formaliza a abertura da reorganização do documento de regimento, constando:

Art. 1º A Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, instalada nesta cidade em 6 de agosto de 1854 e regida até a presente data pelo compromisso aprovado em 15 de março de 1855 e confirmado pela resolução provincial de 3 de abril do mesmo ano, fica reorganizada de acordo com os presentes estatutos (SCMJF, 1897, p.03).

Em adição, tem agora a preocupação com o hospital, atribuindo à Irmandade em seu artigo 2º e em seus três incisos. Outra inovação foi que tal assistência não seria prestada somente aos irmãos pobres, como ficou estabelecido no primeiro documento: desta vez, a assistência seria prestada a todos os pobres que pedissem socorro, em uma escala de preferência a quem esta assistência seria oferecida, o que nos mostra o fluxo de indivíduos de outras localidades vizinhas que buscavam amparo nesta instituição. Estas localidades posteriormente foram mencionadas nos relatórios anuais, instituídos por Braz Bernardino em seu primeiro ano de gestão, em 1897. O socorro viria para todos, sendo eles ou não irmãos, conforme podemos ver a seguir:

Art. 2º A Irmandade tem por fim:

I Prestar os socorros necessários no respectivo hospital aos doentes pobres que os reclamarem, dando preferência: 1º aos da cidade e do município de Juiz de Fora; 2º aos de outros pontos do Estado de Minas Gerais; 3º aos de outros Estados da União.

II Prestar socorros médicos e medicamentos na respectiva policlínica aos doentes pobres que não puderem tratar-se nos seus domicílios.

III Conservar e administrar a capela de Nosso Senhor dos Passos pertencente ao patrimônio da Irmandade (SCMJF, 1897, p.06).

E assim, firmou-se o estatuto da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia, em 1897. Embora a definição do que seria "pobre" fosse vaga, acreditamos que a pobreza neste caso seria conforme já trabalhamos no Código Sanitário de 1911. Ou seja, pobre seria o trabalhador que em virtude de algum infortúnio, deixou de poder prestar momentaneamente os seus serviços à sociedade.

Com seus novos e detalhados aspectos, o Estatuto representa o início do período de ascensão pelo qual a instituição passaria a partir de então. Nota-se que todo o aparato legal presente no texto reflete os anos de experiência como juiz de direito, cargo que foi exercido pelo novo provedor e elaborador deste material, Braz Bernardino, que embora tenha tratado de não deixar brechas neste estatuto, o mesmo registro foi instrumento de algumas ressalvas

feitas pelo então Bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta. Este prelado logo entendeu ser a Santa Casa uma instituição de grande importância. Por essa razão, decidiu estender o poder e a influência da Igreja sobre o regimento, derogando os dispositivos que incidiam na autoridade eclesiástica sobre a irmandade, condicionando a aprovação do documento às adequações por ele propostas, conforme escreve em resposta ao estatuto:

Atendendo à petição que nos foi feita, aprovamos o presente compromisso para reger a irmandade do Senhor dos Passos e Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, organizado e distribuído por 15 capítulos e 61 artigos; menos, porém, nas disposições que derogam a autoridade ordinária diocesana nas irmandades religiosas. Por isso a dita irmandade deverá prestar contas ao Bispo, não só do que se refere à Capela do Senhor dos Passos, como indica o artigo 58. Ao artigo 1º se acrescente: não poderá ser o membro desta irmandade quem não for Católico Apostólico Romano, ou quem por alguma censura tiver sido excluído da comunhão católica. No artigo 19, como não se declara com quantos membros poderá funcionar a mesa na primeira convocação, insira-se que poderá funcionar estando presente um quinto dos irmãos efetivos. Aos artigos em que se dá à irmandade ou à mesa administrativa ou ao Provedor faculdade de dispor de apólices e bens imóveis do patrimônio, acrescente-se que isto se entende havendo prévia autorização do poder eclesiástico. Ao artigo 40, sobre o Capelão, se acrescente: só poderá ser nomeado pelo Bispo, por indicação do Provedor, e só pelo Bispo poderá ser demitido. No artigo 41, §2º, se acrescente: empregará todos os esforços para que os doentes não faleçam sem os socorros da religião. Com estas limitações, aprovamos provisoriamente o presente compromisso, por nos acharmos em visita, até que o possamos fazer de modo definitivo; e só com estas modificações poderá ser irmandade nesta diocese a dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.

Dado e passado na cidade do Rio Novo, aos 17 do mês de junho de 1897, sob o meu sinal.

Eu, o Clérigo Antônio Pereira Couto, escrivão *ad-hoc*, a escrevi.

Silvério, Bispo de Mariana (SCMJF, 1897, p.23-24).

Essa réplica proposta por Dom Silvério nos mostra que naquele momento ainda se mantinha forte o poder da Igreja sobre as irmandades laicas. Este poder ainda se mostrava constante por se tratar a Irmandade devocional tradicional, e não uma Misericórdia de fato, estando, então, os irmãos dos Passos sujeitos à liberação do Ordinário.

Gisele Sanglard nos diz que o Brasil é marcado pela tradição portuguesa de socorro à pobreza, centrada nas ações propostas por irmandades leigas de caráter religioso e também nas ordens terceiras, com destaque para as Irmandades de Misericórdia (SANGLARD, 2008, p.26). Tais associações servem como exemplo paradigmático do movimento que representou o discurso religioso sobre as misérias humanas, que culminou na materialização desses

discursos através das Santas Casas de Misericórdia cuja primeira congênera foi criada em 1498, em Lisboa.

Sobre a relação da Igreja com as irmandades laicas, no caso específico de Juiz de Fora, Riolando Azzi entende que a Santa Casa de Juiz de Fora, regida pela Irmandade dos Passos, era uma instituição que desempenhava ações empreendidas pela Igreja Católica (AZZI, 2000, p.171). Dom Silvério, em sua carta, nos mostra que tal entendimento pudesse ser comum naquele momento, pois durante a República e o fim do padroado régio que vigorou durante o Império, a Igreja passou a ter mais autonomia e mais poder. Portanto, não são duas entidades que não se confundiam, na teoria, mas na prática ainda mantinham arraigada relação de poder, que era exercido pela Igreja nessas irmandades.

Acatando as decisões do bispo de Mariana, as modificações aplicadas instituíram-se então os estatutos da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Tal instrumento possibilitou melhorias na organização interna da instituição e também nas formas com as quais trabalhariam em prol dos assistidos, evitando deixar quaisquer lacunas que pudessem acarretar retrocessos à instituição. Ressaltemos que este documento chegou em um momento em que a instituição passava por descrédito social, em decorrência de um período marcado por serviços precários oferecidos e aparente descaso por parte dos provedores anteriores. Outro diferencial deste estatuto foi que a partir dele, no ano seguinte, instituiu-se um regimento interno do hospital que seguia os mesmos padrões estabelecidos em seu estatuto, delegando a cada categoria de funcionários quais papéis iriam desempenhar no funcionamento do hospital e de suas dependências.

3.4 A MESA ADMINISTRATIVA E A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SEUS DIRIGENTES: BENFEITORES, GESTORES E COLABORADORES

As Misericórdias surgiram como formas alternativas de unificar os poderes locais com os poderes centrais, evitando assim que houvesse disputas pela hegemonia do poderio projetado contra a população. Esta é a perspectiva sobre a qual trabalha Guimarães Sá, entendendo que tais instituições se fundamentam em uma espécie de relação mútua que é estabelecida entre as elites locais e o poder central, de modo que este segundo não sobrepuje os interesses locais de um controle social que era exercido contra os pobres até o final do século XVIII (SÁ, 1997, p.60-61).

Em Juiz de Fora, embora o contexto de criação de sua Casa de Caridade no século XIX se enquadrasse em um projeto modernizador que buscava alinhar o município ao

progresso da capital imperial, percebemos que a atuação dos membros que ocupavam os cargos administrativos da Santa Casa e da Irmandade dos Passos estavam atrelados à política local ou a um seletivo grupo da grande aristocracia cafeeira da cidade (OLIVEIRA, 2016, p.15-17). Tal fato é justificado, conforme vimos no sub-item anterior, quando analisamos que metade dos provedores nos primeiros quarenta e três anos de existência da Santa Casa pertenceu à política local ou regional, sendo eleitos ao cargo de provedoria talvez pela forte influência que exerciam entre seus pares o que garantia a gestão que muitas vezes serviria como um pedestal social.

Neste tópico buscaremos situar em quais espaços do ethos³¹ social os agentes financiadores da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora estavam situados. Ao contrário do que fez José Vieira Fazenda (1960) que publicou um livro com a trajetória de todos os provedores da Santa Casa do Rio de Janeiro, nos preocuparemos aqui em entender a atuação do pessoal Superior e do subalterno, definição estipulada no Regimento Interno do hospital da Santa Casa. O referido Regimento entrou em vigência no ano de 1899 como mais um empreendimento do processo de modernização e otimização de gestão da instituição, que foi implantada pelo então provedor Braz Bernardino Loureiro Tavares, e declarava a supremacia do Provedor nas decisões da Irmandade e do hospital. Em seus três primeiros artigos, definem que:

Art. 1º - Os serviços do hospital serão discriminados em - administrativo, clínico, farmacêutico e religioso.

Art. 2º - O pessoal encarregado desses serviços será o seguinte:

Pessoal superior:

provedor, irmã superior, médico diretor, dentista, irmãs enfermeiras, farmacêutico, capelão.

Pessoal subalterno: ajudantes de enfermagem, ajudantes de farmácia, cozinheira, ajudante de cozinha, lavadeiras, serventes, porteiro.

Art. 3º - O provedor será o diretor geral de todos os serviços e o superintendente do hospital, sendo-lhe subordinados os chefes de todos os serviços e o pessoal subalterno (SCMJF, 1899, p.07).

Levando em consideração que tal regimento diz respeito ao início da provedoria de Loureiro Tavares, iniciada em 1897, e anteriormente a isto não se tem acesso às informações sobre os funcionários com exceção do provedor, nos pautaremos ao limite estipulado no

³¹ Neste caso entenderemos o ethos como a definição apresentada por Ribeiro, Lucero e Gontijo. Segundo estes autores, o ethos expressa "uma constância no agir contraposta ao impulso do desejo, denotando uma orientação habitual para agir de certa maneira. Ele se desdobra, assim, como espaço na formação do hábito, entendido como disposição permanente para agir de acordo com os imperativos de realização do bem, tornando-se lugar privilegiado de inscrição da praxis humana." Para entender o texto, ver: RIBEIRO, Lucas Mello Carvalho. LUCERO, Ariana. GONTIJO, Eduardo Dias. **O ethos homérico, a cultura da vergonha e a cultura da culpa.** Psychê, vol. XII, núm. 22, enero-junio, 2008, pp.125-138. Universidade São Marcos. São Paulo, Brasil. 2008.

recorte desta pesquisa, correspondendo aos anos de 1897 até o ano de 1930, período marcado por dois grandes provedores que possibilitaram o crescimento vertiginoso da instituição. Neste momento ficou notada uma revolução interna da administração com um nítido fôlego empregado pelos novos gestores que se esforçavam para garantir a credibilidade que a instituição tanto perdeu nos anos anteriores.

Durante o período estudado, correspondente a quarenta e quatro anos de gestão, constatamos a presença de um total de 52 membros da mesa administrativa. Se levarmos em consideração que o total de cada mesa corresponde ao número de 15 pessoas, percebemos que a rotatividade nestes cargos foi irrisória, gerando certo monopólio destas funções por parte dos administradores. Dentre eles, percebemos a predominância de médicos em relação às demais profissões, conforme veremos a seguir. Entenderemos, então, que houve uma busca dos médicos em tomar o poder no hospital.

Outra informação importante, que compete ressaltar, é que muitas vezes o indivíduo exercia mais de uma função, como por exemplo advogados que também eram jornalistas, médicos que eram comerciantes ou cafeicultores, comerciantes que também eram acionistas e investidores imobiliários, dentre outros. Busquei, então, elencar as profissões na qual cada indivíduo se destacou ou atuou por maior período de tempo. Outra informação pertinente mostrada a partir do levantamento biográfico desses agentes é que entre as décadas de 1890 e 1910, as profissões secundárias³² estavam atreladas à vida agrícola, com a produção cafeeira, pecuária e leiteira. Nas décadas seguintes vemos que alguns destes mesmos indivíduos ou outros que compunham o mesmo estrato da elite social, dedicavam de forma secundária a investimentos no setor imobiliário ou de comércio diverso. Seriam estes os chamados capitalistas, aqueles que colocavam o capital para circular a título de rendimentos que lhes eram conferidos, predominando o setor imobiliário e têxtil.

Tabela 4 - Profissões dos Dirigentes da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (1897 - 1927)

| Profissão | Número | Investimentos secundários³³ |
|------------------|---------------|---|
|------------------|---------------|---|

³² Conforme mencionado no subitem 2.1, analiso investimentos secundários como aqueles acessórios à uma atividade principal. Ou seja, um indivíduo tem uma renda X, que é a sua renda principal, e uma renda Y, que é a sua renda secundária. Portanto, optei por citar apenas as atividades de maior destaque destes indivíduos, seja ela aquela que lhe rendeu mais lucros, seja ela aquela que lhe rendeu maior notoriedade pois, como vimos, o período vivenciado por esses agentes representam uma fase transitória da economia, que gradativamente migrava do setor agrário para o setor industrial.

³³ Ibidem.

| | | |
|--------------|-----------|-----------|
| Médico | 17 | 13 |
| Advogado | 10 | 7 |
| Comerciante | 8 | 2 |
| Cafeicultor | 4 | 1 |
| Engenheiro | 4 | 2 |
| Investidor | 3 | 2 |
| Farmacêutico | 2 | 1 |
| Industrial | 2 | 2 |
| Jornalista | 1 | 1 |
| Sacerdote | 1 | 0 |
| Total | 52 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

No capítulo III do estatuto de 1897, conforme vimos anteriormente, é trabalhado de modo introdutório as competências da administração das Irmandades do Nosso Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Os três capítulos seguintes trabalham os cargos de diretoria da mesa administrativa, aqueles com maiores responsabilidades sendo eles: Provedor, Secretário e Tesoureiro, respectivamente (SCMJF, 1897, p.08-12).

As eleições da mesa administrativa da Santa Casa estavam atreladas às decisões do Egrégio Conselho, conforme instituído no artigo 31 do seu estatuto. A posse da nova mesa era marcada para o dia 1º de janeiro de cada ano, pois assim acompanhava o ano social da instituição, iniciado nesta data e findado no dia 31 de dezembro. Vale ressaltar que esta data não era padrão nas Santas Casas do Brasil pois, a título de exemplo, citemos as eleições da Santa Casa de Pelotas, em cuja possessão dá no dia 2 de julho de cada ano. Esta data, segundo Cláudia Tomaschewski, marca o evento litúrgico da visitação de Maria à Santa Isabel e por isso foi adotado pela instituição (TOMASCHEWSKI, 2007, p.98). Ainda segundo Tomaschewski, é provável que as Santas Casas não tenham datas específicas para determinar seus dias de eleição, podendo ficar condicionadas ao discernimento de cada uma destas instituições em conformidade com suas especificidades locais e regionais. Esta situação pode ser vista na própria Santa Casa de Juiz de Fora que, em seu primeiro Compromisso de 1855 define a data de eleição como sendo no Domingo da Paixão, constando no artigo 7º deste documento que:

O governo e a Administração da Irmandade reside na Mesa, que será eleita todos os anos no domingo da Paixão, e publicada no dia da Procissão do dingo, no dia que a Mesa designar e contará de um Provedor, de um escrivão, de um Tesoureiro, de um Procurador, de doze Consultores e doze Servas do Senhor (SCMJF, 1855, p.[03]).

Importante ressaltar que as datas das reuniões e o resultado da apuração dos votos eram na maioria das vezes publicados em ao menos dois jornais de grande circulação daquele momento. Em análise às publicações dos periódicos na Hemeroteca Digital, encontramos principalmente o jornal "O Pharol", o "Jornal do Comércio" e o "Correio de Minas", sendo inclusive o dono deste segundo o irmão e membro da mesa administrativa Francisco de Campos Valadares, e deste terceiro fazia parte da mesa administrativa o um de seus redatores, o jornalista Heitor Guimarães (SMBMMM, 1904, p.04).

Em algumas poucas ocasiões no período a partir de 1897, foram poucos os momentos em que as eleições da mesa administrativa foram interrompidas por insuficiência do quorum que não foi atingido. Baseamo-nos esta informação nas publicações feitas nos jornais locais, as quais atestaram em algumas ocasiões a ausência do comparecimento dos irmãos nos dias de eleições ou em eventos de cerimônias de posse. Embora de menor incidência em relação ao período anterior à 1897, ainda assim percebia que isoladamente ocorria alguns eventos demonstrando eventuais ausências. A citar como exemplos: "Por haverem comparecido apenas os consultores dr. Fernandes Torres, Lindolpho de Assis, dr. Romualdo e Feliciano Penido, deixou de haver ontem sessão da Mesa administrativa da irmandade dos Passos" (SMBMMM, 1889, p.[03]).

E também, o caso de mesários empossados que não compareceram à solenidade de posse:

Domingo último foi empossada a nova mesa administrativa da irmandade dos Passos.

O sr. coronel Joaquim Martins Ferreira, provedor da irmandade, designou o dia, para a prestação de contas da mesa transacta e posse de alguns mesarios que deixaram de comparecer (SMBMMM, 1891, p.03).

Poucas foram as eleições nas quais o eleito se absteve de assumir o cargo ou desse prosseguimento ao mesmo. Os motivos mais recorrentes era o excesso de atividades desempenhadas pela pessoa, conforme o fez o senador Feliciano Penna ao ser cotado para o cargo de provedor da Santa Casa em 1897 tendo por sua recusa e indicação direta assumido Braz Bernardino no mesmo ano, ou questões de saúde envolvendo a si próprio ou a familiares³⁴.

³⁴ Este é o caso, por exemplo, do senador Feliciano Penna, conforme citamos no item anterior, recusou assumir a provedoria em função de seus constantes trabalhos na política. Ainda que não tivesse aceitado o cargo, sempre que possível levava ao Senado discussão sobre a necessidade de que o poder público fizesse o repasse de valores à instituições de caridade. Com isso, conseguiu uma série de subvenções que não se limitaram somente à Santa Casa de Misericórdia, se estendendo por outros setores privados da assistência em Juiz de Fora, como a Liga Mineira Contra a Tuberculose. Ver: TRAVASSOS, Miriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora**.

Acreditamos que o baixo índice de ausência na participação das reuniões da mesa administrativa da Santa Casa em Juiz de Fora nos anos que sucederam a posse de Braz Bernardino tenha se dado pela guinada nas obras de melhoria do hospital e do tratamento do patrimônio da irmandade, o que garantiu a credibilidade necessária que a instituição precisava para manter uma clientela fiel em seus pagamentos e interessada em seus serviços.

No decurso destes trinta anos apenas três provedores ocuparam este cargo: Braz Bernardino Loureiro Tavares (1897 - 1909/ 1910 - 1919), Hermenegildo Rodrigues Villaça (1909 - 1910) e Antônio Augusto Teixeira (1920 - 1941). Não fosse uma viagem à Europa realizada por Loureiro Tavares em maio de 1909 (VILLAÇA, 1909, p.04-05), este contingente teria se reduzido a apenas dois provedores neste cargo. O reconhecimento dos esforços destes agentes em manter o bom funcionamento da instituição, foram importantes para a ampliação do atendimento e a qualidade no serviço prestado, incorporando equipamentos importados dos Estados Unidos e da Europa para oferecer as novas tecnologias médicas. Outro fator importante foi o poder que esses provedores consolidaram com suas extensas redes clientelares durante sua gestão, é indiscutível que não somente seguiram à risca os preceitos estabelecidos no estatuto, como também estenderam os seus limites na nova dinâmica empreendida na forma de capitalização dos recursos e dos investimentos nos imóveis destinados ao arrendamento.

Os demais irmãos e irmãs ingressos nas Irmandades de Misericórdia e dos passos de Juiz de Fora seguem um padrão que era incomum no Brasil do século XIX, com algumas ressalvas. A principal ressalva é o fato de ser uma Irmandade mista, admitindo tanto homens quanto mulheres. Em geral, a composição da Misericórdia é inteiramente masculina.

Conforme nos mostra o historiador João José Reis que em 1991 lança uma obra icônica que trabalha o funcionamento das irmandades da Bahia sob a perspectiva de uma sociedade articulada através destas associações. O contexto da obra de José Reis é marcado pela efervescência política oriunda de grandes interesses econômicos que geraram um levante na Bahia oitocentista que resultou na destruição do Cemitério do Campo Santo, em Salvador (REIS, 1991, p.23). Todo este movimento se deu a partir da proibição dos enterros nas igrejas e a posterior concessão do monopólio dos ritos funerários a uma empresa privada que manteve sua autonomia através de um discurso que legitimava as desigualdades sociais e o preconceito que permeava a cidade em vista dos "cidadãos de cor".

Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993. p. 68-70. E sobre uma das muitas subvenções conquistadas por Penna, ver reportagem do "O Pharol": SMBMMM. O Pharol. Juiz de Fora, 10 de março de 1903. p. 2.

O que nos interessa na obra de Reis é o estudo que faz sobre os critérios de admissão dos candidatos às irmandades, mostrando as formas como se davam as separações dos grupos que poderiam atender aos parâmetros estabelecidos de ingresso. Em todo este cenário, encontram a figura das mulheres e a sua participação de forma figurativa nas irmandades. Elas não tinham direito a voto ou sequer a compor a mesa administrativa. A presença dessas mulheres como irmãs ou servas do senhor seriam apenas um pretexto para que não fossem excluídas da vida eclesiástica das irmandades que eram externadas nos eventos festivos em homenagem a alguma figura santa ou algum rito que fosse promovido por tais agremiações.

Vimos estes casos nas irmandades de Misericórdia e dos Passos de Juiz de Fora³⁵, que embora pagantes de joias, eram a elas atribuídas apenas serviços análogos aos domésticos de preservação da capela e das indumentárias dos santos. Ao que consta no artigo 24º do Compromisso de 1855, o limite de quantidade para as Servas do Senhor, embora nos seja mostrado que as esposas dos primeiros componentes da mesa administrativa ocupassem este cargo, mas nada instituído como regra. O único requisito estabelecido para o ingresso das mulheres, consta neste dispositivo do compromisso, dizendo:

Artigo 24º. As Servas do Senhor não terão assento, nem voto na Mesa e cada uma delas dará de jóia a quantia de oito mil réis no dia da posse do seu cargo. Compete-lhes: (ilegível) cada uma no seu mês as roupas da Capela para lavarem, concertarem e engomarem pondo nisto todo o esmero e asseio e darem os anjos para a Procissão (SCMJF, 1855, p [24]).

Por sua vez, no estatuto de 1897 o ingresso das mulheres tem algumas especificações, permanecendo a quantidade máxima de Servas do Senhor e estabelece que estas também seriam eleitas pela Mesa, embora não pudessem votar. O requisito para isso seria que previamente elas já fossem admitidas como irmãs dos Passos, pois o artigo 45 diz que a Mesa votará como Serva do Senhor 12 dentre as irmãs dos Passos. Ao que consta,

Art.44. Servas do Senhor são as senhoras respeitáveis por suas virtudes e sentimentos religiosos, que merecerem esta alta distinção.

Art. 45. As Servas do Senhor serão em número de 12, eleitas anualmente pela Mesa Administrativa dentre as irmãs dos Passos.

Art. 46. Compete-lhes:

I Velar pelo asseio do templo e decência do culto.

II Auxiliar quanto em se couber ao Capelão, distribuindo entre si mensalmente as obrigações do cargo (SCMJF, 1897, p.18).

³⁵ Mantivemos e manteremos esta nomenclatura, pois é a que consta na capa do Estatuto.

Suas restrições são apresentadas no segundo capítulo deste estatuto de 1897, o que tratou direitos e deveres dos irmãos. Em seu artigo 13 são atribuídas a elas todas os direitos, deveres e prerrogativas dos demais irmãos, "com exceção dos ns. II e III do art. 4º". Tais números correspondem aos incisos II e III que garante aos irmãos "votar e ser votado" e "Propor sócios", respectivamente (SCMJF, 1897, p.08). Logo o controle de quem pudesse ingressar na irmandade estava restrita aos homens, tanto no domínio daqueles que seriam indicados como na garantia de entrada por meio dos votos.

Outros componentes de vital importância para o funcionamento do Hospital eram as irmãs de Santa Catarina. Contratadas diretamente da Alemanha em 1897, inicialmente em número de três, gradativamente foram incorporadas maior contingente destas religiosas por sua reconhecida capacidade em administrar o funcionamento de um hospital em todos os assuntos que envolvam os pacientes, dispensação de medicamentos, a dieta dos enfermos e cuidados em geral com os materiais utilizados para os cuidados dos pacientes. Neste momento é importante frisarmos que todas as atividades exercidas na gestão da irmandade e do hospital podem ser consideradas como serviços prestados, pois demandava tempo e habilidade no desempenho destas atividades.

Para o controle destes serviços, uma irmã superiora foi contratada e era subordinada direta do Provedor, exercendo importantes incumbências no quadro de funcionários e demais gestores do hospital. Sob sua orientação e supervisão, há uma série de outros servidores que desempenham trabalhos não especializados, são os definidos como subalternos, os quais respondem diretamente à suas ordens e suas ponderações disciplinares. Ao pessoal especializado, que lidava com as atividades ligadas à saúde, cabia à Irmã Superiora apenas propor medidas disciplinares em caso de observância a alguma irregularidade na execução do serviço. Sua atuação foi definida no regimento interno do hospital, de 1899, que sobre a Superiora encarregava:

Art. 1º - O serviço administrativo abrangerá os trabalhos relativos à ordem e asseio gerais do edifício e suas dependências, à economia geral do hospital, e em especial à dispensa, cozinha, rouparia, lavanderia, pastos, culturas, criações e necrotério.

Art.2º - A direção geral deste serviço incumbe à Superiora das Irmãs de Santa Catarina.

Art. 3º - O pessoal subordinado à irmã superiora será o seguinte:
 - as irmãs encarregadas do serviço sanitário clínico ou farmacêutico (sob o ponto de vista disciplinar);
 - o pessoal de cozinha, rouparia, lavanderia, os serventes e porteiro (sob todos os pontos de vista, isto é, o disciplinar e de serviço) (SCMJF, 1899, p.08-09).

Desta forma o hospital da Santa Casa de Juiz de Fora manteve um acelerado crescimento na prestação da assistência. Este feito pode ser atribuído aos pormenores estabelecidos na gestão de 1897, quando observa uma série de propostas de melhorias no espaço físico e institucional do hospital e da irmandade. Embora tenhamos notícias da existência de um regimento interno de 1888 havendo também o regulamento do hospital, na provedoria do Barão do Retiro, conforme mostra o jornal "O Pharol", parece que este não foi muito efetivo, ao consideramos que em menos de dez anos este documento foi alterado por um que se mostrou promissor e necessário.

O reflexo desta organização foi inserir a instituição no cenário de referência médico-hospitalar, constando nos relatórios anuais as constantes aquisições de equipamentos modernos e a crescente demanda por serviços vindo de cidades vizinhas. Com a Mesa administrativa composta por um grupo que em poucas ocasiões intercalavam os seus membros, foi possível dar continuidades nas execuções das propostas apresentadas à Mesa.

4 A (R)ESTRUTURAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA NO SÉCULO XX

Este capítulo trata do processo de reestruturação da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Partimos da ideia de que a Santa Casa de Misericórdia de fato passou a ser estruturada a partir do estatuto de 1897, quando ficam mais evidentes os fins da Irmandade e à quem irá direcionar o atendimento.

Para trabalhar este capítulo, utilizamos os relatórios anuais como principais instrumentos. Como já dissemos, os relatórios anuais são fontes que muito nos dizem sobre o funcionamento da Irmandade e Hospital. Determinam as principais movimentações e nos fornecem dados quantitativos e qualitativos para que possamos elaborar dados contundentes para a pesquisa.

Optamos em dividir este capítulo em 3 subitens: primeiramente, trabalharemos a gestão de Braz Bernardino como um todo. Não buscaremos traçar uma biografia deste indivíduo, apenas colocá-lo como protagonista do desenvolvimento da Irmandade dos Passos. Sua gestão foi marcada por um contexto de transformações políticas e sociais, e acreditamos que seja por isto que sua gestão repaginou a história da associação.

No segundo subitem trabalharemos uma figura que julgamos merecer destaque, tanto como um grande nome da cidade de Juiz de Fora, quanto um importante agente que contribuiu para o êxito da instituição: Hermenegildo Rodrigues Villaça. Escolhemos trabalhar com sua trajetória, pois acreditamos que o seu pioneirismo e liderança foram pilares fundamentais para a consolidação da Santa Casa como prestadora de serviços à saúde, além de contribuir para a classe médica como um todo. Villaça manteve uma rede de sociabilidades com os mais doutos profissionais da saúde do mundo eurocêntrico. E o mais importante foi ter incorporado todo o conhecimento adquirido em prol da medicina e cirurgia de Juiz de Fora.

Por último, apresentaremos uma série de tabelas baseadas exclusivamente nos dados que nos foram fornecidos pelos relatórios anuais. Alguns quantitativos, outros qualitativos, estes gráficos nos ajudam a entender um pouco acerca da dinâmica médica na cidade. As pesquisas que trabalham a medicina e saúde em Juiz de Fora, e que foram citadas no decorrer deste trabalho, nos mostram a classe médica como um grupo intelectual produtor e difusor de discurso e de conhecimento. Aqui nos propomos a mostrá-los como profissionais, atuando de forma efetiva e prática em seus postos de trabalho.

4.1 A GESTÃO DE BRAZ BERNARDINO LOUREIRO TAVARES (1897-1919)

Em 1896, em vista da crise na qual a Santa Casa estava inserida, a então Mesa Administrativa decidiu convidar Feliciano Penna para assumir a Provedoria. Penna, que era Senador pelo Estado de Minas Gerais e Juiz de Direito, atuava como jornalista no "O Pharol" e lecionava na Academia do Comércio (TEIXEIRA FILHO, 1979, p.109-110). No entanto, ele alegou incapacidade para ocupar tal cargo em vista das inúmeras atividades que exercia e que, segundo ele, consumiam todo o seu tempo e seus esforços. Na ocasião, decidiu indicar um juiz da comarca de Juiz de Fora, que mostrou possuir um importante e eficaz senso de gestão e de ordem. No caso, indicou Braz Bernardino Loureiro Tavares.

Em seu primeiro ano de provedoria, foi perceptível a melhoria do hospital e das relações que mantinha com a sociedade civil. Loureiro Tavares alterou o quadro de funcionários, fazendo um corte de gastos sobre aquilo que julgava menos importante naquele momento; também membro de uma série de irmandades leigas de caráter religioso, entrou em contato com um irmão franciscano de Petrópolis com quem firmou contrato, aderindo aos serviços de três irmãs de Santa Catarina, que foram trazidas da Alemanha, exclusivamente para administrar as alas do hospital e zelar por seu funcionamento (TAVARES, 1897, p.12). Não demorou a regularizar juridicamente a instituição, enquadrando-a nos moldes dos hospitais modernos, ao passo que garantiu credibilidade aos credores. Por meio de pedidos de donativos à população, foi possível dar início à construção de duas novas alas do edifício, com o fim de ampliar o acesso à saúde, e sua capacidade de assistência aos necessitados (TAVARES, 1898, p.19).

Por meio do relatório referente ao ano que assumiu, Loureiro Tavares relata uma série de irregularidades na parte financeira. As dívidas eram muitas, os equipamentos precários e o quadro de profissionais defasados, sem especialização ou conhecimento apropriado ao cargo que exerciam. Por conta disto, no ano de 1898, tomou a iniciativa de reformar o estatuto da Mesa Administrativa, atribuindo aos irmãos dirigentes novas funções. Designou à eles o pagamento de joias e o pagamento da anuidade para a manutenção da Irmandade. Solicitou, também, o levantamento de fundos através da arrecadação das esmolas para que fosse possível executar os projetos que tinha elaborado (TAVARES, 1898, p.14).

Neste mesmo ano, conseguiu estabelecer relações com Bernardo Mascarenhas que, juntamente com a ajuda do Dr. Constantino Paletta³⁶ que na ocasião era membro da Mesa

³⁶ Mascarenhas e Paleta foram duas dentre as várias figuras de destaque da sociedade juizforana. Bernardo Mascarenhas foi um importante industrial que residiu em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Foi o

Administrativa, substituiu a querosene pela luz elétrica gratuitamente, doando à Casa de Caridade toda a instalação, materiais e equipamentos para que fosse possível a utilização da energia elétrica. Ademais, conseguiu a doação de um aparelho telefônico, na época objeto altamente custoso, mas, igualmente necessário para a melhoria da comunicação com outras entidades ou membros da elite que pudessem doar para a irmandade. Por fim, ainda neste ano, firmou contrato com a Câmara Municipal, que passou a custear todos os remédios da farmácia que se destinavam à prescrição de pacientes pobres (TRAVASSOS, 1993, p.76-77).

Os anos compreendidos entre 1901 e 1907 foram marcados por intensas transformações na prestação da assistência e nas melhorias das condições de trabalho. Em 1901, o Dr. Hermenegildo Villaça foi nomeado cirurgião da Santa Casa, que até então, realizava os procedimentos mesmo sem a necessária especialização para tal. No ano seguinte, foi criado um pavilhão de isolamento para evitar que o enfermo entrasse em contato com outro de grave moléstia ou aquele que se encontrava em profunda dor e, por conta disso, causava pânico aos demais por conta de seus gritos intermináveis (TAVARES, 1901, p.08-09).

A Capela, tão importante para a manutenção do culto religioso, foi reformada sem ônus para a Santa Casa, às custas do Coronel Manoel Honório. Ou seja, como doação à instituição, contratou os serviços da construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli para a projeção e execução do projeto e arcou com todas as despesas. Outra melhoria para o espaço físico, naquele mesmo ano, foi a criação do jardim central, propiciando aos visitantes um espaço para descanso e para aliviar a tensão de se visitar um ente enfermo (TAVARES, 1905, p.13-16). No ano de 1907, com a visita do Dr. Hermenegildo Villaça em centros médicos da Europa, foi incorporado à Santa Casa um novo arsenal cirúrgico que o médico trouxe de Berlim e Paris (TAVARES, 1907, p.11).

No relatório de 1908, Braz Bernardino anuncia que todas as dívidas da Santa Casa estavam solvidas. Neste momento a receita interna da instituição aumentou significativamente, permitindo a importação de fármacos de Nova Iorque e possibilitou a criação de um gabinete dentário, sob o comando do Dr. Clóvis Jaguaribe e a inauguração da maternidade, ficando responsável por esta o Dr. Edgard Quinet. Ainda neste mesmo ano, não

responsável pela criação da Usina de Marmelos, a primeira hidrelétrica da América Latina. Atuou como presidente da fábrica de fiação e tecelagem que recebe o seu nome. Membro do Egrégio Conselho, sua mais importante contribuição para a cidade foi trazer iluminação pública às vias centrais. Constantino Luiz Paletta foi um advogado e jornalista que atuou na política local e provincial. Compôs a Mesa Administrativa da Santa Casa por alguns anos, dentre os quais exerceu o cargo de Tesoureiro e Secretário.

observamos mudanças no quadro de irmãos. Houve o habitual rodízio no quadro dos dirigentes.

Em 1910 foi iniciado um processo de aquisição de terrenos para a construção de imóveis a fim de gerar lucros através de arrendatários. Estes imóveis se concentravam na região central da cidade, em específico na Rua Halfeld, Avenida Rio Branco e na Rua Batista de Oliveira. Com isso, foi possível adquirir mais apólices estatais que geravam grandes lucros à instituição, permitindo a compra de novos equipamentos e um atendimento mais rápido e eficaz aos pacientes (VILLAÇA, 1909, p.19-26).

Com esta renda, foi possível financiar a construção do sanatório, que atendia principalmente às vítimas do Cólera Morbus e da tuberculose, que então se tornavam crescentes na sociedade juizforana. Tendo sido Pantaleone Arcuri³⁷ membro da Mesa Administrativa, este firmou parceria com a Santa Casa na elaboração e execução dos projetos, juntamente com a Companhia Henrique Surerus & Irmãos³⁸. Se encontrando em estado de avançada deterioração, foi necessária a remoção das duas torres da antiga capela Nosso Senhor dos Passos.

O relatório de 1914 atesta uma prosperidade que o hospital jamais havia vislumbrado, mesmo durante o período do Barão da Bertioga. Com a disponibilidade de um completo arsenal cirúrgico, farmácia equipada e corpo médico especializado em diversas áreas da medicina, o fluxo de pacientes praticamente triplicou desde que Braz Bernardino assumiu a provedoria. Ao fim deste período, contava-se nove o número de irmãs de Santa Catarina trazidas da Alemanha e que cuidavam dos diversos afazeres da instituição, garantindo uma alimentação saudável, roupas limpas, equipamentos desinfetados e maior distribuição dos leitos para atender à grandes demandas. Este período foi de notável prosperidade, garantindo a credibilidade que a Santa Casa de Juiz de Fora necessitava para estar apta a receber novas doações de seus beneméritos e benfeitores (TAVARES, 1914, p.29-35).

Foi perceptível o empenho do provedor Braz Bernardino Loureiro Tavares (1897 - 1919) em reestruturar a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Tendo notória posição no cargo de juiz ordinário do município, somado à sua participação em outras irmandades,

³⁷ Pantaleone Arcuri foi um industrial e comerciante italiano que chegou em Juiz de Fora no ano de 1887 e atuou no setor de construção civil. Foi responsável por construir edifícios administrativos, religiosos, hospitalares e residenciais. Por conta disso, circulou entre os principais círculos de sociabilidade da alta sociedade juizforana, sendo prestigiado com uma série de honrarias, como o título de cidadão honorário de Juiz de Fora. Teve vários filhos, com destaque para o engenheiro Arthur Arcuri, que projetou o prédio atual da Santa Casa, e o arquiteto Rafael Arcuri, que remodelou a Capela dos Passos e construiu três pavilhões do antigo conjunto hospitalar.

³⁸ Henrique Surerus foi um industrial e comerciante, nasceu em Petrópolis e se mudou para Juiz de Fora no final do século XIX. Membro do Egrégio Conselho, fundou a Construtora Henrique Surerus & Irmãos, mantendo concorrência com a construtora de Pantaleoni Arcuri.

Bernardino ampliava cada vez mais o seu leque de sociabilidade, o que fez com que fosse possível abater as vultuosas dívidas que a instituição contraía durante os 27 anos que se seguiram à morte do Barão de Bertioga. Seu empenho, também, possibilitou a melhoria nos equipamentos e a expansão do espaço físico, promovendo a abertura de novas alas e centros de especializações.

4.2 HERMENEGILDO RODRIGUES VILLAÇA: PIONEIRO DA MEDICINA CIRÚRGICA EM JUIZ DE FORA

Médico cirurgião. Pioneiro da cirurgia no Estado de Minas Gerais. Grande benfeitor da Santa Casa de Misericórdia, onde trabalhou durante toda a sua vida profissional até a véspera de sua morte. Fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora. Cafeicultor e pecuarista de bovinos apurados da raça Schwitz, na "Cachoeirinha", no distrito da cidade. Fundador da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora. Tem o seu busto no jardim da Santa Casa e no jardim da Igreja de São Sebastião. É titular de rua. Patrono do Pronto Socorro Municipal (TEIXEIRA FILHO, 1979, p.148).

O trecho acima citado faz referência ao verbete encontrado no livro de biografias da elite juiz-forana produzido pelo advogado Procópio Teixeira Filho. No caso, embora insuficiente para denotar o real valor dado à Hermenegildo Villaça pelos cidadãos de Juiz de Fora e Rio de Janeiro, os dizeres mencionados fazem um apanhado dos principais legados deixados pelo médico: um empreendedor visionário que realizava a gestão do hospital com o mesmo fulgor com que geria sua próspera fazenda.

Ao falarmos de Hermenegildo Rodrigues Villaça, inevitavelmente, nos deparamos com a recente obra produzida por José Carlos Ribeiro Resende Alves, que, em 2016, publicou "Doutor Villaça: pioneiro da cirurgia em Minas Gerais". Assim, mais que a produção de uma exaltação ao senhor Villaça, a obra de Resende Alves nos apresenta um completo apanhado de informações sobre o egrégio médico, ao evidenciar os seus espaços de sociabilidade e, principalmente, a sua atuação como médico pioneiro da cirurgia em Minas Gerais.

Em 28 de novembro de 1860, nasceu na Fazenda São Geraldo, no município Vila do Rio do Peixe, MG, Hermenegildo Rodrigues Villaça. Filho do fazendeiro Antônio Rodrigues Pereira e Joana Ferreira Villaça,. O jovem Villaça desde cedo foi estimulado pelos familiares a ter dedicação aos estudos. Matriculou-se na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1882, aos 22 anos de idade, terminando sua graduação em 1887. Importante ressaltar que o contexto de transformações do ensino no qual estava inserido o ensino da medicina no Rio de Janeiro foi de suma importância para a formação pessoal e profissional de Villaça (ALVES, 2016, p.10).

Dadas as precariedades do ensino médico na faculdade do Rio de Janeiro, em 1870, um grupo de médicos professores passou a propor uma série de mudanças nas aulas ministradas pela instituição. Dentre as mudanças reivindicadas estava a especialização acadêmica, a liberdade de ensino e um modelo voltado para a prática experimental. Nesse cenário, foram implementadas duas importantes reformas no ensino da medicina: a Reforma Leôncio de Carvalho e a Reforma Sabóia (ALVES, 2016, p.11).

Na primeira mudança, aprovada pelo ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho em 1879, foi abolido o juramento católico na colação de grau, concedendo liberdade de juramento de acordo com a religião praticada pelos alunos. Tal situação foi de grande importância no campo intelectual, uma vez que naquele momento, o catolicismo ainda era a religião oficial do Império, que viria a ocorrer em 1891. Foram incluídas novas disciplinas na grade curricular do curso e aconteceram melhorias significativas no ensino prático, passando a oferecer prêmios e medalhas aos melhores alunos. As atividades nos laboratórios passaram a ser obrigatórias e foram reguladas pelo Decreto nº8.918, de 31 de março de 1883 (ALVES, 2016, p.11-12).

A Reforma Sabóia delineou a formação de Hermenegildo Villaça. O contexto de tal reforma foi o parco ensino da medicina no país e o oligopólio exercido pelas duas únicas faculdades de medicina do Império, localizadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Os adeptos da reforma alegavam que o ensino da medicina era excessivamente teórico, fato que foi somado à falta de laboratórios para pesquisa e também a relação não amistosa entre a Santa Casa do Rio de Janeiro e a faculdade. Além disso, o ensino proposto por Sabóia aspirava ao modelo alemão de ensino médico, valorizando os estudos práticos das disciplinas clínicas e experimentais (ALVES, 2016, p.12-13).

Villaça iniciou sua carreira de médico no ano de 1888, em sua cidade natal e nas regiões adjacentes. Pelos próximos sete anos, Villaça prestou assistência médica aos pagantes e não-pagantes, colocando em prática o que aprendeu durante a gestão do diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Vicente Cândido Figueira de Sabóia.

Jair Lessa, memorialista juiz-forano, alega que Hermenegildo Villaça chegou em Juiz de Fora, no ano de 1890, e, a partir de então, passou a prestar os seus serviços na Santa Casa de Misericórdia da cidade. Refutando a informação, até então apresentada pelo memorialista, sobre a chegada de Hermenegildo Villaça no município de Juiz de Fora, Resende Alves nos apresenta uma versão mais contundente sobre o fato, ao evidenciar um discurso proferido na Assembleia dos Deputados de Minas Gerais, que foi publicado em 23 de agosto de 1936. Segundo consta:

(...) ia para São Paulo quando, por acaso, parou em Juiz de Fora para visitar parentes. Houve então terrível desastre de trem, onde viajavam um bispo e religiosas, além de muitos outros passageiros. Villaça, chamado, acode solícito aos feridos. A assepsia operatória estava ainda no seu alvorecer. Eram de madeira, naquela época, os cabos das serras, facas, bisturis e outros instrumentos cirúrgicos. O inaugurador da grande cirurgia asséptica em Minas esterilizou o material, conforme pôde fazê-lo. Operou milagres. A começar pela manhã seguinte, tão grande foi a afluência de clientes a procurá-lo que por lá ficou, radicando-se naquela cidade a que ligou o seu nome, tudo fazendo para engrandecê-la (ALVES, 1982, p.30-31).

Tendo em vista que o referido acidente ocorreu na tarde do dia 06 de novembro de 1895, inferimos que a informação apresentada por Lessa pode ser equivocada e que a chegada de Villaça se deu em 1895. Fato é que, no ano de 1897, o nome de Hermenegildo Villaça apareceu entre os componentes do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, a partir do Relatório Anual produzido pela instituição no fim do mesmo ano (TAVARES, 1897, p.5).

Desde então, a carreira de Hermenegildo Villaça no município deslanchou de modo que sua formação, pautada na ampliação do ensino médico com aulas práticas, valeu como diferencial para atender novas demandas médicas baseadas em novas concepções de saúde, nas quais a assepsia se mostrava uma importante aliada na redução do contingente dos óbitos nos procedimentos cirúrgicos. Em vista de tal diferencial, no ano de 1901, Hermenegildo Villaça foi nomeado Cirurgião da Santa Casa, passando a exercer o cargo de direção do hospital (ALVES, 2016, p.40).

Com sua competência profissional somada ao seu pioneirismo, a ascensão social de Villaça era iminente. Fez parte dos mais importantes círculos de sociabilidades de Juiz de Fora, estendendo também sua influência no Estado de Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, embora não tenha seguido carreira política, Hermenegildo Villaça frequentava os mesmos locais que os políticos, tanto em função da profissão exercida, quanto pela condição de amigo pessoal ou confrade da Irmandade dos Passos, visto que parte significativa de seu grupo social era composto por políticos locais.

Dentre os nomes de figuras importantes com as quais Villaça estabeleceu relações relevantes, é importante salientar o de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934). Sendo Villaça 18 anos mais velho do que Chagas, a diferença etária não significou impedimento para que fosse instituída estreita relação pessoal e profissional entre eles. Chagas ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1897. Na ocasião, nomeou como procurador o seu primo, Augusto César das Chagas, para que fizesse sua matrícula, alegando enfrentar um

problema de saúde naquele momento. Com isso, junto com a procuração, foi encaminhado um documento contendo o quadro de vacinação organizado por Chagas que foi assinado por Hermenegildo Villaça. Chagas, casou-se com a filha do político e advogado Fernando Lobo, que vivia em Juiz de Fora. A partir de então, passou a visitar regularmente a cidade, enquanto desenvolvia o seu trabalho em Manguinhos com Oswaldo Cruz (ALVES, 2016, p.40).

Além de compartilharem instantes quando saíam para caçar jacus, Villaça e Chagas trabalharam juntos no município mineiro de Lassance lidando com os casos de bócio e tireóide parasitária (doença de Chagas). Segundo o discurso do Deputado Dorinato Lima:

Cooperou (Hermenegildo) com outro sábio mineiro, Carlos Chagas, quando, em Lassance, estudava e descobria a tireóide parasitária, prestando àquele cientista esplêndido concurso, tireoidectomizando os portadores daquela entidade mórbida e fornecendo assim copioso material para pesquisas de laboratório (ALVEZ, 1982, p.48).

Outra relação estabelecida por Villaça, foi com o médico francês Alphonse Marie Edmond Pavie (1868 - 1954). Este médico passou a viver no Brasil após sofrer uma desilusão amorosa. Nascido em família aristocrática, Pavie desde cedo manifestou fortes tendências à área médica. Logo aos 16 anos, quando passou a assistir procedimentos cirúrgicos no hospital Hôtel-Dieu de Amiens, sua cidade natal, Pavie se deslumbrou com a profissão.

Aos 20 anos, se matriculou na Faculdade de Medicina da Universidade de Paris, em 1888. Em 1892, seu último ano de curso, apaixonou-se por uma artista de teatro e largou seus estudos para seguir com ela em turnê. No Brasil, por ela é abandonado ao passo que sua fortuna se esvaeceu. Seguiu, então, para Minas Gerais, trabalhar na construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas na função de médico, até 1898, quando terminou a obra (ALVES, 1982, p.1-2).

Nos anos seguintes passou a exercer atividades de médico, atendendo à comunidade de Capelinha/MG, onde residiu, e também à comunidades adjacentes. Foi nomeado para cargos públicos, como Delegado Vacinador e, posteriormente, Major Cirurgião da Terceira Brigada de Infantaria da Guarda Nacional, no município de Minas Novas, em 1905 (ALVES, 1982, p.3). Pavie trocou uma série de correspondências com médicos franceses, que se beneficiou da situação para oferecer às comunidades isoladas do Norte de Minas Gerais uma assistência prestada nos moldes das mais sofisticadas técnicas européias.

Em sua trajetória, apresentou traços semelhantes àqueles vividos por Hermenegildo Villaça: um amante da profissão, que buscou dotar seu município do mais sofisticado aparato médico, seja por meio de equipamentos de ponta, seja pela incorporação de novas técnicas da

medicina. Foi assim que Pavie dotou a cidade de Itamarandiba, onde viveu os seus próximos 60 anos, da mais moderna aparelhagem e do mais rico acervo de fármacos que pudesse ser encontrada em região tão isolada. Foi graças à estas ferramentas, que Pavie manteve estreita ligação com o Instituto Pasteur de Paris, enviando pesquisas laboratoriais e recebendo extratos de antígenos periodicamente pelo referido instituto (ALVES, 1982, p.5). Tamanho o requinte de seu laboratório, em 1922 recebeu medalha de bronze na Feira Internacional que comemorava o centenário da Independência do Brasil.

Pavie fundou, em 1911, a Santa Casa de Misericórdia de Itamarandiba, nos moldes das novas postulações pausterianas da microbiologia. Neste mesmo ano, deu início ao tratamento do bacilo de Hansen, tratando cientificamente desta doença que trazia um estigma social ao seu portador (ALVES, 1982, p.8).

Toda esta narrativa acima mencionada sobre a trajetória de Pavie mostra que este médico teve uma vida dedicada em incorporar os ditames europeus da prática médica, no Estado de Minas Gerais. Trocava inúmeras correspondências com os principais médicos europeus. O que nos chamou a atenção, foi que Hermenegildo Villaça figurava no rol dos médicos com os quais Pavie mantinha relação e trocava correspondências. Embora Villaça, como já mencionamos, tenha sido mineiro, isso nos mostra que o serviço prestado em Juiz de Fora e região concedeu-lhe uma fama que reverberou até os mais remotos cantos do Estado, atraindo a atenção de outros importantes médicos que abraçaram o progresso da medicina no Brasil.

Assim como Pavie, Villaça foi um médico dotado de grande expertise na área médica e que também manteve importante intercâmbio cultural com os centros intelectuais europeus. A exemplo do constante aperfeiçoamento técnico e da implementação das mais modernas práticas da medicina que Villaça executou em Juiz de Fora, tomemos o discurso do médico e proprietário do jornal "O Pharol", Dr. Cristovão Malta, publicado neste periódico no ano de 1906, ocasião em que a elite médica se reuniu em um jantar para homenagear Hermenegildo Villaça, que viajaria para a Europa com a finalidade de adquirir novos equipamentos e se especializar na França. Segundo Malta, sobre as habilidades de Villaça:

(...) Mas, no estrangeiro, onde não és conhecido e onde o nosso Brasil ainda é por muitos considerado um país de selvagens, deverás dizer com verdade o que tens feito em cirurgia. Se te acreditarem, passarás imediatamente da categoria de discípulo obscuro à mestre. Assim, passando pela França, referirás a Lannelongue e a Peter as talhas hipogástricas e perineais que tens praticado; a Pozzi, as curetagens do endométrio e as amputações do colo; a Roux e a Chantemesse, do Instituto Pasteur, as numerosas injeções de soro

antidiftérico puro ou associado ao de Marmoreck; a Mangaul, os enxertos epidérmicos e as sementeiras epiteliais; a Ollier, de Lyon, as ressecções ósseas e as artrotomias. Na Alemanha, dirás a Soenger, de Leipzig, a Leopold, de Dresde, as histerectomias que tens feito. A Kirche, de Berlim, exporás as autoplacias com que tens reparado perdas consideráveis de tegumento externo e finalmente a Bergmann, o notável cirurgião berlinês, cuja clínica vais acompanhar, comunicarás a operação que praticaste ultimamente: uma nefrostomia para a extração de enorme cálculo encravado no rim. Ele, conhecedor das dificuldades e dos segredos da cirurgia, há de aplaudir a precisão do diagnóstico, os detalhes operatórios e o êxito da operação, há de, em suma, dar ao discípulo honras de mestre, porque em qualquer parte, poderás ensinar (ALVES, 2016, p.61-62).

O discurso proferido por Dr. Malta na ocasião, foi muito além de um discurso ufanista. Em suas palavras, salientou uma série de procedimentos cirúrgicos altamente complexos naquele momento, e que eram executados em um país visto como obsoleto. Atribui cada procedimento à determinado especialista no assunto, situando-os em seus principais locais de atuação: importantes cidades dos centros tecnológicos da Europa. E o que para nós é mais importante ressaltar, foi o êxito alcançado por Villaça em todas essas intervenções cirúrgicas. Portanto, entendemos que Villaça foi o baluarte da medicina cirúrgica em Juiz de Fora.

Posteriormente, o provedor da Santa Casa de Juiz de Fora, Braz Bernardino Loureiro Tavares, realizou outra viagem à Europa para a aquisição de equipamentos, em 1909. Na ocasião, Hermengildo Villaça foi nomeado substituto de Braz Bernardino, e passou a assumir a provedoria em março do mesmo ano.

Consta que, embora tenha assumido a provedoria em 1909, Hermenegildo Villaça não gozou de todas as prerrogativas de um provedor. No tocante às competências deste cargo, Villaça executou apenas as funções que não demandassem muitas responsabilidades como, por exemplo, a nomeação do capelão, que permaneceu em conformidade ao ano anterior, a contratação ou demissão de funcionários subalternos e nem autorizou despesas urgentes em seu ano findo. O que podemos pensar sobre isso é que suas atividades como cirurgião principal e médico-diretor da clínica cirúrgica consumissem muito de sua atenção, pois o ano de 1909 foi marcado por um grande aumento nos atendimentos cirúrgicos de pacientes pagantes, o que, inclusive, foi objeto de ponderação no relatório daquele ano quando Villaça sugeriu a criação de uma casa de saúde para melhor atendimento ao público.

Os nossos patrícios, ao contrário do que se afirma geralmente, já compreenderam que só se deve tratar, principalmente de operações, num meio apropriado, onde tudo concorra para o máximo possível de probabilidade de êxito. Este hábito na Europa e em outros países é hoje geralmente adquirido: ninguém se trata em casa particular. Tudo em seus

lugares. Para passeios, bons hotéis, para doentes que precisam de repouso, pessoal técnico, etc. hospitais, casa de saúde. [...]

[...] Assim, pensamos que a mesa administrativa do ano que entra, cujo provedor já é benemérito por tantos títulos levará avante essa obra vantajosa para Santa Casa e esse importante melhoramento para Minas, principalmente para Juiz de Fora, isto é, a construção de uma casa de saúde anexa ao hospital (VILLAÇA, 1909, p.7-8).

A informação acima citada consta no relatório anual que ficou a cargo do Dr. Villaça. Notadamente, o médico seria isento da responsabilidade de criar a casa de saúde. Em vez disso, acabou incumbindo Braz Bernardino a executar o projeto quando retornasse de viagem à Europa. A construção da casa de saúde viria a ocorrer anos depois, com o nome em homenagem a tal benemérito, tornando-se assim "Sanatório Villaça". Os seus atendimentos estavam voltados para o público de classe 1 e 2³⁹, conforme determinado pela própria gestão em seus relatórios, como posteriormente no relatório de 1925 (TAVARES, 1914).

Villaça, durante sua gestão, contribuiu para que pudéssemos entender como funcionavam as enfermarias particulares. O relatório anual desenvolvido por ele tem o diferencial de pormenorizar assuntos mais voltados à medicina, haja vista que Braz Bernardino era juiz e, portanto, tinha uma visão diferente do hospital. Abaixo mostraremos duas tabelas referentes aos serviços prestados no segundo semestre do ano de 1909 na Santa Casa. O material nos mostra que o número de óbitos entre os pagantes eram inferiores do que os óbitos dos não pagantes. Como se trata de apenas um semestre, não podemos definir como um padrão tais números, mas podemos ter ideia de que além do conforto das enfermarias particulares, havia maior dedicação do médico ao paciente, que fazia visitas regulares para avaliar o estado de saúde. Já nas enfermarias dos pobres, embora o atendimento fosse bom, muitas das vezes o médico dividia sua atenção com outras dezenas de pacientes.

Tabela 5 - Atendimento prestado à mulheres pagantes e não-pagantes no segundo semestre de 1909, Santa Casa de Misericórdia

| Pacientes Mulheres Pagantes | | | | Pacientes Mulheres Não-pagantes | | | |
|-----------------------------|---------|------|---------------------|---------------------------------|---------|------|------------|
| | Entrada | Alta | ⁴⁰ Óbito | | Entrada | Alta | Óbito |
| Ginecologia | 19 | 16 | 03(15,79%) | Ginecologia | 15 | 14 | 03(20%) |
| Cirurgia | 07 | 06 | 01(14,28%) | Cirurgia | 13 | 10 | 03(23,08%) |
| Medicina | 01 | 01 | 0 | Medicina | 35 | 29 | 08(22,86) |

³⁹ O relatório de Villaça faz menção à estes dois grupos. Segundo o médico, fazer parte dessas classes era um privilégio para todos aqueles que pudessem pagar com grandes quantias pelas diárias em quartos mais confortáveis e com maior atenção voltada ao paciente. "Classe 1" indica quarto individual por três mil réis a diária, "Classe 2" indica um quarto de até dois pacientes pelo valor de dois mil réis a diária.

⁴⁰ Porcentagem de acordo com o número de Entradas nos respectivo serviço: Ginecologia, Cirurgia ou Medicina.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 6 - Atendimento prestado à homens pagantes e não-pagantes no segundo semestre de 1909, Santa Casa de Misericórdia

| Pacientes Homens Pagantes | | | Pacientes Homens Não-pagantes | | | | |
|---------------------------|---------|------|-------------------------------|----------|---------|------|------------|
| | Entrada | Alta | Óbito | | Entrada | Alta | Óbito |
| Cirurgia | 38 | 36 | 01(2,63%) | Cirurgia | 83 | 74 | 12(14,46%) |
| Medicina | 09 | 08 | 01(11,11%) | Medicina | 77 | 65 | 15(19,48%) |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Hermenegildo Villaça se mostrou um importante ator na consolidação da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora como centro de referência na prestação de serviços médicos. Sua postura visionária pode ser justificada por sua próspera fazenda cafeicultora e agropecuária que administrava como fonte principal da sua riqueza. Seus conhecimentos práticos de liderança na agricultura, somados ao desempenho como médico cirurgião e chefe do setor influenciaram a sua postura como gestor empreendedor, focando em ações do hospital voltadas ao investimento de melhores leitos e equipamentos visando o lucro a médio prazo.

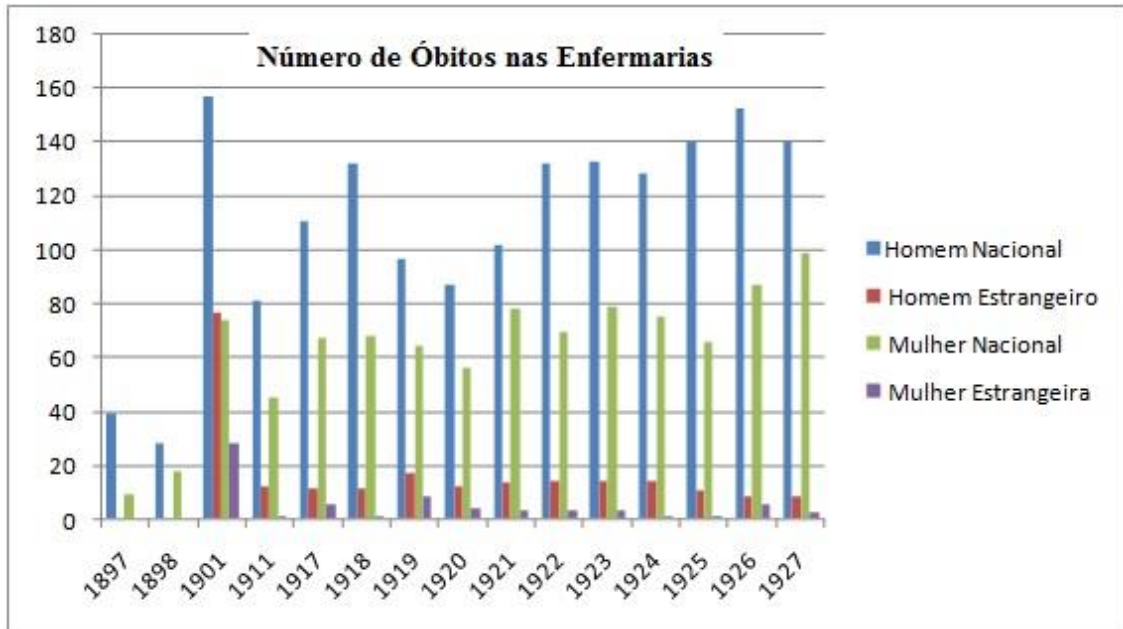
4.3 GRÁFICOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS: AMPLIAÇÃO DO QUADRO MÉDICO E DOS ATENDIMENTOS

Este subitem tem como abjetivo apresentar algumas informações relacionadas aos serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, bem como assinalar alguns dos seus principais rendimentos. Mostraremos também os números de prescrições de receitas, número de óbitos e o perfil dos pacientes atendidos, baseado no sexo. No baseamos em tais parâmetros para termos uma dimensão do atendimento prestado na Santa Casa, o que pode ser mostrado a partir das prescrições de receitas; pelo número de óbitos podemos constatar quais eram as principais moléstias e quais eram os procedimentos cirúrgicos de maior complexidade, que ocasionavam as mortes; o perfil dos pacientes baseado nos sexo nos mostra que, inicialmente, o índice de atendimento no hospital era predominantemente masculino, mas como decorrer do tempo, teve maior adesão das mulheres, que passaram a ser atendidas.

Importante salientar que estamos trabalhando os anos de 1897 até os anos de 1927. A motivação da escolha deste recorte temporal diz respeito à limitação das fontes nesta

pesquisa. Depois de 1927, consegui somente acesso aos anos de 1937 e seguintes, período este que fugiria à minha proposta de pesquisa.

Gráfico 01 - Óbitos nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia (1897-1927)

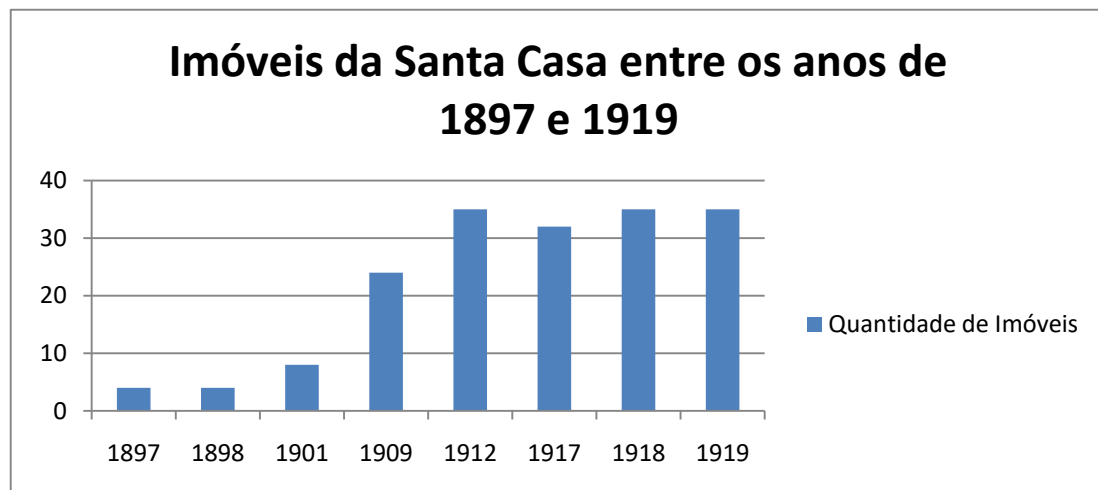


Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico acima, listamos o número de óbitos nas enfermarias do hospital. Nos primeiros relatórios, de 1897 e 1898 especificamente, não havia a preocupação em distinguir a nacionalidade do falecido. Nos seguintes, passaram definir por sexo e por nacionalidade. Levando em consideração o grande fluxo de imigrantes que estiveram na cidade durante o período estudado, justifica o fato da provedoria se preocupar em determinar nas estatísticas dos atendimentos um grupo que compunha entre 25% a 38% do número de atendidos nas enfermarias: os estrangeiros.

Acreditamos se tratar de pacientes que operavam máquinas nas crescentes indústrias têxteis e de gêneros alimentícios, primeiramente porque a Santa Casa era o hospital de referência na cidade naquele momento. Também, encontramos em alguns relatórios algumas menções à acordos estabelecidos entre as fábricas e o hospital, que passou a atender os seus trabalhadores por um preço reduzido (TAVARES, 1898, p.4-5). Como já vimos nos capítulos anteriores, a força de trabalho era que deveria ser valorizado a todo custo, pois esta força operaria na produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na produção das riquezas que financiavam o projeto modernizador da cidade.

Gráfico 2 - Relação dos imóveis da Santa Casa entre os anos de 1897 e 1919

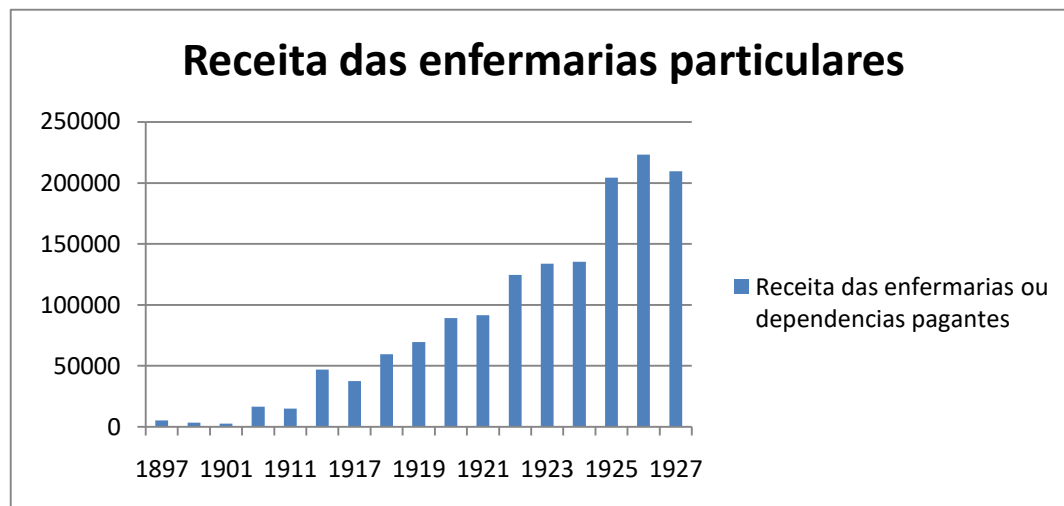


Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico acima ilustra a quantidade de imóveis pertencentes à Santa Casa. Nota-se que estamos tratando somente de imóveis, o que significa tratar de edifícios e terrenos utilizados para arrendamento e geração de lucro. Os demais componentes do patrimônio da Irmandade são, segundo os relatórios anuais: apólices da dívida pública, ações em empresas e os prédios da Capela e Hospital. Listamos somente até o ano de 1919, pois a partir de então os relatórios anuais deixaram de assinalar a quantidade de imóveis e focaram apenas no rendimento em capital que tais bens rendiam à Irmandade e Hospital. Em 1918, o Palacete do Barão do Retiro é incorporado ao patrimônio da Santa Casa.

Importante, também, ressaltar que estes imóveis eram todos localizados nas regiões nobres do centro da cidade. Todos bem localizados, amplos e com o valor do aluguel de 20% a 30% abaixo do valor do mercado, como forma de garantir que sempre tivesse algum inquilino gerando renda para a associação. De 1912 em diante, até mesmo nos relatórios que não mais discriminavam as quantidades de imóveis, percebemos que a Irmandade gastava generosas somas para conservar suas propriedades e torná-las atrativas aos investidores. Percebemos que, o que justifica a cobrança de menor taxa em relação ao mercado, não se limitou à um ato de benevolência: resultou da insenção dos impostos cobrados pela prefeitura nos imóveis da Irmandade, fossem eles a Capela e Hospital, ou também qualquer edificação ou pasto que pertencesse à agremiação.

Gráfico 3 - Relação financeira das enfermarias particulares da Santa Casa entre os anos de 1897 e 1927



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra fonte de renda que muito contribuiu para a prestação da assistência, foram as enfermarias particulares, conforme nos aponta o gráfico acima. Os seus preços eram determinados de acordo com o tipo de atendimento pelo qual o paciente solicitava. Quanto maior exclusividade e mais tempo com um médico, mais caro era as enfermarias.

No decorrer dos relatórios percebemos que eles mencionam o termo "classe" para designar as enfermarias: Primeira Classe era exclusiva para aqueles que desembolsassem 3\$000. O cliente gozaria de um atendimento mais próximo do médico com visitas regulares do profissional de saúde, contaria com alimentação mais farta e balanceada e um quarto exclusivo para seu uso.

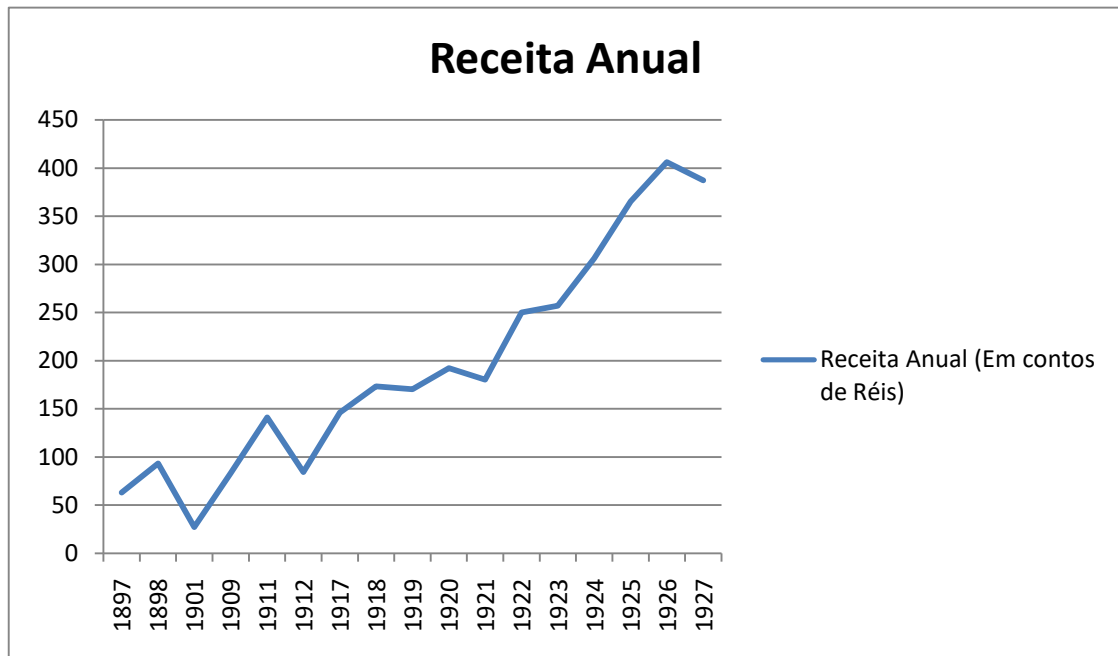
A Segunda Classe desfrutaria das mesmas regalias que a primeira, com a diferença de que nesta categoria o paciente pagaria 1.500\$000, mas dividiria o quarto com uma segunda pessoa.

Por fim a enfermaria simples, destinada a socorrer os não-pagantes, que teria um atendimento lento e sujeito à disponibilidade de vagas. Alimentação básica, visita restrita dos médicos e lotação nos quartos. O relatório anual de 1923 comenta que tamanha a entrada de enfermos naquele ano, muitos pacientes ficaram deitados no chão das enfermarias (TEIXEIRA, 1923, p.13).

Uma informação que não ficou clara diz respeito à periodicidade com que era feito o pagamento da taxa pelo serviço de primeira ou segunda classe. Não diz se o valor estipulado era cobrado por dia, por semana, por mês ou pelo tratamento. Fato é que no ano de 1925, houve um grande investimento na construção do Sanatório Dr. Villaça, onde se ofereciam somente enfermarias para as duas primeiras classes, em um prédio anexo, equipado com a mais sofisticada aparelhagem trazida da Europa e Estados Unidos. Os valores deste novo

serviço não foram divulgados de forma isolada, mas a arrecadação aponta um aumento exponencial para os cofres da Santa Casa.

Gráfico 4 - Receita anual de arrecadação da Santa Casa



Fonte: Elaborado pelo autor.

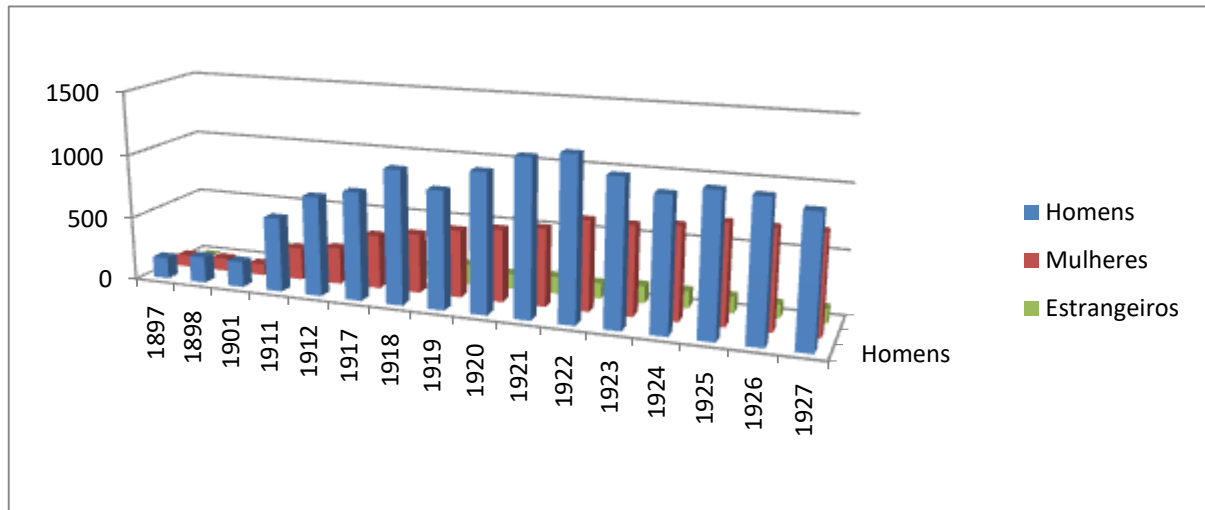
Acima, apresentamos o gráfico com os valores da receita anual. Percebemos que houve um enorme aumento das arrecadações da Santa Casa no decorrer do tempo. Ao falarmos de receita, estamos partindo das seguintes formas de arrecadação, conforme consta nos relatórios anuais: rendimentos das enfermarias e seções anexas, rendimentos dos prédios do patrimônio, juros das apólices federais e do Estado, quotas da Loteria Nacional, donativos em dinheiro, juros das contas com o Banco, dividendo da Companhia Cedro e Cachoeira (a qual a Santa Casa detinha parte significativa das ações durante todo o período estudado) e as mensalidades dos irmãos.

Com base na leitura, percebemos que as mensalidades dos irmãos eram o que menos rendiam na Santa Casa, um valor parco ao compararmos com as enfermarias. Estas últimas foram as que mais deram retorno financeiro à instituição, responsáveis por mais de 40% da receita total das arrecadações.

Pelo gráfico percebemos o aumento na receita durante os anos em que se intensificou a utilização das enfermarias (1922 - 1926). Neste período, o número de quartos foi aumentado, acolhendo mais pacientes pagantes, o que refletiu na arrecadação anual total. A queda, em 1927 resultou de o Sanatório Dr. Villaça ter o seu rendimento discriminado em separado do

hospital. Portanto, gradativamente, caiu a receita anual do hospital, mas aumentou a do Sanatório, em cuja arrecadação, segundo a fala da provedoria, foi responsável por manter o hospital em funcionamento.

Gráfico 5 - Pacientes atendidos nas enfermarias da Santa Casa



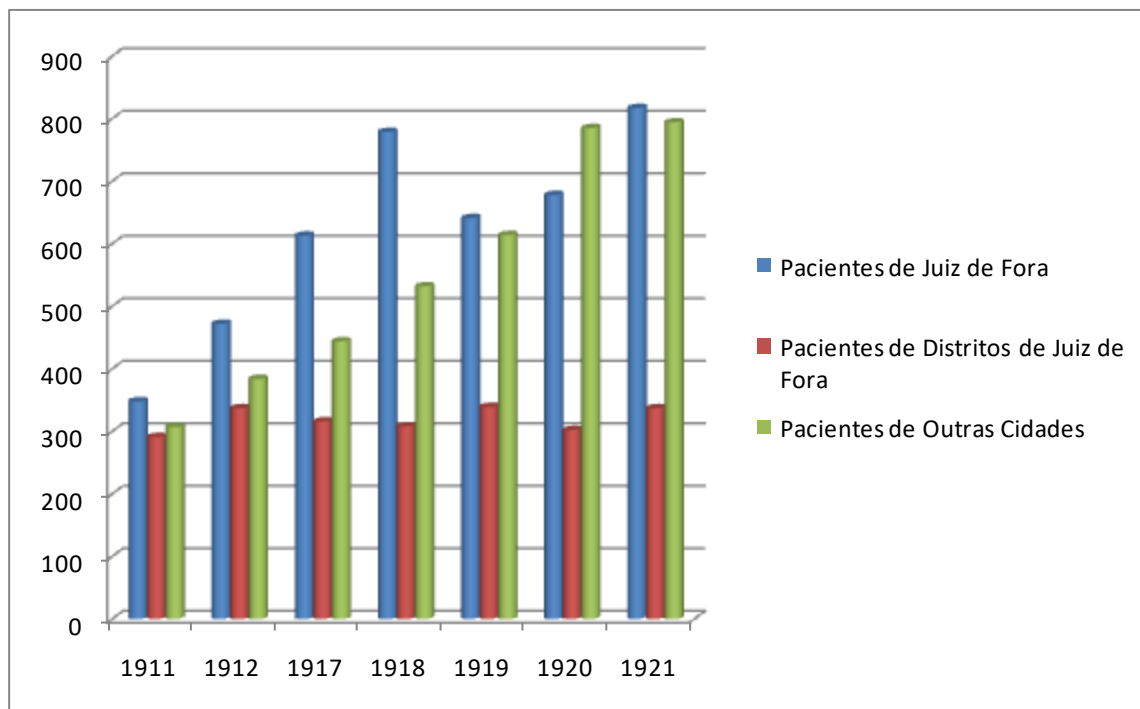
Fonte: Elaborado pelo autor.

Acima, levantamos os dados dos pacientes atendidos nas enfermarias, discriminando o sexo e a naturalidade. O público atendido era predominantemente masculino, entendemos que por serem maioria exercendo trabalhos laborativos estariam passíveis a sofrer mais acidentes, enquanto as mulheres cuidavam de afazeres domésticos com o risco diminuído. Percebemos também que os atendimentos masculinos passaram por constantes oscilações, ora com muitos atendimentos, ora com valores inferiores.

O caso das mulheres mostra seu aumento gradual no atendimento. Não encontramos definições que determinem ao certo as razões deste aumento. Contudo, a partir de 1917 a Santa Casa passou a atender parturientes em uma sala especial para tal finalidade. Embora os relatórios mostrem que haviam mortes durante o trabalho de parto, igualmente aumentou o número de mortes de mulheres por septicemia (infecção generalizada), decorrente da infecção hospitalar. Vale ressaltar que os antibióticos, embora tivessem sido o primeiro descoberto por Alexander Fleming no final da década de 1920, passaram a ser utilizados apenas no decorrer da década de 1940, dados os resultados práticos no combatentes da Segunda Guerra Mundial. Outro fator que justifica o aumento dos atendimentos das mulheres foi a criação e ampliação das salas de ginecologia. Acreditamos que, com o passar do tempo e com a credibilidade conquistada pelos médicos, a população passou a confiar mais na figura do médico.

Já o atendimento aos estrangeiros ficou estável durante os anos trabalhados. Pouco falavam deles nos relatórios. O que encontramos foram casos de estrangeiros atendidos nas enfermarias e que passavam por algum procedimento cirúrgico, que em grande parte terminava com o óbito do indivíduo. Não trabalhavam com procedência, atividade profissional que exercia ou quaisquer outras informações que facilitassem a compreensão dos meios em que o indivíduo estava inserido.

Gráfico 6 - Pacientes atendidos nas enfermarias, por região



Fonte: Elaborado pelo autor.

O atendimento a pacientes de outras cidades foi assunto constantemente apresentado nos relatórios anuais. A Santa Casa recebia pacientes de mais de 30 localidades, inclusive da cidade do Rio de Janeiro. Trabalhamos com a hipótese de que o hospital prestava atendimento a estes indivíduos em troca de alguma subvenção das respectivas municipalidades. Contudo, não encontramos documentação comprobatória, nem o discurso dos dirigentes da Santa Casa fazendo alusão a este possível acordo.

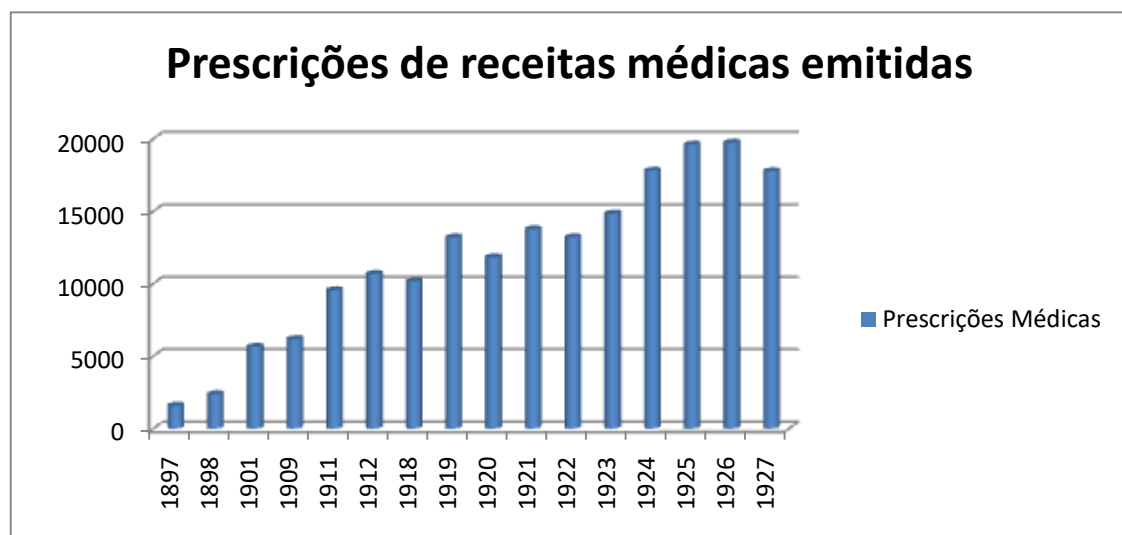
Fato é que o provedor sempre justificava pedir um grande aumento na subvenção Estadual pelo fato de atender pessoas de outras cidades. Entretanto, com a leitura dos relatórios, vemos que o Estado, embora tenha destinado um mínimo valor à instituição, muitas vezes era com um ou dois anos de atraso, e ainda parcelado.

O período abarcado no gráfico foi aquele em que encontramos os dados dos atendimentos. A partir do ano de 1921, não se discriminou mais por regiões ou municípios.

Mas com o que temos, percebemos que os distritos de Juiz de Fora, aparentemente, mantinham um grupo determinado de pacientes atendidos, o que justifica a baixa alteração dos valores no gráfico. Pacientes de outras cidades aumentaram conforme os anos, enquanto os pacientes da cidade seguiam um fluxo linear, com a exceção do ano de 1918. Tal fato pode ser justificado a partir da leitura dos relatórios anuais, apontando que no referido ano houve aumento de pacientes pobres e pensionistas, o que fez com que fosse construído um novo pavilhão para ampliar os atendimentos.

Outro fator que justifica o aumento foi a ampliação nos serviços cirúrgicos, especialmente o de oftalmologia e ginecologia. Percebemos que no ano, também, foram registrados 71 casos de pacientes com ancilostomose, dos quais resultaram em 24 mortes neste mesmo ano de 1918.

Gráfico 7 - Prescrições médicas emitidas na policlínica da Santa Casa



Fonte: Elaborado pelo autor.

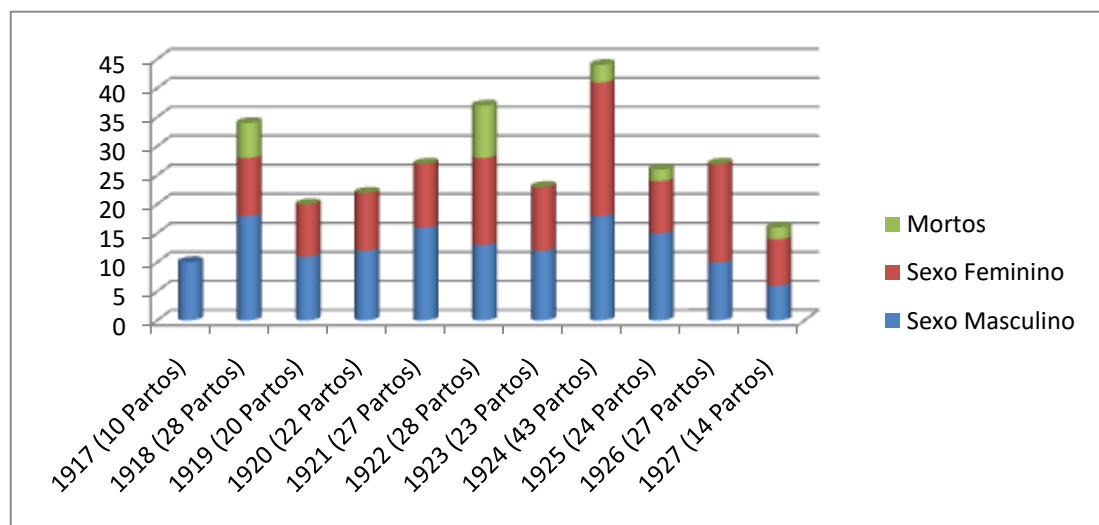
Outro elemento importante no funcionamento da hospital da Santa Casa, foi a policlínica. Sempre em constante movimento, trabalhando com casos de menor complexidade ou diagnosticando casos de internação, este serviço buscou sua ampliação na capacitação dos profissionais de saúde que atendiam os pacientes que buscavam o socorro do hospital.

Prestado o atendimento, era emitida uma receita com a qual o paciente adquiria o medicamento prescrito pelo médico. A Santa Casa manteve uma farmácia pública, subvencionada pela prefeitura de Juiz de Fora, na qual eram dispensados medicamentos aos ditos necessitados. Não temos clareza sobre os critérios para definir necessitado, nem mesmo uma definição conceitual de quem seriam os necessitados, mas acreditamos se tratarem de

peessoas comprovadamente desprovidas de recursos econômicos, nas mesmas condições daqueles ditos pobres que eram tratados no hospital. Tudo indica que a prioridade do fornecimento da medicação era para residentes de Juiz de Fora, haja vista o grande número de prescrições que eram enviadas às cidades vizinhas e também por uma menção feita no relatório de 1919, quando diz que a medicação é insuficiente e, portanto, priorizou os residentes juiz-foranos.

Portanto, o gráfico acima nos mostra o grande número de prescrições médicas produzidas nos atendimentos da policlínica. Tomamos uma dimensão de como era os atendimentos a partir da leitura deste gráfico que nos mostra, por exemplo, que nos anos de 1925 e 1926 o número de prescrições chegou próximo dos vinte mil. Tal valor reflete o período das grandes transformações na Santa Casa, seja em seu espaço físico, seja na forma de prestar a assistência, com a utilização de um amplo arsenal de instrumentos médicos e novas técnicas aperfeiçoadas.

Gráfico 8 - Número de partos, discriminados pelo sexo e pelo número de mortes na Santa Casa



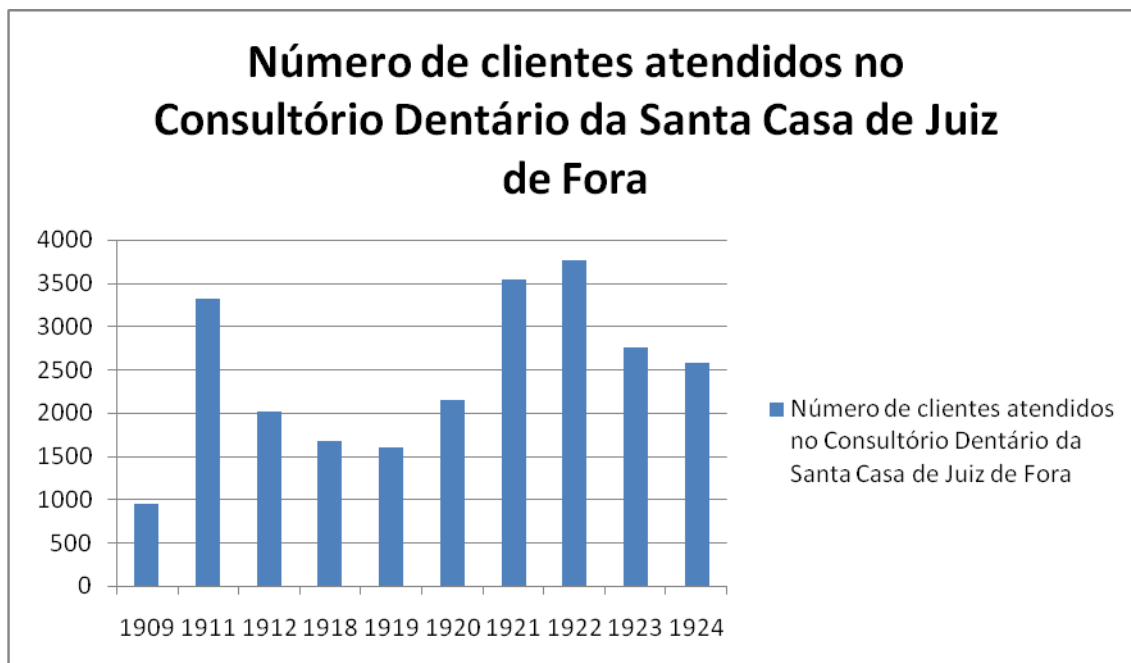
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os serviços de maternidade, que ficaram a cargo do cirurgião adjunto Dr. Edgard Quinet, foram oferecidos somente a partir do ano de 1918. Até então, segundo consta no relatório de 1917, quando Quinet reclama a falta de local adequado para prestar os serviços às parturientes, alguns partos eram realizados juntamente com as enfermas na ala de ginecologia. Anterior à isto, vemos que em uma série de relatórios a administração lamenta o fato de ter

que negar assistência às gestantes, por não ter local nem meios específicos para atender à esta demanda.

A partir de 1917, os relatórios anuais passaram a registrar o número de partos realizados na Santa Casa. Contudo, este não foi apresentado o sexo, nem se houve ou não mortos. Os anos seguintes nos mostram o crescente número de mulheres que vieram a conceber seus filhos na instituição. A parcela de mortos é relativamente baixa. No geral, as mortes são atribuídas à negligência das mães ou a motivos alheios, como aborto espontâneo. Algumas mães buscavam a ajuda da Santa Casa quando estas estavam com alguma infecção severa, fortes dores ou sangramentos. Isto provocava a morte, em alguns casos, tanto da mãe quanto da criança. Em outras situações, salvava-se a mãe e perdia-se o filho.

Gráfico 9 - Clientes atendidos no Consultório Dentário da Santa Casa



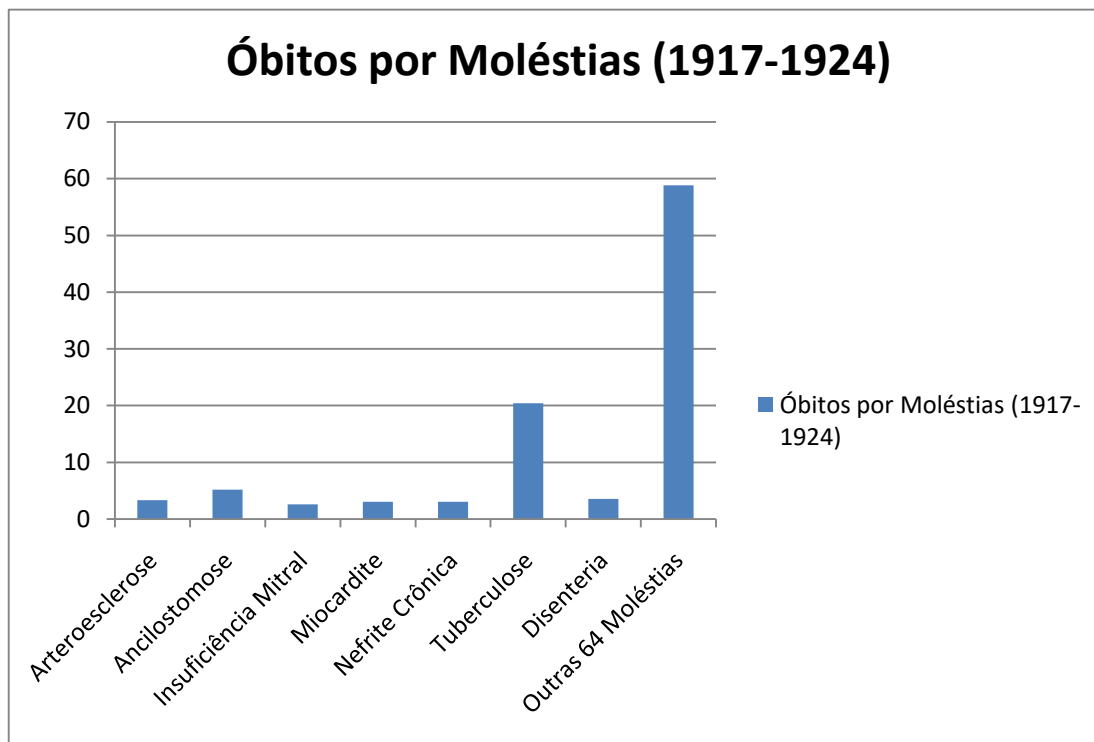
Fonte: Elaborado pelo autor.

O consultório dentário foi aberto a partir do ano de 1909. Os relatórios anuais indicaram suas atividades somente até o ano de 1924, com alguns anos sem informações, devido a alguma ampliação feita no consultório e os administradores julgaram conveniente registrar as melhorias, e não o atendimentos.

Foi o setor da Santa Casa com maior rotatividade de profissionais no trabalho: 5 foi o número de dentistas responsáveis pelo consultório dentário da Santa Casa. Tal ocorrido não foi de forma simultânea. Dispensava um, contratava outro. O número cresce, e percebemos o

grande aumento de procedimentos estéticos, como a extração de dentes para colocar pivô e a utilização de dentes de ouro.

Gráfico 10 - Óbitos por moléstias (1917-1924)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, observamos a lista das principais moléstias que acometiam a população. Dentre os sete anos os quais foram registrados a causa mortis por moléstias, apontando os motivos, observamos 71 causas diferentes. Dentre elas, escolhemos as sete com maiores incidências nos anos.

Liderando o ranking, a tuberculose foi a doença que mais vitimou. Seus pacientes eram tratados no pavilhão de isolamento, que foi criado em 1903 após pressão da população e dos jornais contra a Santa Casa. Posteriormente, passou a se chamar Enfermaria Halfeld, em homenagem à esposa do benemérito Coronel Francisco Mariano Halfeld, que em 1897 fez a doação de 15:000\$000 e anualmente doava 1:000\$000, permitindo a rápida ascensão da Santa Casa.

Outra doença que vitimizava grandes contingentes da população foi a ancilostomose. Verminose proveniente da falta de higiene pessoal e dos alimentos, demonstrou que não obstante os grandes esforços da elite médica e da ação do governo em difundir a propaganda do homem salubre, parte da população vivia realidades que não permitiam colocar em prática

as posturas da política local. Não é possível precisar se faziam por ignorância ou por negligência, mas os dados mostram que a comunidade estava sendo assolada pela doença e que ela vitimou inúmeras pessoas, ficando atrás somente da tuberculose.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou trabalhar novas perspectivas da assistência à saúde em Juiz de Fora, a partir da atuação de velhos atores. A Santa Casa de Misericórdia da cidade foi palco de desenvolvimento do projeto modernizador empreendido pela sociedade oitocentista, incorporando o que havia de melhor na prestação dos serviços médicos na transição do século XIX para o século XX. Ícone de poder, requinte e tecnologia, a instituição, que era e ainda hoje é gerida pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, canalizou as principais demandas médicas da cidade e região, atuando como polo referencial de atendimento aos enfermos.

O assunto não foi esgotado na pesquisa realizada por vários motivos, como por documentos encontrados muito em cima do prazo de defesa desta dissertação, o que impediu melhor aprofundamento e detalhamento acerca do seu conteúdo. Portanto, ainda há muito o que ser pesquisado e trabalhado sobre o tema da Santa Casa e da Irmandade dos Passos de Juiz de Fora. Tendo a instituição de caridade crescido em paralelo com o município, sua composição social ficou marcada pelos grupos de agentes que buscavam reconhecimento e prestígio ocupando cargos de direção na Irmandade ou hospital.

Inicialmente, a proposta do trabalho seria realizar um comparativo entre os dois perfis distintos assumidos pela Irmandade dos Passos e hospital, sob influência do regime político que regulava o país nestes dois momentos distintos: imperial e republicano. No primeiro, percebemos que, embora existissem dispositivos legais instituindo ações voltadas para a criação de postos de assistência à saúde nos municípios, a atuação do Estado era em demasiado omissa. A população escravocrata e agrária começava a manifestar interesses na incorporação de ações voltadas para a melhoria do espaço urbano, embora as ações tenham sido empreendidas lentamente em decorrência da lentidão nos avanços tecnológicos e científicos.

Já durante o segundo regime, a sociedade como um todo estava imersa em uma conjuntura de grande dinamismo social e tecnológico, em grande parte devido ao crescente processo de industrialização que passou a determinar um novo perfil de indivíduo - o trabalhador assalariado - que gerava grande capital a partir de sua força de trabalho, proporcionando grande circulação de bens e serviços. Os avanços tecnológicos foram possíveis em decorrência da busca incessante do homem em dominar a máquina e aprimorar cada vez mais os meios de produção. A medicina passou a ser especializada e guiada pelos ditames da microbiologia.

A efervescência acima citada gerou uma demanda diferenciada no perfil do assistido e do pobre, que passou a ser a mão de obra que, por algum infortúnio, teve suas atividades interrompidas. Prestar assistência ao indivíduo era mais do que uma obrigação moral, se tratava de um investimento, pois a improdutividade do sujeito acarretava a perda da produção. O saneamento urbano, muito além do valor estético, objetivou delimitar geograficamente o local do sujeito na sociedade. Determinadas regiões deveriam ser frequentadas por determinadas pessoas. A família do trabalhador passou a ser alvo da assistência. Ele deveria gozar de boa saúde para produzir uma prole igualmente saudável e apta a oferecer os seus serviços para o mercado em crescimento. Portanto, a educação higiênica foi o método mais efetivo de iniciar as práticas salubres nas crianças, que se tornariam adultos conscientes.

Contudo, não foi possível desenvolver o comparativo entre os dois perfis, uma vez que a falta de produção documental nas primeiras gestões da Irmandade dos Passos figurou como o grande inimigo dos pesquisadores do tema. Conseguimos somente tatear algumas informações, que gradativamente foram incorporadas ao acervo das produções sobre a Irmandade e seu hospital. Acreditamos, então, que embora não tenhamos êxito nesta pesquisa em encontrar grande número de material contundente sobre os primeiros anos da Irmandade, avançamos um pouco na produção de subsídios para pesquisas vindouras.

Foi feita na dissertação elaborada uma associação diferenciada das suas congêneres. Registra-se que, embora tenha sido incorporado o nome de Santa Casa de Misericórdia, o hospital era gerido pela Irmandade do Nosso Senhor dos Passos e em quase nada se assemelhava às Misericórdias. Foi recorrente nos séculos XIX e XX o fenômeno de atribuir a um hospital o nome de Misericórdia, que era sinônimo de prestígio e credibilidade.

A diferença na data de posse da Mesa Administrativa, é um exemplo da distinção que a Irmandade dos Passos de Juiz de Fora tinha para com as demais Irmandades que geriam as Santas Casas no mundo lusófono. Outro exemplo é a composição da Irmandade, sendo a dos Passos aberta para mulheres, mesmo sem participar na gestão ou não tendo poder de votar e indicar membros, enquanto a Misericórdia era exclusiva para homens. Os critérios de escolha dos irmãos diziam respeito à sua posição social e posses, visto que além da necessidade de ser indicado por outro Irmão, o candidato deveria doar uma generosa quantia como joia.

As grandes doações eram estimuladas com o oferecimento de títulos, como o de benfeitor, que era destinado para quem prestasse serviço de grande relevância ou doasse a quantia mínima de 1:000\$000 e o título de benemérito destinado àqueles e àquelas que fizesse doação a partir de 10:000\$000. Consta, inclusive, que teria direito a uma tela pintada a óleo colocada no salão principal da Santa Casa. Assim, os doadores fizeram a composição dos

relatórios anuais na sessão denominada "Quadro de Honra". Além disso, doações em gêneros alimentícios eram constantemente mencionadas nos relatórios anuais, apelando aos muitos produtores locais para as realizassem, nem que fosse de um ou dois sacos de alimentos, pois já seria uma contribuição importante para o preparo dos alimentos oferecidos aos enfermos. Pequenas doações eram comumente deixadas na redação dos jornais locais, fosse de forma anônima, fosse de forma nominal, ou também eram deixadas nos esmoleres da Capela dos Passos. Madeira para lenha, tecidos para roupas de cama e utensílios domésticos, como aparelhos de jantar, também foram doações recorrentes para a Santa Casa.

Percebemos a existência de monopólio nos cargos administrativos da Irmandade. De fato, é explicado pela baixa rotatividade de seus membros nos relatórios anuais. As recusas eram mínimas e, geralmente, se saía do cargo em decorrência da morte. Nesse caso, a substituição era prontamente realizada por um ex-membro, que estava fora em decorrência da rotatividade de um grupo determinado de candidatos. Percebemos que, conforme ocorreu em outras associações congêneres, tais indivíduos ocupavam cargos na política local ou regional, bem como participavam de outras confrarias, destinadas, ou não, à assistência de terceiros.

O Estatuto de 1897 traçou uma série de diretrizes sobre a forma da assistência e como ela deveria ser prestada. Acompanhado do Regimento Interno do hospital, o documento possibilitou a abertura da Santa Casa para não-irmãos, prestando uma assistência verticalizada que não se restringia aos seus pares. Conforme vimos, as enfermarias particulares foram importantes fontes de renda para a manutenção do hospital. Sob a justificativa de ser um dinheiro "certo" e "garantido", inaugurou-se, em 1925, o "Sanatório Dr. Villaça", destinado aos públicos "de 1ª e 2ª classe". Com isso, não só seriam aliviadas as enfermarias do hospital, como também seriam financiados os atendimentos aos pobres e necessitados. As classes mencionadas diziam respeito ao valor do leito no referido sanatório, que era definido pelo atendimento e contava com cinco serviços sanitários e uma ronda 24h por dia, com a finalidade de atender prontamente às demandas do paciente. Os serviços eram oferecidos para todos aqueles que quisessem (e pudessem) pagar.

Nesta dissertação assinalamos que o hospital de misericórdia atuou como ferramenta na difusão da prática dos saberes médicos em Juiz de Fora em seu período interséculos. Parte se justifica pelo fato de que seu corpo médico fosse composto por importantes médicos atuantes nos debates e discussões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e também por médicos que mantinham um intercâmbio cultural com outras cidades, estados ou países. Tal prática refletia os anseios da elite local em reorganizar o espaço urbano e consolidar o seu poder na política ou no seu meio profissional.

As limitações enfrentadas ao longo da pesquisa, embora tenham impedido a identificação de mais detalhes sobre determinados assuntos, não nos furtou de elaborá-la no sentido de estimular novos olhares sobre a atuação da Irmandade dos Passos e do Hospital da Misericórdia locais considerados peças primordiais no projeto de expansão e modernidade de Juiz de Fora. Pelo contrário, entendemos que, ao identificarmos as lacunas a serem preenchidas, facilitamos e estimulamos novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVOS EM PERIÓDICOS

SMBMMM. **Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.** Jornais "O Pharol", "Echos do Povo" e "Jornal do Commercio".

SCMJF. Cópia do documento encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora. **Compromisso da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos e Misericórdia da cidade de Juiz de Fora.** 1855.

SCMJF. **Estatutos da Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Typographia do "Jornal do Commercio". 1897

SCMJF. **Regimento Interno do Hospital da Misericórdia de Juiz de Fora.** Rio de Janeiro, Typographia LEUZINGER. 1899.

TAVARES, Braz Bernardino Loureiro. **Relatório da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1897 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 26 de dezembro de 1897 pelo provedor dr. Braz Bernardino.** Typographia. Mattoso, 1897.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1898 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 25 de dezembro de 1898 pelo provedor dr. Braz Bernardino.** Typographia Mattoso, 1898.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1901 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1902 pelo provedor dr. Braz Bernardino.** Typographia Mattoso, 1901.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1902 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1903 pelo provedor dr. Braz Bernardino.** Typographia Mattoso, 1902.

_____. **Relatorio da administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao anno compromissal de 1905 apresentado em reunião da Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1906 pelo provedor dr. Braz Bernardino.** Typographia Mattoso, 1905.

_____. **Relatorio da administração da irmandade do senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao annocompromissal de 1906 apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 1 de janeiro de 1907 pelo provedor dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares.** TypographiaBrazil, 1907.

_____. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do ano de 1913 apresentado pelo provedor dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1914 e unanimemente aprovado.** TypographiaBrazil, 1914.

TEIXEIRA, Antônio Augusto. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do ano de 1919 apresentado pelo provedor dr. Antônio Augusto Teixeira à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1920.** TypografiaBrazil. 1919.

TEIXEIRA, Antônio Augusto. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do ano de 1936 apresentado pelo provedor dr. Antônio Augusto Teixeira à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1937.** TypografiaBrazil. 1936.

VILLAÇA, Hermenegildo Rodrigues. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Relatório do ano de 1909 apresentado pelo provedor dr. Hermenegildo Rodrigues Vilaça à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1910.** TypographiaBrazil, 1909.

BIBLIOGRAFIA

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia: Inferno.** tradução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2010.

ALVES, João Baptista de Resende. **O doutor Villaça: pioneiro da cirurgia moderna no Brasil.** Belo Horizonte: Cooperativa Editora e de Cultura Médica. 1982.

AMARAL, Lucas Marques. **Eduardo de Menezes: educador, cientista e higienista.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. n.15, 2015.

AMARAL, Lucas Marques. **Eduardo de Menezes e a Liga Mineira contra a Tuberculose.** Publicação Museu da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Concorde Editora Gráfica, 1998.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912 -1924).** Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa. **Curar, fiscalizar e sanear: as ações médico-sanitárias no espaço público da cidade de Natal (1850-1889).** 2015. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora, 1850-1950.** Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Modernização e Higienismo: Controle Sanitário e Gestão Político-Científica na Manchester Mineira (1891-1906).** 2008, 224 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise.** Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de Junho de 2005.

BASTOS, Wilson de Lima. **Badalo do Sino**. Memórias/1. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1987.

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BRAGA, Virna Lígia Fernandes. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1888-1923)**. 2015, 245 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

BRASIL. **História e evolução dos hospitais**. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Saúde. Divisão de Organização Hospitalar. Rio de Janeiro, 1944. Reedição de 1965.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Net**. Sitio Virtual da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Legislaturas Anteriores. Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.camarajf.mg.gov.br/legislaturas-passadas.php>>. Acesso dia 29/09/2016.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da higiene**. Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925 - 1945). São Carlos: RiMa, 2002.

CAPEL, Horacio. **El Asociativismo científico em iberoamerica**. La necesidad de un enfoque globalizador. *Interciencia*, v.17,n.3,maio/junho, 1992, p.168-176.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAVALLO, Sandra. Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospital: The case of Turin. In: PORTER, L. G. **The Hospital in History**. London and New York: Routledge. 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres: a belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)**. 2013, 202 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. 2013.

COUTO, Rita. **Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora**. 1. ed. Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016.

DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação de capital e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2016.

FAZENDA, José Vieira. **Os provedores da Santa Casa do Rio de Janeiro**. Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Sem editora. 1960.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 2011. 376 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2011.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Juiz de Fora: **Clio Edições Eletrônicas**, 2002. 107p. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/cliodel/files/2009/10/COD04003.pdf>>. Acesso em 8 nov.2016.

GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força**. Lisboa: Terramar, 1986.

GOODWIN Jr, James William. **A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888**. **LOCUS: revista de história**, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997.

HOBBSAWM, Erick. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOWYAN, Gregório. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem**. trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Valle. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no "interior das Gerais": A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições. 1985.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70. 2008.

MENEZES, Eduardo. **Cidade Salubre**: Código sanitário fundamentado e justificado, feito para a cidade e município de Juiz de Fora. Typographia Brazil, Juiz de Fora, 1911.

MOTA, André. A filantropia "paulista" que ficou "paulistana": a Liga Paulista Contra a Tuberculose, 1904-1920. in: SANGLARD, Gisele (Org.). **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo de. **Fundação Ataulpho Paiva**: (Liga Brasileira contra a Tuberculose): um século de luta. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**: Memórias. Rio de Janeiro: Editora Sabiá. 1972.

OLIVEIRA, Almir. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia dias Cardoso, 1953.

OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

"O Pharol". Liga contra a tuberculose. Terça-feira, 18 de outubro de 1900. Edição 00031 (1). Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=15018&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 10 out. 2017.

"O Pharol". **Relatório anual apresentado à Assembleia geral da Liga Mineira Contra a Tuberculose**, em 04 de setembro de 1905. Quinta-feira, 07 de setembro de 1905. Edição 00211 (1). Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017.

"O Pharol". **Relatório anual apresentado à Assembleia geral da Liga Mineira Contra a Tuberculose**, em 27 de setembro de 1906. Quinta-feira, 30 de setembro de 1906. Edição 00211. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora**: projeto e limites (1890-1924). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2002.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle social e Pobreza**. Juiz de Fora: Editar, 2008.

PIRES, Anderson José. **"Café, finanças e bancos**: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 2017-10-20.

PORTER, Roy. **Cambridge**. História Ilustrada da Medicina. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras. 1991.

RIBEIRO, Lucas Mello Carvalho. LUCERO, Ariana. GONTIJO, Eduardo Dias. O ethos homérico, a cultura da vergonha e a cultura da culpa. **Psychê**, vol. XII, núm. 22, enero-junio, 2008, pp.125-138. Universidade São Marcos. São Paulo, Brasil. 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870 - 1920. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866 - 1906**. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração. 1995.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec; EDUESP. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SÁ, Isabel Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500 - 1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SALGADO, Ilma de Castro Barros e. **Juiz de Fora apresentada por Pedro Nava**. Juiz de Fora: FUNALFA. 2017.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

SANGLARD, Gisele. FERREIRA, Luiz Otávio. **Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p.71-79. 2014.

SIGOLO, Renata Palandri. Pensamento médico e História: um breve ensaio. **Revista de História Regional**, v. 1. Ponta Grossa: 1996. Arquivo para download. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2021>>. Acesso em 13 dez.2017.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Aspectos da vida Rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do autor. 1973.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Retalhos do Passado**. Juiz de Fora: edição do autor. 1966.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)**. 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2007.

_____. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva:** A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 - c. 1891. 2014. 242f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, BR-RS, 2014.

TRAVASSOS, Miriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.** Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

VALE, Vanda Arantes do. **Modernização, Modernismo, Saúde e Doenças:** Memórias de Pedro Nava. In: Osmar Pereira Oliva (Org.). *Minas e Modernismo*. 1.ed. Montes Claros: Unimontes, 2012, v.1, p. 233-245.